



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 477

Quinta-feira - 29 de Abril de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta.....	1
Atalanta.....	2
Biguaçu	2
Braço do Trombudo	2
Caçador.....	3
Campo Alegre	4
Campos Novos	13
Capinzal	16
Catanduvas.....	20
Chapadão do Lageado	23
Concórdia	23
Coronel Martins.....	26
Corupá	26
Ermo	27
Forquilha.....	28
Fraiburgo.....	28
Garopaba.....	31
Garuva	34
Gaspar	37
Governador Celso Ramos	53
Herval do Oeste	53
Imbituba	55
Iomerê	57
Irineópolis	61
José Boiteux	63
Luzerna	64
Monte Carlo	71
Nova Trento	71
Novo Horizonte	71
Paulo Lopes	74
Pinheiro Preto	74
Porto Belo.....	74
Porto União.....	75
Rio do Sul.....	76
São Lourenço do Oeste.....	78
São Pedro de Alcântara.....	81
Schroeder	82
Turvo	92
Vidal Ramos.....	92
Videira.....	93

Associações de Municípios

EGEM	94
------------	----

Consórcios Públicos

CIGA	98
CISAM	99

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório N° 43/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - SC

EXTRATO DE DECISÃO

Processo Licitatório nº 43/2010; Objeto: Aquisição de Material de Expediente e Material Permanente para Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Extrato da decisão: "(...)Assim sendo, tendo em vista a não apresentação das razões de recurso dentro do prazo estabelecido, DECIDO pela manutenção daquela decisão, adjudicando o presente certame aos respectivos vencedores."

Antônio Carlos, 26 de abril de 2010.

RUDINEI GÖEDERT

Pregoeiro

Antônio Carlos, em 26 de abril de 2010.

Atenciosamente:

MAURO CÉZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

PREGÃO N° 0004/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0004/2010.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Contratação de Empresa para a Execução do Transporte Escolar para os Alunos da Rede Estadual e Rede Municipal de Ensino para o período de maio a dezembro de 2010.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 13/05/2010.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 13/05/2010.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de expediente.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 28 de abril de 2010
CLAUDIO SPRÍCIGO
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1154/2010

LEI Nº 1154/2010

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ATALANTA A FIRMAR CONVÊNIO, COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, do Município de Atalanta, autorizado a firmar convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI, objetivando a prestação de serviços de assistência Técnica e Extensão Rural para o Município de Atalanta.

Parágrafo único – O valor do repasse à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI, visando à execução do objeto descrito no "caput" deste Artigo, será conforme tabela:

Parcela	Valor total	ISS a reter	IR a reter	Valor líquido a ser retido pelo Banco	Vencimento
1ª	2.375,00	71,25	35,63	2.268,12	10.05.10
2ª	2.375,00	71,25	35,63	2.268,12	10.06.10
3ª	2.375,00	71,25	35,63	2.268,12	10.07.10
4ª	2.375,00	71,25	35,63	2.268,12	10.08.10
5ª	2.375,00	71,25	35,63	2.268,12	10.09.10
6ª	2.375,00	71,25	35,63	2.268,12	10.10.10
7ª	2.375,00	71,25	35,63	2.268,12	10.11.10
8ª	2.375,00	71,25	35,63	2.268,12	10.12.10

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras 3.3.

90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta (SC), 28 Abril de 2010.
DIONÍSIO KURTZ
Prefeito Municipal em Exercício

Lei Nº 1153/2010

LEI Nº 1153/2010.

"Autoriza a realizar o pagamento das despesas com a sonorização e a decoração visando à realização da Assembleia Geral da UCAVI a ser realizada no dia 17 de abril de 2010 e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Atalanta, a realizar o pagamento de despesas com sonorização e decoração, visando à realização da Assembleia Geral da União de Câmara de Vereadores do Alto Vale do Itajaí - UCAVI, a ser realizada no dia 17 de abril de 2010, nas dependências do Parque de Exposições Virgílio Scheller, no Município de Atalanta.

Parágrafo único. A eventual alteração da data do evento não prejudica a autorização da despesa de que trata o caput deste artigo, desde que este seja realizado dentro do exercício de 2010.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, em 22 de abril de 2010.

DIONÍSIO KURTZ

Prefeito Municipal em Exercício

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Licitação PP 006 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PP 006/2010-FMAS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar transporte de passageiros em ônibus, para atender os grupos de terceira idade da Secretaria de Assistência Social e Habitação. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 14/05/2010 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 26 de Abril de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 68/2010

PORTARIA 068/2010

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

RESOLVE:

Art. 1º.Determinar que o 1º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", será realizado no dia 30 de abril de 2010, as 16:30h, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de abril de 2010.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 32/2010 - Aquisição de material de limpeza

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 32/2010

Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que até as 09:00 horas do dia 12.05.2010, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de material de limpeza. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 28 de abril de 2010.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 33/2010 - Aquisição de gêneros alimentícios

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 33/2010

Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que até as 14:30 horas do dia 12.05.2010, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 28 de abril de 2010.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 4.475/10

DECRETO nº 4.475, de 22 de abril de 2010.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por enxurrada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005; pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998; pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil;

CONSIDERANDO:

- a ocorrência de enxurrada, caracterizada por chuva intensa e concentrada, no dia 22 de abril de 2010, atingindo parte do município, conforme mapa das áreas afetadas, anexo ao presente Decreto;
- que como conseqüências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;
- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa Civil local, frente ao Desastre;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de Abril de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Aviso Licitação PR 11-2010 SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 11/2010 - FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES, PÃES E LEITE PARA O CAPS AD, CAPS II E PRONTO ATENDIMENTO; AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS TIPO MARMITEX PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE E AQUISIÇÃO DE FRUTAS E VERDURAS DESTINADAS AOS PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



ENTREGA DOS ENVELOPES: até 09:00 Horas do Dia 11/05/2010.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 09:05 Horas do Dia 11/05/2010.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sítio Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor. e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br.

Caçador, 28 de abril de 2010.
LOELY BELLAVER
Secretaria Municipal de Saúde

Cancelamento Ata 200-2009 PREFEITURA

Cancelamento Ata 200/09- Mediante pedido do fornecedor devidamente comprovado de cancelamento do registro de preços para aquisição de capacetes destinados aos agentes de segurança de trânsito da guarda municipal. Fornecedor: Colussi & Colussi Ltda.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.063

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.063 DE 27 DE ABRIL DE 2010

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. IZOLETE GODOIS DOS SANTOS JESUS, ao cargo público de Agente Operacional I, Função Auxiliar Operacional, a partir de 27 de abril de 2010, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, cujas atribuições e responsabilidades constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a qual autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 1, Sub-Nível 11 referência A, no valor de R\$ 537,38 (quinhentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. IZOLETE GODOIS DOS SANTOS JESUS, em 13º lugar no Concurso Público n.º 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 27 de abril de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/04/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.064

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.064 DE 27 DE ABRIL DE 2010

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. LOURDES SAIDOCK DERENIEVICZ, ao cargo público de Agente Operacional I, Função Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 27 de abril de 2010, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, cujas atribuições e responsabilidades constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a qual autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 1, Sub-Nível 11 referência A, no valor de R\$ 537,38 (quinhentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. LOURDES SAIDOCK DERENIEVICZ, em 20º lugar no Concurso Público n.º 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 27 de abril de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/04/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Questionamento Nº 1 - Pregão 14/2010 - SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE -SC

Rua Irmã Amália Gueller, nº 22, Centro, Cep. 89.294-000

Campo Alegre-SC (47) 3632-2266

QUESTIONAMENTO Nº 1

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2010

Fundo Municipal de Saúde

QUESTIONAMENTO Nº 1 - Referente ao edital nº 14/2010, Pregão Presencial, com quantas casas decimais será aceito para fins de apresentação da proposta?

Resposta: A empresa licitante poderá utilizar até 4 (quatro) casas decimais para a formulação da proposta.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira



1ª Alteração na Ata de Registro de Preços Nº 1/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

1ª ALTERAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2009 - Modalidade Pregão Presencial

Considerando a aumento do preço do óleo diesel;

Considerando a composição do preço, após aumento do valor apresentado pela empresa contratada RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA;

ALTERA-SE o valor do litro do óleo diesel registrado através da Ata de Registro de Preços nº 1/2010, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando de 1,835 para R\$ 1,855 o litro.

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 12 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$) (revisado)
01	ÓLEO DIESEL	170.000	LITROS	1,855

Campo Alegre, 22 de março de 2010.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeria Municipal

HANS HARTWIG GEHRMANN

Representante da empresa Rudipel Rudnick Petroleo Ltda

Ata de Registro de Preços Nº 10/2010 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2010 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 17/03/2011

Aos dezessete dias do mês de março de 2010, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de MEIO-FIO, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa Sólidos Industria e Comercio de Pré-Fabricados em Concreto Ltda, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 29/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 12 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)
09	MEIO FIO DE APROX. 25CM ALTURA X 80 CM COMPR.	500	M	7,55

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeria Municipal

LEOCIR VANDERLEI SAFANELLI

Representante da empresa Sólidos Industria e Comercio de Pré-Fabricados em Concreto Ltda

Ata de Registro de Preços Nº 11/2010 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2010 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 10 (dez) meses, a contar desta data.

Aos 26 dias do mês de março de 2010, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para futuras aquisições de gêneros alimentícios (perecíveis) destinados a alimentação escolar, para os Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas do Ensino Fundamental, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa Supermercado Blaszkovski Ltda, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 27/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LOTE 01

Item	Unid.	Descrição	Qde prevista (10 meses)	Valor Unitário REGISTRADO
01	KG	CARNE BOVINA MOÍDA e CONGELADA, produto obtido a partir da moagem de massas musculares (carne pura) corte acém com teor máximo de 10% de gordura, com embalo e congelamento imediato a temperatura de aproximadamente -18°C, em embalagem primária de Polietileno resistente. Embalagem primária de 1 kg. Industrializado no máximo 20 dias antes da data de entrega da parcela e com validade mínima de 90 dias. Elaborado em frigorífico inspecionado no mínimo pela esfera estadual, de boa procedência, garantido rigoroso padrão de higiene. Produto registrado no Ministério da Agricultura. Embalagem original da indústria, com selos de inspeção, rótulo e marcas do fabricante. Entrega mensal, conforme cronograma.	1686	12,97
02	Kg	CARNE DE FRANGO, coxa e sobrecoxa; produto IN NATURA, congelado, em embalagem oriunda da indústria, com inspeção federal, com no máximo 5% de injeção de água na carcaça; Embalagem variando entre 2,0 a 2,5 Kg, Industrializado no máximo 20 dias antes da data de entrega e com validade mínima de 90 dias; Embalagem com selo de inspeção, rótulo da indústria, registro do produto no Ministério da Agricultura. Entrega mensal, conforme cronograma.	2565	3,99

03	Pct	POLPA DE FRUTAS congelada, embalagem de 100 gramas, provida de selo de inspeção, nos sabores: abacaxi, morango, amora, maracujá, uva, maçã, pitanga, pêra, prazo de validade não inferior a 30 dias a partir da data de entrega. Entrega mensal, conforme cronograma.	1170	0,76
----	-----	---	------	------

LOTE 02

Item	Unid.	Descrição	Qde prevista (10 meses)	Valor Unitário REGISTRADO
04	litro	Leite integral longa vida, UHT, em embalagem de 1 litro. Contendo na embalagem a informação nutricional. selo de inspeção e prazo de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega. Entrega mensal, conforme cronograma.	6336	1,69

LOTE 03

Item	Unid.	Descrição	Qde prevista (10 meses)	Valor Unitário REGISTRADO
05	litro	BEBIDA LÁCTEA com polpa de frutas, sabor frutas vermelhas ou morango ou coco, 1 litro. Embalagem provida de informações nutricionais, selo de inspeção SIF, data de fabricação, prazo de validade não inferior a 30 dias a partir da data de entrega, número do lote e procedência. A embalagem deve estar acondicionada em local refrigerado na entrega. Entrega semanal,	815	1,39

LOTE 04

Item	Unid.	Descrição	Qde prevista (10 meses)	Valor Unitário REGISTRADO
06	kg	TOMATE, aspecto globoso, cor vermelha, graúdo, firme e intacto, isento de enfermidade, boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades e parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica. Entrega semanal, conforme cronograma.	2.840	3,12
07	dz	OVOS vermelhos caipira, classe A, acondicionados em embalagem própria, provida de carimbo de inspeção SIF. Entrega semanal, conforme cronograma.	1.506	2,67

08	kg	BANANA climatizada, oriunda de plantas sadias, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, conservando-se em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não apresentarem lesões de origem mecânica ou provocadas por insetos afetando sua aparência, não conter substância terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos, estarem livres de resíduos de fertilizantes. Tamanho médio e uniforme. Entrega semanal, conforme cronograma.	4.130,50	0,67
09	kg	LARANJA -Procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica ou por insetos que afetem suas características, não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes, Sem aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme. Obedecer padrões da ANVISA. Entrega semanal, conforme cronograma.	3.775	1,51

10	kg	MAÇÃ gala/Fuji Extra - produto procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou por insetos e doenças que afetem suas características. Não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme, categoria 2. Padrões ANVISA. Entrega semanal, conforme cronograma.	900,50	2,22
11	Kg	MAMÃO tipo Formosa - Procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica, por insetos e doenças que afetem suas características, não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, Sem umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme. Obedecer aos padrões ANVISA. Entrega semanal, conforme cronograma.	354	2,31
12	kg	CEBOLA de primeira qualidade, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. Tamanho e coloração uniformes, devendo estar bem desenvolvida, isenta de sujidades e parasitas. Entrega semanal, conforme cronograma.	286,50	1,15

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira

MARIA EUNICE NENEVÊ SCHADECK
Representante da empresa Supermercado Blaszkowski Ltda

Ata de Registro de Preços Nº 12/2010 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2010 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e seis dias do mês de março de 2010, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa Papelaria São Bento Ltda, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 36/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

Item	Qtde estimada p/ 12 meses	Unid	Descrição	Valor Unitário REGISTRADO
01	60	Unid	Apontador de metal	0,5847
02	20	Unid	Almofada para carimbo azul	2,4727
03	25	Unid	Almofada para carimbo preta	2,4727
04	15	Unid	Almofada para carimbo vermelha	3,1678
05	15	CX	Alfinete com cabeça colorida, c/ 50 unid	2,4727
06	15	Unid	Agenda 2.010 diária, espiral	10,9136
07	2	Unid	Apagador para quadro branco	3,1678
08	5	Unid	Arquivo de mesa c/ divisórias alfabéticas 3" x 5"	28,9473
09	5	Unid	Arquivo de mesa c/ divisórias alfabéticas 4" x 6"	32,2641
10	5	Unid	Arquivo de mesa c/ divisórias alfabéticas 5" x 8"	43,1876
11	2	rolo	Barbante de algodão cru 250g	5,2632
12	100	Unid	Borracha branca n.60	0,0794
13	20	Unid	Bolsa em lona com alça e divisórias internas	17,8550
14	60	Unid	Bobina para calculadora 57 mm	0,6356
15	10	Unid	Caderno universitário, capa dura, 10 matérias, 200 fls	5,8491
16	25	Unid	Caderno universitário, capa dura, espiral, 96 fls	3,7736
17	33	Unid	Calculadora de mesa 12 dígitos, Dimensões aproximadas: 11,8 cm Alt. X 15,5 cm Larg	26,5640
18	18	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1.0, azul, caixa com 50 unidades (da indústria nacional)	12,8997



19	26	Unid	Caneta hidrográfica Color 850, tinta à base de água, com ponta de 4mm, escrita grossa de 1,8mm varia cores (vermelho, preto, azul, verde)	0,9335
20	30	Unid	Caneta para retro projetor, várias cores	1,8371
21	4	Caixa	Caneta esferográfica ponta fina (de metal), caixa c/ 12 unid	0,7845
22	18	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1.0, preta, caixa com 50 unidades (da industria nacional)	12,8997
23	6	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1.0, vermelha, caixa com 50 unidades (da industria nacional)	2,4727
24	10	Jogo	Canetinha hidrocolor, 12 cores, longa, da indústria nacional	2,4727
25	150	Jogo	Capa pvc encadernação tamanho A4	0,2979
26	11	Caixa	Carbono filme, tamanho 21x29,7cm (preto), com 100 folhas	30,7746
27	50	Unid	Cartolina diversas cores	0,3972
28	50	Unid	Cartolina branca	0,3972
29	1	Unid	Cartucho original n. 9352, HP Original do fabricante da impressora HP	41,6981
30	1	Unid	Cartucho original n. 9351 HP Original do fabricante da impressora HP	48,6494
31	120	Unid	Cd R-700mb/80 minutos embalado individualmente	0,8937
32	50	Unid	Cd RW-700mb/80 minutos embalado individualmente	1,8668
33	39	Caixa	Clips galvanizados 2/0 – 500g	1,8668
34	10	Caixa	Clips galvanizados 4/0 – 500g	1,0924
35	15	Caixa	Clips galvanizados 8/0 – 500g	1,0924
36	50	Unid	Cola 40g branca	0,3972
37	50	Unid	Cola 90g branca	0,8411
38	2	Unid	Cola -adesivo vinílico disperso em água, de cor branca, odor característico e média viscosidade, que após seco apresenta uma película transparente, plastificada, de alta resistência ao descolamento. Para uso em produtos porosos como madeira e papelão. Tipo cola casco-rez – 1kg	14,6475
39	40	bloco	Copia de cheque azul, bloco com 50 fls	2,2741
40	15	Unid	Corretivo em fita, fabricação nacional	2,4727
41	64	Unid	Corretivo líquido, da indústria nacional, frasco com 18 ml	0,5958
42	5	Unid	Corretivo para máquina de escrever olivetti et personal 50	2,1847
43	370	Caixa	Caixa papelao arquivo morto	1,1917
44	25	Unid	Dvd Rw 4.7 Gb embalado individualmente	1,5889
45	15	Unid	DVD RW 8.5 Gb embalado individualmente	3,1778
46	20	Caixa	Disquete formatado caixa c/ 10 unid	5,8590

47	02	Unid	Dispensador de fita adesiva (12mm x 40mm)	9,7120
48	50	Unid	Espiral 9 mm	0,0794
49	200	Unid	Espiral 17mm	0,1996
50	100	Unid	Espiral 33mm	0,2880
51	150	Unid	Envelope saco branco 24 x 34	0,2284
52	100	Unid	Envelope oficio branco 11 x 23	0,0497
53	50	Unid	Envelope saco branco 16 x 23	0,0993
54	100	Unid	Envelope saco Kraft 24 x 34	0,1390
55	150	Unid	Envelope saco Kraft 17 x 25	0,0993
56	1	Cx	Etiqueta formulário contínuo 26 x 15 x 5, cx c/ 45.000 etiquetas	77,4379
57	1	Cx	Etiquetas 3,7 x 10,7 cm folhas com 20 unid	60,5660
58	50	Folhas	E.V.A cores diversas	1,2910
59	5	Unid	Fita calculadora olivetti logos 49	3,7736
60	120	Unid	Fita adesiva marrom de papel de 25mm x 50m scotch, 1ª linha	5,3625
61	5	Unid	Fita durex 45mm x 50m	2,1847
62	35	Unid	Fita durex 12mm x 50m	0,9434
63	30	Unid	Fita durex 12mm x 40	0,5958
64	10	Unid	Fita para impressora Epson fx 880	3,4657
65	10	Unid	Fita para impressora Epson fx1180	5,2632
66	10	Unid	Caixa de correspondência fixa de acrílico, dupla.	18,8480
67	10	CX	Giz de cera fino, 12 cores, da indústria nacional	0,7944
68	10	Cx	Giz de cera grosso, 12 cores da indústria nacional	1,4896
69	30	Unid	Grampeador metálico médio, capacidade 100grampos 26/6, dimensões 40x60x140	11,9066
70	06	Unid	Grampeador metálico grande, capacidade 200 grampos 26/6, dimensões 55x60x200	19,8510
71	85	Caixa	Grampo para grampeador 26/6 caixa com 5000 grampos cobreado	2,6812
72	60	pacote	Grampo trilho plástico c/50 transparente	6,1569
73	02	Cx	Grampo trilho 80mm, metal caixa com 50	8,8381
74	10	Unid	Índice telefônico comercial, capa dura 126 x 215mm, espiral	14,7865
75	10	Unid	Lâmina para estilete	1,8668
76	10	Caixa	Lápis de cor longo, 12 cores da industria nacional	2,5819
77	4	Caixa	lápiz preto n.02 cx c/ 144 da industria nacional	20,0099
78	28	Unid	Livro Ata capa Dura 100fls paginado	6,8520
79	28	Unid	Livro Ata capa Dura 200fls paginado	13,7357
80	10	Cx	Massa de modelar 12 cores, da industria nacional	2,4826
81	102	Unid	Marca texto várias cores	0,9434
82	2	Pacote	Palitos de madeira (tipo p/ espetinhos) c/ 50	1,8668
83	500	Unid	Palitos de picolé	1,7875
84	1020	resma	Papel multiuso branco A4 210x297 mm, 75g/m, com 500 folhas	9,9205



85	20	resma	Papel A4 210x297 mm, 75g/m, com 500 folhas 100% pós-consumo	9,9205
86	2	caixa	Papel contínuo 3.000fls	54,5978
87	3	Rolo	Papel contact 25 m	31,7676
88	80	folhas	Papel cartão fosco dupla face 50 x 66cm varias cores	0,6455
89	130	Bobina	Papel térmico para fax 216mmx30m	4,4687
90	03	Bobina	Papel kraft 80 gr/m 0,60 m. 12 kg, pardo	23,8232
91	20	Fls	Papel lustroso, diversas cores	0,2979
92	3	Caixa	Papel vergê 180g/m², cor verde cx c/ 50 unid	11,4200
93	3	Caixa	Papel vergê 180g/m², cor amarelo cx c/ 50 unid	11,4200
94	3	Caixa	Papel vergê 180g/m², cor salmão cx c/ 50 unid	11,4200
95	6	Caixa	Papel vergê 180 g/m² cx c/ 50 unid	11,4200
96	120	Unid	Pasta az LL azul ofício c/ ferragens resistentes, 1ª linha	4,8659
97	20	Unid	Pasta poliondas c/ elástico 25x34x-02cm	2,1152
98	10	Unid	Pasta poliondas c/ elástico 25x34x-03cm	2,2840
99	10	Unid	Pasta poliondas c/ elástico 25x34x-04cm	2,4826
100	5	Unid	Pasta sanfonada 12 divisórias A4	11,5591
101	30	Unid	Pasta de papelão com elástico	1,1917
102	80	Unid	Pasta de papelão sem elástico	0,9930
103	30	Unid	Pasta de papelão com grampo	0,9930
104	1000	Unid	Envelope (pacote) plástico ofício, 2 furos, 10 mm	0,0894
105	5	Caixa	Percevejo latonado com 100 unid	1,4896
106	30	Unid	Perfurador em metal, dimensões 75x105x118, capacidade 25 folhas	7,8451
107	10	Unid	Pincel atômico azul	1,8868
108	10	Unid	Pincel atômico preto	1,8868
109	10	Unid	Pincel atômico vermelho	1,8868
110	2	Unid	Pincel Atômico para quadro branco na cor preta	3,2771
111	1	Unid	Pincel Atômico para quadro branco na cor azul	3,2771
112	1	Unid	Pincel Atômico para quadro branco na cor vermelha	3,2771
113	5	Unid	Porta canetas acrílico	4,3694
114	20	Unid	Pranchetas, tamanho ofício com prendedor metálico	1,8658
115	10	Unid	Quadro para aviso de feltro 60 x 90, moldura em alumínio	35,7299
116	20	Unid	Refil de cola quente fino	0,2979
117	20	cx	Recibo de pagamento (holerite), c/ 250 jogos	14,3893
118	10	bloco	Recibo simples com 50 fls.	0,5958
119	55	Unid	Régua plástica, 30 cm transparente	0,2483
120	20	Unid	Tesoura inox formato anatômico, preta, dimensões 330x105x13 mm, indústria nacional	8,5402
121	10	cx	Tinta guache com 6 cores 15 ml	1,7875

122	15	Pote	Tinta guache pote com 500 ml varias cores	2,7805
123	20	Unid	Tinta para carimbo azul 40 ml	1,5889
124	20	Unid	Tinta para carimbo preta 40 ml	1,5889
125	20	Unid	Tinta para carimbo vermelha 40 ml	1,5889
126	5	Frasco	Tinta PVA branca, 900g	11,4101
127	2	Frasco	Verniz para artesanato 1L acrílico	18,7587
128	03	Unid	Fita para impressora LX 300	11,8967

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira Municipal

CHARLES GILSON RITZMANN

Representante legal da empresa

Ata de Registro de Preços Nº 13/2010 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2010 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Ao primeiro dia do mês de abril de 2010, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE para a Secretaria Municipal de Educação, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa Máxima Papelaria Ltda, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 32/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

LOTE 02

Item	Qtde estimada p/ 12 meses	Unid	Descrição	Valor Unitário REGISTRADO
01	08	unid	Cola branca, escolar, a base de PVA, 1000 gramas, lavável, não tóxica da indústria nacional.	6,6038
02	200	unid	Caderno brochura, 48 folhas brancas com pauta, capa flexível tamanho aproximadamente 15x21cm, com motivos infantis (para ambos os sexos) da indústria nacional.	0,8378
03	300	unid	Cartolina branca	0,3647
04	200	unid	Cartolina colorida	0,3647
05	03	unid	Cartucho de tinta 8727	57,1676
06	03	unid	Cartucho de tinta 8728	69,9810
07	70	unid	Fita adesiva marrom de papel de 25mm x 50m scotch	5,3915
08	80	rolo	Fita durex de 12mm x 50m (transparente)	0,6900
09	12	rolo	Glitter, uso decorativo, 03g. Caixa com 12 unidades	6,8010
10	20	caixa	Giz para quadro negro – branco.	0,9561



11	20	caixa	Giz para quadro negro – colorido.	1,5278
12	05	caixa	Grampo plástico pacote com 50 unidades	6,4067
13	600	pacote	Papel dupla face – diversas cores.	0,5125
14	600	unid	Papel cartão – diversas cores	0,5914
15	150	unid	Papel crepom	0,4928
16	50	unid	Papel camurça	0,4435
17	100	unid	Papel lustroso	0,3154
18	03	unid	Papel adesivo contato, largura 45cm, transparente, rolo com 25m.	41,89
19	03	rolo	Papel jornal tamanho A4, pacote com 500 unidades.	9,3637
20	06	resma	Papel A4 reciclado 100% pós-consumo 210 x 297mm 75g/m², caixa com 10 resmas.	139,4692
21	03	caixa	Papel A4, 210 x 297 75g/m², caixa com 10 resmas – branco.	123,2060
22	06	caixa	Papel sulfite colorido, pacote com 100 folhas.	4,4354
23	06	pacote	Papel Kraft pardo, 60cm de largura x 100m.	27,5981
24	10	bobina	Placa de isopor 15mm	3,4498
25	40	unid	Refil cola quente - fino	0,2957
26	30	unid	Refil cola quente - grosso	0,5914
27	10	unid	Tesoura 21 cm lamina de aço inoxidável, cabo anatômico.	3,7455
28	100	Pote	Tinta guache escolar, composição: pigmentos atóxicos, água, espessante, carga inerte, conservantes tipo benzotiazol. Pote com 250 ml.	2,7598

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeria Municipal

Representante legal da empresa

Máxima Papelaria Ltda

Ata de Registro de Preços Nº 14/2010 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2010 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Ao primeiro dia do mês de abril de 2010, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE para Secretaria Municipal de Educação, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa Papelaria São Bento Ltda, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 32/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

Item	Qtde estimada p/ 12 meses	Unid	Descrição	Valor Unitário REGISTRADO
01	03	bobina	Bobina para FAX 216mm x 30m	3,7633
02	30	unid	Cola branca, escolar, a base de PVA, 1000 gramas, lavável, não tóxica da indústria nacional.	5,9694
03	200	unid	Caderno brochura, 48 folhas brancas com pauta, capa flexível tamanho aproximadamente 15x21cm, com motivos infantis (para ambos os sexos) da indústria nacional.	0,6534
04	400	unid	Cartolina branca	0,2970
05	300	unid	Cartolina colorida	0,2772
06	07	unid	Cartucho de tinta 8727	61,7627
07	03	unid	Cartucho de tinta 8728	71,5236
08	01	unid	Cartucho de tinta 40	61,7726
09	01	unid	Cartucho de tinta 41	78,6017
10	04	unid	Cartucho de tinta 74	35,6776
11	03	unid	Cartucho de tinta 75	56,9714
12	100	rolo	Fita adesiva marrom de papel de 25mm x 50m, 1ª qualidade.	3,6331
13	100	rolo	Fita durex de 12mm x 50m (transparente)	0,4752
14	20	caixa	Glitter, uso decorativo, 03g. Caixa com 12 unidades	5,1279
15	250	caixa	Giz para quadro negro – branco.	0,9602
16	100	caixa	Giz para quadro negro – colorido.	1,4651
17	12	pacote	Grampo plástico pacote com 50 unid modelo em anexo	4,9101
18	720	unid	Lápis preto nº 2, da indústria nacional.	0,1683
19	10	unid	Livro Ata , capa dura , c/ 100 folhas, tamanho A4	6,4346
20	30	unid	Marcador para quadro branco	1,1879
21	700	unid	Papel dupla face – diversas cores.	0,4356
22	700	unid	Papei cartão – diversas cores	0,4653
23	400	unid	Papel crepom	0,4653
24	150	unid	Papel camurça	0,4455
25	100	unid	Papel lustroso	0,2970
26	100	unid	Papel de seda diversas cores	0,1089
27	06	rolo	Papel adesivo contato, largura 45cm, transparente, rolo com 25m.	31,9258
28	05	caixa	Papel contínuo, branco, microserilhado, 1 via 240mm	59,8917
29	05	resma	Papel jornal tamanho A4, pacote com 500 unidades.	14,6512
30	10	caixa	Papel A4 reciclado 100% pós-consumo 210 x 297mm 75g/m², caixa com 10 resmas.	118,7935
31	03	caixa	Papel A4, 210 x 297 75g/m², caixa com 10 resmas – branco.	113,8438
32	10	bobina	Papel Kraft pardo, 60cm de largura x 100m.	21,7788
33	100	unid	Plástico, 02 furos, para arquivo, tamanho A4.	0,0693
34	15	unid	Placa de isopor 15mm	2,8708

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

35	50	unid	Refil cola quente - fino	0,2475
36	30	unid	Refil cola quente - grosso	0,5940
37	10	unid	Tesoura 21 cm lamina de aço inoxidável, cabo anatômico.	3,3658
38	150	pote	Tinta guache escolar, composição: pigmentos atóxicos, água, espessante, carga inerte, conservantes tipo benzotiazol. Pote com 250 ml.	1,6433

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Municipal

CHARLES GILSON RITZMANN
Representante legal da empresa

Ata de Registro de Preços N° 21/2009 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 21/2009
PROCESSO LICITATÓRIO N° 75/2009 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos 07 dias do mês de dezembro de 2009, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a prestação de serviços de telefonia móvel conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa VIVO SA, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 75/2009, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a contratação constam no Edital do Processo Licitatório n° 75/209 e no Contrato n° 88/2009, independentemente de sua transcrição, e os valores registrados são os seguintes:

1 - "Assinatura Básica Mensal"	Valor Unitário por assinatura (R\$)
Assinatura mensal por (acesso).....	6,24
2 - "VC/VC1"	Valor Unitário
Operadora proponente/operadora proponente	0,16
Operadora proponente para outras operadoras	0,16
Operadora proponente para telefone fixo	0,16
3 - "VC2"	
Operadora proponente/operadora proponente	0,57
Operadora proponente para outras operadoras	0,57
Operadora proponente para telefone fixo	0,57
4 - "VC3"	
Operadora proponente/operadora proponente	0,57
Operadora proponente para outras operadoras	0,57
Operadora proponente para telefone fixo	0,57
5 - "Outros serviços"	

DSL-1 – recebimento de ligação dentro do Estado, na área de cobertura de operadora, em cidade c/DDD diferente.	0,37
DSL-2 – recebimento de ligações em outro Estado.	0,37
AD – Adicional de deslocamento.	0,52
Mensagens SMS (torpedo).	0,20
Intra-grupo zero	8,58
Acesso a Caixa Postal (por minuto)	0,32

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira do Município de Campo Alegre-SC

CLEBER PINHEIRO LIMA
Representante legal da empresa VIVO SA

Ata de Registro de Preços N° 5/2010 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 5/2010
PROCESSO LICITATÓRIO N° 29/2010 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 17/03/2011

Aos dezessete dias do mês de março de 2010, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de tubos e lajotas, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa FABRICA ARTEFATOS CIMENTO BEIRA RIO LTDA, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 29/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 10 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)
02	TUBO DE CONCRETO BITOLA DE 40 CM	700	M	17,45
04	TUBO DE CONCRETO BITOLA 80 CM, ARMADO	50	M	95,40
08	LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO 25X25X8CM	1.500	M²	19,95

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira

MARCIO JOSÉ DREVECK
Representante da empresa Fabrica Artefatos Cimento Beira Rio Ltda

Ata de Registro de Preços N° 6/2010 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 6/2010
PROCESSO LICITATÓRIO N° 29/2010 - Modalidade Pregão Presencial



Validade da Ata de Registro de Preços.: 17/03/2011

Aos dezessete dias do mês de março de 2010, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição AREIA, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa Mineração LB Ltda, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 29/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 12 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)
06	AREIA GROSSA SUJA	500	M²	47,50
07	AREIA MEDIA LIMPA	50	M³	52,70

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Municipal

LUIZ HENRIQUE GAEDKE
Representante da empresa Mineração LB Ltda

Ata de Registro de Preços Nº 7/2010 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2010 - Modalidade Pregão Presencial
Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos 17 dias do mês de março de 2010, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual prestação de serviços de arbitragem, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ALE SPORTS EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 22/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)
01	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol de Campo, Adulto, Masculino, 02 tempos de 45', com 01 árbitro, 02 bandeiras e 01 mesário	Serv.	319,50
02	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol Suíço, Adulto, Masculino, 02 tempos de 20', com 01 árbitro e 01 mesário	Serv.	90,50
03	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futsal, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 02 árbitros e 01 mesário	Serv.	147,50
04	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol Suíço Veterano, Cat 35. 02 tempos de 20', com 01 árbitro e 01 mesário	Serv.	90,50

05	Arbitragem para Campeonato Municipal de Vôlei de Areia, Masculino e Feminino, 01 set até 21 pontos, com 01 árbitro e 01 mesário	Serv.	90,50
06	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol de Areia, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 01 árbitro e 01 mesário	Serv.	90,50
07	Arbitragem para Campeonato Municipal de Interbairros de Futsal, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 02 árbitros e 01 mesário	Serv.	147,50
08	Arbitragem para Campeonato de Torcida de Futsal, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 02 árbitros e 01 mesário	Serv.	147,50

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira

ALEXANDRE MARCHIORI
Ale Sports Eventos Esportivos Ltda
Representante legal

Ata de Registro de Preços Nº 8/2010 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2010 - Modalidade Pregão Presencial
Validade da Ata de Registro de Preços.: 17/03/2011

Aos dezessete dias do mês de março de 2010, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de BRITA, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa Lanal Comércio Material Construção Ltda, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 29/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 12 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)
12	BRITA Nº 02	100	M³	60,00

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Municipal

JONI PAZDA
Representante da empresa Lanal Comércio Material Construção Ltda

Ata de Registro de Preços Nº 9/2010 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2010 - Modalidade Pregão Pre-



sencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 17/03/2011

Aos dezessete dias do mês de março de 2010, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de tubos e cimento, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa CONCREPLAN ARTEF. DE CONCRETO LTDA, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 29/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 10 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)
01	TUBO DE CONCRETO BITOLA DE 30 CM	500	M	12,25
03	TUBO DE CONCRETO BITOLA DE 60 CM	100	M	32,20
05	TUBO DE CONCRETO ARMADO BITOLA DE 1,0 M	20	UND	147,50
10	CIMENTO 50 KG	100	SC	18,20

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira

JOÃO RENATO SCHVETLER

Representante da empresa Concreplan Artefatos de Concreto Ltda

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Errata - Lei Nº 3.502

LEI Nº 3.502 DE 09/04/2010

AUTORIZA ADQUIRIR IMÓVEL COM EDIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Município de Campos Novos autorizado a adquirir do Hospital e Maternidade Santa Brígida Ltda., inscrito no CNPJ sob nº 83.693.515/0001-41, estabelecido na Cidade de Campos Novos – SC., por dispensa de licitação, nos termos do Inciso X do Artigo 24, c/c o Artigo 26, ambos da Lei nº 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei nº 9.648/98, o bem imóvel urbano registrado sob o nº 19.156, no Cartório de Registro de Imóveis de Campos Novos – SC., com área de 3.380 m², (Três Mil Trezentos e Oitenta Metros Quadrados), situado na Avenida: Caetano Belincanta Netto, esquina com a Rua: Vergílio Antunes De Souza – Bairro Jardim Bela Vista, Cidade de Campos Novos – SC., confrontando ao Norte Com a Avenida Caetano Belincanta Neto, ao Sul com Willian Patrick Pereira, Antonio de Jesus Fagundes, Adair José Saurin, Tânia Maria Nunes da Silva, Antonio Ângelo Ferrari e Alcides José Toigo, a Leste com área de Lurdes Oliveira e Olívia Soltela e a Oeste com a Rua: Vergílio Antunes de Souza.

§ 1º - Sobre o Imóvel descrito no caput deste Artigo encontra-se uma edificação em Alvenaria de 733,57 m² (setecentos e trinta e três metros e cinquenta e sete centímetros quadrados).

§ 2º - O valor a ser pago pelo imóvel será de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) em 09 (nove) parcelas da seguinte forma: no ato da assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e mais 08 (oito) parcelas mensais de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com vencimento da primeira parcela 30 dias após a assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda, e as demais a cada 30 dias.

Art. 2º - O imóvel a ser adquirido, na forma desta Lei, será utilizado para atividades específicas da Administração Municipal, nas áreas de assistência social e de saúde e outras, nas condições que o interesse público recomendar.

Art. 3º - Fica incluso no Anexo II do Plano Plurianual (PPA) – Lei nº 3.454 de 22 de outubro de 2009, no Programa 33 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE, a seguinte ação:

Ações	Produto (Un. Medida)	Metas		Recursos
		Física	Financeira	
1060 Aquisição de Imóveis	Imóvel e Benfeitoria M2	1,00	600.000,00	0.1.0003

Art. 4º - Fica incluso no Anexo II do Plano Plurianual (PPA) – Lei nº 3.454 de 22 de outubro de 2009, no Programa 14 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a seguinte ação:

Ações	Produto (Un. Medida)	Metas		Recursos
		Física	Financeira	
1061 Aquisição de Imóveis	Imóvel e Benfeitoria M2	1,00	100.000,00	0.1.0000

Art.5º - Fica incluído nos Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 3.465/09, de 18 de novembro de 2009, as seguintes ações:

Órgão Fundo Municipal de Saúde

1.060 Aquisição de Imóveis para o Fundo Municipal de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003 Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Órgão Fundo Municipal de Assistência Social

1.061 Aquisição de Imóveis
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

Art. 6º - Fica aberto crédito adicional especial no orçamento geral do Município – Lei nº 3.474/09, de 17 de dezembro de 2009, consignados nas seguintes rubricas:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.060 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O FMS

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003 Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

ÓRGÃO: 14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.061 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00



Art. 7º - A cobertura para a implantação do crédito especial previsto no Artigo 6º da presente Lei, será realizada com a Anulação nos projetos e nas atividades abaixo, os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 – DPTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.056 CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS NO ESPORTE MUNICIPAL

43 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

UNIDADE: 28 – DPTO DA JUVENTUDE E LAZER

PROJETO/ATIVIDADE: 1.008 CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS

39 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENV.SOCIAL,FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 – DPTO DE ASS.SOCIAL E DA FAMILIA GERÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.006 REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL FAMILIA E TRABALHO

76 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

130 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

UNIDADE: 16 – DPTO HABITACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.007 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS

27 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.044 REEQUIPAMENTO DA SAÚDE-FDO MUN. DASAÚDE

1 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.052 OBRAS,REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE SAÚDE

5 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

6 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0 Aplicações Diretas R\$ 81.000,00

7 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0032.0 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

8 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0072.0 Aplicações Diretas R\$ 48.330,00

ÓRGÃO: 14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.027 OBRAS,REFORMAS E AMPLIAÇÕES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSIVE PARA O CRAS

12 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

13 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0028.0 Aplicações Diretas R\$ 25.670,00

Art. 8º - Fica autorizado o Poder Executivo a promover os ajustes necessários à aplicação desta Lei, tanto no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária, mediante, se necessário a regulamentação por Decreto.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 09 de abril de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Errata - Decreto Nº 5.983

DECRETO Nº 5.983 DE 13/04/2010

REGULAMENTA LEI Nº 3.502/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Município de Campos Novos autorizado a adquirir do Hospital e Maternidade Santa Brígida Ltda., inscrito no CNPJ sob nº 83.693.515/0001-41, estabelecido na Cidade de Campos Novos - SC., por dispensa de licitação, nos termos do Inciso X do Artigo 24, c/c o Artigo 26, ambos da Lei nº 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei nº 9.648/98, o bem imóvel urbano registrado sob o nº 19.156, no Cartório de Registro de Imóveis de Campos Novos - SC., com área de 3.380 m², (Três Mil Trezentos e Oitenta Metros Quadrados), situado na Avenida: Caetano Belincanta Netto, esquina com a Rua: Vergílio Antunes de Souza - Bairro Jardim Bela Vista, Cidade de Campos Novos - SC., confrontando ao Norte Com a Avenida Caetano Belincanta Neto, ao Sul com Willian Patrick Pereira, Antonio de Jesus Fagundes, Adair José Saurin, Tânia Maria Nunes da Silva, Antonio Ângelo Ferrari e Alcides José Toigo, a Leste com área de Lurdes Oliveira e Olívia Soltela e a Oeste com a Rua: Vergílio Antunes de Souza.

§ 1º - Sobre o Imóvel descrito no caput deste Artigo encontra-se uma edificação em Alvenaria de 733,57 m² (setecentos e trinta e três metros e cinquenta e sete centímetros quadrados).

§ 2º - O valor a ser pago pelo imóvel será de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) em 09 (nove) parcelas da seguinte forma: no ato da assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e mais 08 (oito) parcelas mensais de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com vencimento da primeira parcela 30 dias após a assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda, e as demais a cada 30 dias.

Art. 2º - O imóvel a ser adquirido, na forma da Lei 3.502/2010, será utilizado para atividades específicas da Administração Municipal, nas áreas de assistência social e de saúde e outras, nas condições que o interesse público recomendar.

Art. 3º - Fica incluso no Anexo II do Plano Plurianual (PPA) - Lei nº 3.454 de 22 de outubro de 2009, no Programa 33 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE, a seguinte ação:

Ações	Produto (Un. Medida)	Metas		Recursos
		Física	Financeira	
1060 Aquisição de Imóveis	Imóvel e Benfeitoria M2	1,00	600.000,00	0.1.0003

Art. 4º - Fica incluso no Anexo II do Plano Plurianual (PPA) - Lei nº 3.454 de 22 de outubro de 2009, no Programa 14 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a seguinte ação:

Ações	Produto (Un. Medida)	Metas		Recursos
		Física	Financeira	
1061 Aquisição de Imóveis	Imóvel e Benfeitoria M2	1,00	100.000,00	0.1.0000

Art.5º - Fica incluído nos Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias



rias - Lei nº 3.465/09, de 18 de novembro de 2009, as seguintes ações:

Órgão Fundo Municipal de Saúde

1.060 Aquisição de Imóveis para o Fundo Municipal de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003 Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Órgão Fundo Municipal de Assistência Social

1.061 Aquisição de Imóveis
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

Art. 6º - Fica aberto crédito adicional especial no orçamento geral do Município - Lei nº 3.474/09, de 17 de dezembro de 2009, consignados nas seguintes rubricas:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.060 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O FMS

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003 Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.061 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 7º - A cobertura para a implantação do crédito especial previsto no Artigo 6º da Lei 3.502/2010, será realizada com a Anulação nos projetos e nas atividades abaixo, os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DPTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.056 CONSTRUÇÕES,AMPLIAÇÕES E REFORMAS NO ESPORTE MUNICIPAL

43 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

UNIDADE: 28 - DPTO DA JUVENTUDE E LAZER

PROJETO/ATIVIDADE: 1.008 CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS

39 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV.SOCIAL,FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 - DPTO DE ASS.SOCIAL E DA FAMILIA GERÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.006 REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL FAMILIA E TRABALHO

76 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

130 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

UNIDADE: 16 - DPTO HABITACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.007 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS

27 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.044 REEQUIPAMENTO DA SAÚDE-FDO MUN. DASAÚDE

1 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.052 OBRAS,REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE SAÚDE

5 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

6 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0003.0 Aplicações Diretas R\$ 81.000,00

7 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0032.0 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

8 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0072.0 Aplicações Diretas R\$ 48.330,00

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.027 OBRAS,REFORMAS E AMPLIAÇÕES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL,INCLUSIVE PARA O CRAS

12 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

13 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0028.0 Aplicações Diretas R\$ 25.670,00

Art. 8º - Fica autorizado o Poder Executivo a promover os ajustes necessários à aplicação desta Lei, tanto no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária, mediante, se necessário a regulamentação por Decreto.

Art. 9º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 07 de abril de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão 11/2010 Registro de Preço 01/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 11/2010 REGISTRO DE PREÇO 01/2010

O Município de Campos Novos torna público que realizara no dia 13/05/2010 às16:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Registro de Preço, tendo como objeto aquisição DE MATERIAL DE INFORMATICA, PARA ADMINISTRAÇÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO II. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 13:15 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 29 de abril de 2010.

VILIBALDO ERCH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 10/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2010

O Município de Campos Novos torna público que realizara no dia 14/05/2010 às16:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto, AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 13:15 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 29 de abril de 2010.

VILIBALDO ERCH SCHMID

Prefeito Municipal



Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2.916

LEI Nº 2.916, DE 28 DE ABRIL DE 2010

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Capinzal no Consórcio de Turismo nos Trilhos do Contestado (CONTRILHOS) e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio de Turismo nos Trilhos do Contestado (CONTRILHOS), constante do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Fica autorizado o ingresso do Município de Capinzal no Consórcio de Turismo nos Trilhos do Contestado (CONTRILHOS), nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º As despesas decorrentes da implantação da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, devendo ser consignadas nos orçamentos futuros, dotação específica para essa finalidade, além da inclusão no PPA e LDO.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 28 de abril de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

SIMAE**Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Fevereiro/2010****SANTA CATARINA****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Janeiro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	286.508,64	Despesa Orçamentária	126.933,86
RECEITA TRIBUTARIA	1.119,25	Despesas exceto Intra-orçamentárias	126.933,86
RECEITA PATRIMONIAL	6.314,71	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	86.210,77
RECEITA DE SERVIÇOS	200.048,95	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.723,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	79.025,73		
Receita Extra - Orçamentária	298.738,56	Despesa Extra - Orçamentária	410.929,69
DEPOSITOS	30.712,84	CREDITOS EM CIRCULACAO	38,38
CONSIGNACOES	10.787,81	CREDITOS A RECEBER	38,38
PREVIDENCIA SOCIAL	7.853,69	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	38,38
PENSAO ALIMENTICIA	1.565,48	DEPOSITOS	2.684,73
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.368,64	CONSIGNACOES	2.684,73
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	19.925,03	PENSAO ALIMENTICIA	1.565,48
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	19.925,03	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.119,25
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	267.762,52	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	408.206,58
OBRIGACOES A PAGAR	267.762,52	OBRIGACOES A PAGAR	408.206,58
FORNECEDORES	41.370,89	FORNECEDORES	41.370,89
PESSOAL A PAGAR	82.209,68	PESSOAL A PAGAR	82.209,68
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	140.180,86	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	280.624,92
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.001,09	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.001,09
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	263,20		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	263,20		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	263,20		
Saldos anteriores	1.182.710,76	Saldos atuais	1.230.094,41
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	1.182.710,76	BANCO C/ MOVIMENTO	1.230.094,41
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.767.957,96	Total	1.767.957,96

CAPINZAL, 11/02/2010

SIDNEI PENSO
DIRETORMARIZA BRESSAN DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Fevereiro/2010**SANTA CATARINA****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	285.368,99	Despesa Orçamentária	167.050,95
RECEITA TRIBUTARIA	1.008,97	Despesas exceto Intra-orçamentárias	167.050,95
RECEITA DE SERVIÇOS	266.139,15	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	78.259,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.220,87	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.791,67
Receita Extra - Orçamentária	220.449,55	Despesa Extra - Orçamentária	248.276,21
CREDITOS EM CIRCULACAO	38,38	CREDITOS EM CIRCULACAO	38,38
CREDITOS A RECEBER	38,38	CREDITOS A RECEBER	38,38
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	38,38	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	38,38
DEPOSITOS	27.479,52	DEPOSITOS	30.271,48
CONSIGNACOES	8.332,06	CONSIGNACOES	10.346,45
PREVIDENCIA SOCIAL	5.709,14	PREVIDENCIA SOCIAL	7.542,57
PENSAO ALIMENTICIA	1.545,52	PENSAO ALIMENTICIA	1.545,52
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.077,40	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.258,36
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	19.147,46	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	19.925,03
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	19.147,46	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	19.925,03
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	192.931,65	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	217.966,35
OBRIGACOES A PAGAR	192.931,65	OBRIGACOES A PAGAR	217.966,35
FORNECEDORES	86.772,59	FORNECEDORES	86.772,59
PESSOAL A PAGAR	58.523,82	PESSOAL A PAGAR	58.523,82
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	15.727,28	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	15.727,28
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.865,08	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.865,08
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	25.034,70	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	50.069,40
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.008,18	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.008,18
Saldos anteriores	1.230.094,41	Saldos atuais	1.320.585,79
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	1.230.094,41	BANCO C/ MOVIMENTO	1.320.585,79
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.735.912,95	Total	1.735.912,95

CAPINZAL, 03/03/2010

SIDNEI PENSO
DIRETOR

MARIZA BRESSAN DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1



Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Março/2010**SANTA CATARINA****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	323.078,69	Despesa Orçamentária	204.714,39
RECEITA TRIBUTARIA	1.137,36	Despesas exceto Intra-orçamentárias	204.714,39
RECEITA PATRIMONIAL	6.756,29	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.174,29
RECEITA DE SERVIÇOS	306.312,60	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	127.540,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.872,44		
Receita Extra - Orçamentária	344.189,12	Despesa Extra - Orçamentária	445.585,59
CREDITOS EM CIRCULACAO	38,38	CREDITOS EM CIRCULACAO	38,38
CREDITOS A RECEBER	38,38	CREDITOS A RECEBER	38,38
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	38,38	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	38,38
DEPOSITOS	32.686,12	DEPOSITOS	28.096,76
CONSIGNACOES	11.105,59	CONSIGNACOES	8.949,30
PREVIDENCIA SOCIAL	7.670,33	PREVIDENCIA SOCIAL	6.020,26
PENSAO ALIMENTICIA	1.723,25	PENSAO ALIMENTICIA	1.723,25
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.712,01	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.205,79
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	21.580,53	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	19.147,46
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	21.580,53	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	19.147,46
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	311.464,62	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	417.450,45
OBRIGACOES A PAGAR	311.464,62	OBRIGACOES A PAGAR	417.450,45
FORNECEDORES	125.450,82	FORNECEDORES	125.450,82
PESSOAL A PAGAR	58.593,30	PESSOAL A PAGAR	58.593,30
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	14.572,81	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	14.572,81
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.853,68	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.853,68
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	105.985,83	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	211.971,66
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.008,18	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.008,18
Saldos anteriores	1.320.585,79	Saldos atuais	1.337.553,62
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	1.320.585,79	BANCO C/ MOVIMENTO	1.337.553,62
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.987.853,60	Total	1.987.853,60

CAPINZAL, 26/04/2010

SIDNEI PENSO
DIRETOR

MARIZA BRESSAN DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1



Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria P/ 4930/10

PORTARIA P/ 4930/10, de 01.04.2010

"Designa, IONARA SANTIN",

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no artigo 41, I, da Lei Complementar nº 19/02,

Resolve

DESIGNAR, a funcionária Ionara Santin, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutica, Nível CE-76A, (com 20:00 horas/semanais), para exercer as funções de Farmacêutica, no Hospital Municipal, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, sem alteração em seus vencimentos.

O presente ato tem seus efeitos a partir de 1º de abril de 2009, quando a nominada funcionária passa a exercer suas novas funções.

Catanduvas, 01 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4723/09

Portaria P/ 4931/10

PORTARIA P/ 4931/10, de 01.04.2010.

"Altera concessão de Função Gratificada SOLANGE FÁTIMA MAYER SECCO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 18, cap. III, anexo III, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001, e Lei Complementar Municipal nº 53/09, de 15 de julho de 2009,

RESOLVE:

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a concessão da Função Gratificada de Assessor (a) Técnico (a) Pedagógico (a), Nível FG-02, à Servidora Solange Fátima Mayer Secco, ocupante do Cargo de Professora, Nível CE-03/521C, passando-a para a Função de Diretor (a) de Unidade Escolar, Nível FG-01, com 40 horas semanais e vantagem de 35%, aos vencimentos do cargo efetivo, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com alteração em seus vencimentos.

Este ato altera a Portaria P/ 4602/09, e tem seus efeitos a partir de 1º de abril 2010, quando a servidora passou a exercer suas novas funções.

Catanduvas, 01 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4890/10.

Portaria P/ 4932/10

PORTARIA P/ 4932/10, de 01.04.2010.

"Concede Função Gratificada à, SIMONE ANDREA CARL"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 19 da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

CONCEDER, atendendo interesse público municipal, Gratificação Especial ao funcionário (a) Simone Andréa Carl, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora, Nível CE-03/520E, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para desempenhar cumulativamente as atribuições de Assessor (a) Técnico (a) Pedagógico (a), Nível FG-02, com 40 horas semanais e vantagem de 30% anexo V, da Lei Municipal nº 2.173/08 de 10/06/08, aos vencimentos do cargo efetivo.

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data.

Catanduvas, 01 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal de Catanduvas

Ato Anterior: Portaria P/ 4890/10

Portaria P/ 4933/10

PORTARIA P/ 4933/10, de 01.04.2010.

"PROMOVE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 206, Inciso V, da Constituição Federal, art. 67, Inciso IV, da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 7º, Inciso I, § 1º, Art 8º parágrafo único, combinado com o Art. 6º, § 1º da Lei Municipal nº 1716/02, de 04 de janeiro de 2002,

RESOLVE:

PROMOVER SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, por imperativo de implantação do Plano de Carreira e Valorização do Magistério público Municipal, em PROMOÇÃO VERTICAL.

Nome do (a) Servidor (a)	Cargo	Ato de nomeação	Classe/ Nível/ Referência Anterior	Classe/ Nível/ Referência Atual
TATIANA M B MENE-GAT	Professor C3	P/ 3526/04	01/ 509/D	03/ 520/A

Catanduvas, 01 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4891/10

Portaria P/ 4934/10

PORTARIA P/ 4934/10, de 05.04.2010,

"Admite temporariamente, SONIA RIBEIRO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Sonia Ribeiro, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, com os vencimentos de lei.



Período de contratação: 05 de abril de 2010 - até que se realize o Concurso Público Municipal.

Catanduvas, 05 de abril de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal de Catanduvas
Ato Anterior: Portaria P/ 4923/10

Portaria P/ 4935/10

PORTARIA P/ 4935/10, de 05.04.2010,
"Admite temporariamente, JANETE DOS SANTOS DA SILVA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Janete dos Santos da Silva, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de abril de 2010 - até que se realize o Concurso Público Municipal.

Catanduvas, 05 de abril de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal de Catanduvas
Ato Anterior: Portaria P/ 4923/10

Portaria P/ 4936/10

PORTARIA P/ 4936/10, de 05.04.2010,
"Admite temporariamente, CARMEM MARILU BASSO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Carmem Marilu Basso, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de abril de 2010 - até que se realize o Concurso Público Municipal.

Catanduvas, 05 de abril de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal de Catanduvas
Ato Anterior: Portaria P/ 4923/10

Portaria P/ 4937/10

PORTARIA P/ 4937/10, de 05.04.2010,
"Admite temporariamente, SANTOS DAGOSTIN MEZARI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Santos Dagostin Mezari, para o Cargo de Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias, Nível CE-56A, em caráter excepcional e por prazo indeterminado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de abril de 2010 até a realização do Concurso Público Municipal.

Catanduvas, 05 de abril de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal de Catanduvas
Ato Anterior: Portaria P/ 4893/10

Portaria P/ 4938/10

PORTARIA P/ 4938/10, de 05.04.2010,
"Admite temporariamente, LAURO RODRIGUES BRIZOLA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Lauro Rodrigues Brizola, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de abril de 2010 - até que se realize o Concurso Público Municipal.

Catanduvas, 05 de abril de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal de Catanduvas
Ato Anterior: Portaria P/ 4615/09

Portaria P/ 4938/10

PORTARIA P/ 4938/10, de 05.04.2010,
"Admite temporariamente, LAURO RODRIGUES BRIZOLA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Lauro Rodrigues Brizola, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de abril de 2010 - até que se realize o Concurso Público Municipal.

Catanduvas, 05 de abril de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal de Catanduvas
Ato Anterior: Portaria P/ 4615/09

Portaria P/ 4939/10

PORTARIA P/ 4939/10, de 05.04.2010,
"Admite temporariamente, MARCELO BANDEIRA"



Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Marcelo Bandeira, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de abril de 2010 - até que se realize o Concurso Público Municipal.

Catanduvas, 05 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal de Catanduvas

Ato Anterior: NIHIL

Portaria P/ 4940/10

PORTARIA P/ 4940/10, de 05.04.2010,

"Admite temporariamente, SAUL ROSA DE ANDRADE"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Saul Rosa de Andrade, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, em caráter excepcional e por prazo indeterminado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de abril de 2010 - até que se realize o Concurso Público Municipal.

Catanduvas, 05 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal de Catanduvas

Ato Anterior: Portaria P/ 4895/10.

Portaria P/ 4941/10

PORTARIA P/ 4941/10, de 05.04.2010,

"Admite temporariamente, VALDELIR FRANCISCO MENDES DA SILVA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Valdelir Francisco Mendes Da Silva, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, em caráter excepcional e por prazo indeterminado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de abril de 2010 - até que se realize o Concurso Público Municipal.

Catanduvas, 05 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal de Catanduvas

Ato Anterior: Portaria P/ 4894/10.

Portaria P/ 4942/10

PORTARIA P/ 4942/10, de 05.04.2010,

"Admite temporariamente, DANIA CECÍLIA DAROLD"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Dania Cecília Darold, para o Cargo de Professor (a), Nível CII, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de abril de 2010 a 17 de dezembro de 2010.

Catanduvas, 05 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4666/09.

Portaria P/ 4943/10

PORTARIA P/ 4943/10, de 05.04.2010,

"Admite temporariamente, ALESSANDRA FISCHER"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1700/01, de 05 de dezembro de 2001,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Alessandra Fischer, para o Cargo de Professor (a), Nível CII, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 05 de abril de 2010 a 17 de dezembro de 2010.

Catanduvas, 05 de abril de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4667/09.

Portaria P/4929/10

PORTARIA P/4929/10, de 01.04.10

Prorroga licença para tratar de interesses particulares à Nilza Lavoratti Bittencourt"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 102, da Lei Complementar nº 19/02,

R e s o l v e

PRORROGAR, atendendo pedido do(a) interessado(a), Licença para tratar de Interesses Particulares à Funcionário(a) Nilza Lavoratti Bittencourt, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, (com 25:00 horas) semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, pelo prazo de mais 01 (um) ano.

Início da licença:

01 de abril de 2010



Término da licença:
31 de março de 2011

Catanduvas, 01 de abril 2010
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal
Ato Anterior: Portaria P/4737/09

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Homologação do Resultado Final - Edital N° 04/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL – EDITAL N° 04/2010

JOSE BRAULIO INACIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 040 de 15.05.2009 e Decreto de Regulação n° 075/2009 de 15.12.2009, RESOLVE, tornar público:

I - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado N° 04/2010, para admissão de pessoal em caráter temporário – ACT, pelo regime administrativo especial, a seguir relacionados:

ASSISTENTE SOCIAL

N°	Inscrição	Nome	Nota
	02	Marlise Neuhaus	6,33
-	06	Ana Carolina de Oliveira	Ausente

FONOAUDIOLOGO

N°	Inscrição	Nome	Nota
-	01	Lidiane do Rosário Pereira da Silva	Ausente

PSICOLOGO

N°	Inscrição	Nome	Nota
1	04	Gabriela Beling de Carvalho	6,33
2	05	Fabício Antonio Raupp	5,00
3	03	Katiana Broering	5,00

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de abril de 2010.
JOSÉ BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Concorência N° 7/2010 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 7/2010 - PMC

Objeto: Seleção de empresa/entidade para doação de 01 (um) lote, em processo de escrituração para o Município de Concórdia, com área de terras de 20.000,00m², caracterizada como parte do lote rural n° 885, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade do Rio Engano, situado em Linha São José, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob n° 775, livro n° 2-C. Recebimento das propostas: até 08h15min do dia 15/06/2010.

Abertura: dia 15/06/2010, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, n° 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 26 de abril de 2010.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Pregão Presencial N° 45/2010 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL N°. 45/2010 - PMC

Objeto: Contratação de instituição de ensino superior para realização de concurso público.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 17/05/2010

Abertura: dia 17/05/2010 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, n° 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 27 de abril de 2010.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso do Pregão Presencial N° 43/2010 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL N°. 43/2010 - PMC

Objeto: contratação de empresas do ramo de transporte coletivo de passageiros para a prestação, em regime de fretamento, de serviço de transporte de alunos do ensino médio da rede pública estadual, para o ano de 2010, conforme especificações constantes dos Anexos "D" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08:15hs do dia 11/05/2010



Abertura: dia 11/05/2010 às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 20 de abril de 2010.
BEATRIZ F.C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Divulgação da Nova Classificação de Preços do Convite Nº 12/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
CONVITE Nº 12/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada global (material e mão-de-obra) para reforma dos painéis, bancos e floreiras do Calçadão, Largo Rio Branco e Quiosque bem como, aquisição e instalação de 16 (dezesseis) novos painéis conforme consta no orçamento discriminado.

EXTRATO DE DIVULGAÇÃO DE NOVA CLASSIFICAÇÃO DE PREÇOS
Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade A licitante CONSTRUCORDIA CONSTRUÇÕES LTDA, encaminhou em 26/04/2010 às 10:59 protocolo nº 006383, envelope lacrado contendo nova proposta de preço. A Comissão de Licitações após rubricar referido envelope, abriu e constatou que o valor global ofertado é de R\$ 16.594,21 (dezesseis mil, quinhentos e noventa e quatro reais e vinte e um centavos). Portanto, a licitante CONSTRUCORDIA CONSTRUÇÕES LTDA, passa ser a nova vencedora do objeto da licitação em epígrafe, e em segundo lugar a licitante EXECUTTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, com o preço global de R\$ 16.601,18 (dezesseis mil seiscientos e um reais e dezoito centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso

Concórdia, SC, 27 de abril de 2010
INÊS SALETE KLEIN
Vice-Presidente da C.P.L.

Pregão Presencial Nº 8/2010 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2010 - FMAS

Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos novos com recursos oriundos do Convênio nº 17458/2009-0, com a Secretaria de Estado da Assistência Social/FEAS e Programa Bolsa Família através dos recursos do Índice de Gestão descentralizada- IGD/BF.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 12/05/2010.

Abertura: dia 12/05/2010, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia,

situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 27 de abril de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Extrato do Convênio Nº 10/2010- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 10/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o ESPORTE CLUBE VERONA, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 80.630.825/0001-29, representado pelo seu Presidente, senhor CLAUDEMIR SLOGO.

OBJETO:Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento no esporte.

VALOR:R\$ 2.000,00

PRAZO:De 01.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2010.

Extrato do Convênio Nº 11/2010- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 11/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SER ALIANÇA, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.599/0001-18, representada pelo seu Presidente, senhor IVO LORENSETTI.

OBJETO:Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento no esporte.

VALOR:R\$ 4.000,00

PRAZO:De 01.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2010.

Extrato do Convênio Nº 12/2010- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 12/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o ESPORTE CLUBE PALMEIRAS, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 00.353.916/0001-25, representado pelo seu Presidente, senhor OSMAR FRANCESCHINA.

OBJETO:Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na sede da entidade.

VALOR:R\$ 3.000,00

PRAZO:De 01.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2010.

Extrato do Convênio Nº 13/2010- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 13/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DA NATAÇÃO - APAN, neste município, inscrita no CNPJ sob nº



04.974.383/0001-50, representada pelo seu Presidente, senhor MÁRIO LEONEL CALINOWSKI.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para auxiliar no desenvolvimento das atividades da Natação, a fim de representar o município em competições como: Olimpíada escolar de santa Catarina - OLESC, Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC e Jogos Abertos de Santa Catarina, bem como em outras competições estaduais, sul-brasileiras e nacionais.

VALOR:R\$ 32.000,00

PRAZO:De 15.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 15 de abril de 2010.

Extrato do Convênio N  14/2010- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO N  14/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob n  78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o CONCÓRDIA ATLÉTICO CLUBE, neste município, inscrito no CNPJ sob n  07.271.536/0001-90, representado pelo seu Presidente, senhor MAUR  FRACASSO.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para auxiliar no desenvolvimento das atividades do Futebol de Campo Profissional e Juniores, objetivando a participação em competições como: JASC e Campeonato Catarinense da Divisão de Acesso.

VALOR:R\$ 85.000,00

PRAZO:De 15.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 15 de abril de 2010.

Extrato do Convênio N  15/2010- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO N  15/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob n  78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o YPIRANGA FUTEBOL CLUBE, neste município, inscrito no CNPJ sob n  00.383.070/0001-76, representado pelo seu Presidente, senhor FABIANO ANDRÉ CAPITANI.

OBJETO:Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento no esporte.

VALOR:R\$ 3.000,00

PRAZO:De 15.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 15 de abril de 2010.

Extrato do Convênio N  16/2010- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO N  16/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob n  78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o ESPORTE CLUBE RINCÃO DA SAUDADE, neste município, inscrito no CNPJ sob n  80.630.965/0001-05, representado pelo seu Presidente, senhor ADEMAR BORTOLO CAVALLI.

OBJETO:Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento no esporte.

VALOR:R\$ 4.700,00

PRAZO:De 15.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 15 de abril de 2010.

Extrato do Convênio N  17/2010- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO N  17/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob n  78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o ESPORTE CLUBE VASQUINHO, neste município, inscrito no CNPJ sob n  78.507.142/0001-37, representado pelo seu Presidente, senhor MAURÍCIO CAMILLO.

OBJETO:Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento no esporte.

VALOR:R\$ 3.000,00

PRAZO:De 15.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 15 de abril de 2010.

Extrato do Convênio N  18/2010- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO N  18/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob n  78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o GR MIO ESPORTE UNIÃO, neste município, inscrito no CNPJ sob n  78.479.300/0001-92, representado pelo seu Presidente, senhor ANTÔNIO PRESOTTO.

OBJETO:Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento em câmara fria.

VALOR:R\$ 6.000,00

PRAZO:De 15.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 15 de abril de 2010.

Extrato do Convênio N  19/2010- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO N  19/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob n  78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o ESPORTE CLUBE ITAMARATI, neste município, inscrito no CNPJ sob n  78.478.625/0001-50, representado pelo seu Presidente, senhor FERNANDO DILDA.

OBJETO:Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento no esporte.

VALOR:R\$ 3.000,00

PRAZO:De 22.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 22 de abril de 2010.

Extrato do Convênio N  20/2010- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO N  20/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob n  78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA MARIA GORETI, neste município, inscrita no CNPJ sob n  02.579.611/0001-61, representada pelo seu Presidente, senhor NATALINO WOLOSZYN.

OBJETO:Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na cancha de bochas.

VALOR:R\$ 3.000,00

PRAZO:De 22.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 22 de abril de 2010.

Extrato do Convênio Nº 9/2010- FMEC
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 9/2010- FMEC

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o UNIÃO FUTEBOL CLUBE, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 83.701.672/0001-51, representado pelo seu Presidente, senhor MARCOS ANTÔNIO SIMIONI.

OBJETO:Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando ao repasse, a CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento no esporte.

VALOR:R\$ 2.000,00

PRAZO:De 01.04.2010 a 31.12.2010.

DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2010.

Coronel Martins**PREFEITURA MUNICIPAL****Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 066**
ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 066

MÊS/ANO: ABRIL/2010 NÚMERO CONTRATO: 066/2010
VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), mensais.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/04/2010

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria contábil e administrativa, realizando dentre outras, as seguintes atividades:

- a)Acompanhamento e transmissão de dados do sistema E-Sfinge e E-Sfinge Obras, e diligências do Tribunal de Contas;
- b)Elaboração e transmissão do SIOPS;
- c)Elaboração e transmissão do SIOPE;
- d)Informações ao STN da LRF RREO e Gestão Fiscal, COC e dados do balanço;
- e)Acompanhamento do controle interno com orientações ao controle;
- f)Elaboração do PPA, LDO, LOA e acompanhamento nas Audiências Públicas na elaboração das peças de planejamento;
- g)Elaboração das metas bimestrais de arrecadação;
- h)Elaboração do cronograma mensal de desembolso;
- i)Confecção e apresentação em audiência pública dos relatórios exigidos a cada quadrimestre;
- j)Acompanhamento mensal das aplicações e os limites constitucionais das despesas em educação, saúde e pessoal;
- k)Análise de balancetes e balanços da Prefeitura e Fundos Municipais;
- l)Conferência dos registros e movimentações contábeis;
- m)Prestar contas mensalmente ao Legislativo;
- n)Disponibilizar bacharel em ciências contábeis com registro junto ao CRC/SC, para responder pela contabilidade da Prefeitura e Fundos Municipais, até a realização de concurso público para desempenhar as funções de contador do Município de Coronel Martins.

Parágrafo Único: Os serviços acontecerão em atendimento de no mínimo 20 horas mensais na sede da administração municipal e, atendimentos a prestação de assistências esporádicas por via telefônica e internet, sempre que o contratante necessitar.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 04.844.284/0001-53

CONTRATADO: INSTITUTO FAEF S/C LTDA

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2010

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 067
ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 067

MÊS/ANO: ABRIL/2010 NÚMERO CONTRATO: 065/2010
VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/04/2010

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a concretização do objeto do Convênio nº. 031637175/2009/MAPA/CAIXA de 31/12/2009, firmado entre o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA e a Prefeitura Municipal de Coronel Martins - SC, consistindo na aquisição de uma Retroescavadeira nova de fabricação nacional, modelo LB110 4x4, marca NEW HOLLAND, equipada com motor Cummins, modelo B4.5, 100 HP de potência a diesel turbo alimentado, 01 bateria com capacidade de 100 Ah e conversor de torque com desacoplamento automático do estator, diferencial traseiro com bloqueio por meio de pedal e desbloqueio automático; controles totalmente hidráulico; vazão hidráulica de 141 l/min e pressão máxima de 197 bar. Caçamba frontal com pá carregadeira com dois cilindros de basculamento e levantamento, capacidade de 1,0 m3 com nivelador automático e com força de desagregação de 6.484 Kgf, caçamba traseira capacidade de 0,24m³ e com força de escavação de 5810 Kgf e com profundidade de escavação de 4.716 mm, chassi monobloco; freios de serviço à disco em banho de óleo e de estacionamento independente; pneus traseiro 19,5 X 24 - 10 lonas e dianteiros 12,5 X 18 - 10 lonas 2 faróis frontais e 2 traseiros, luzes traseiras de freio, buzina, luzes direcionais, 4 faróis adicionais montados no toldo ou na cabine, alarme de ré, gabinada com ar condicionado e limpador no parabrisas dianteiro e traseiro, espelho retrovisor interno e externos, chave geral elétrica, painel de instrumentos com indicador de temperatura da água do motor, conta-giros e hidrômetro, luzes de aviso para pressão do óleo do motor, freio de estacionamento (com aviso sonoro), temperatura do óleo conversor e transmissão, pressão do óleo do conversor e transmissão, carga da bateria e obstrução do filtro do ar, extintor de incêndio, cabine HOPS FOPS e peso operacional de 7.178 Kg.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 06.224.121/0001-01

CONTRATADO: SHARK MÁQUINAS P/CONSTRUÇÃO LTDA

DATA VENCIMENTO CONTRATO: O prazo de vigência do presente contrato será de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado em caso de necessidade e interesse público

Corupá**PREFEITURA MUNICIPAL****Pregão Presencial 023/10 - Registro de Preços Filtros**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 023/10

OBJETO: Eventuais aquisições parceladas de filtros para veículos e máquinas do Município de Corupá, conforme Anexo I do presente edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 29/04/2010 às 09 horas do dia 12/05/2010.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 12/05/2010.

TIPO: Menor Preço Por Item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No en-



dereço Secretaria Municipal de Infra Estrutura de Corupá-SC - Rua Padre Vicente, 69 - CENTRO e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs Telefone (47) 3375-6500.

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Somente serão aceitas as propostas em mídia CD-R/RW sob pena de desclassificação.

Corupá, 28 de Abril de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços 003/10 - Construção Quadra EMEF José Pasqualini

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/10

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a construção da quadra poliesportiva coberta na EMEF José Pasqualini, em estrutura de concreto pré moldado incluindo arquibancada vedação em alvenaria, correspondendo área total de 875,00 m2, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, conforme projeto arquitetônico, orçamento, cronograma, memorial descritivo e quantitativos anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 29/04/2010, às 09h00min do dia 14/05/2010.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 14/05/2010.

TIPO: Menor Preço Unitário.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

Visita Técnica a ser realizada no dia 10/05/2010 às 14hs.

Para retirar o Edital com os Projetos, Orçamentos e Memoriais, necessariamente o interessado deverá comparecer na Prefeitura de Corupá, com a entrega de uma mídia CD-R para a gravação das informações.

Horário: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 28 de Abril de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 262

LEI Nº 262, de 27 de abril de 2010.

Altera a Lei nº 039/1997 de 04 de novembro de 1997 que Dispõe sobre o Fundo Municipal de Assistência e Previdência - Fumap, dos Servidores do Município de Ermo e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os dispositivos da Lei nº 039/1997, de 04 de novembro

de 1997, abaixo mencionados, passam a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 8º.....

§ 3º. A alíquota de contribuição mensal prevista no inciso I deste artigo será de 5% (cinco por cento) para os segurados que possuam dependentes."

"Art. 11

III - cirurgias: 12 (doze) meses."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de abril de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Lei Nº 263

LEI Nº 263, de 27 de abril de 2010.

Altera a Lei nº 038/1997 de 04 de novembro de 1997 que Dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ermo e dá outras providências

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 68 do Capítulo V, Seção V da Lei Municipal nº 038/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 68 O servidor que realize atividades em condições perigosas ou insalubres, fará jus ao adicional incidente de:

I-30% (trinta por cento), para insalubridade de grau máximo;

II-20%(vinte por cento), para insalubridade de grau médio;

III-10%(dez por cento), para insalubridade de grau mínimo;

IV-20%(vinte por cento), para periculosidade.

§ 1º O adicional a que se refere o "caput" deste artigo incidirá sobre o piso salarial dos servidores públicos municipais e será apurado por profissional habilitado na área o qual fornecerá o laudo correspondente a cada atividade e seu respectivo adicional.

§ 2º São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

§ 3º Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores à agentes nocivos a saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição a seus efeitos, de acordo com a legislação federal em vigor.

§ 4º No caso de incidência de mais de um fator de insalubridade, será apenas considerado o de grau mais elevado, para efeito de acréscimo salarial, sendo vedada a percepção cumulativa."

Art. 2º A Lei Municipal nº 038/97 passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 68º A - A eliminação ou neutralização da insalubridade ocorrerá com:

I - adoção de medidas que conserve o ambiente de trabalho den-



tro dos limites de tolerância;

II - utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo à limites de tolerância;

III - o uso de equipamentos de proteção individual com certificado de aprovação.

§ 1º - Compete a Prefeitura quanto ao equipamento de proteção individual:

I - adquirir o equipamento de proteção individual adequado ao risco de cada atividade;

II - exigir seu uso;

III - fornecer ao servidor somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

IV - orientar e treinar o servidor sobre o uso adequado, guarda e conservação;

V - substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;

VI - responsabilizar-se pela sua manutenção, quando couber.

§ 2º - Compete ao servidor quanto ao equipamento de proteção individual:

I - usá-lo apenas para a finalidade a que se destina;

II - responsabilizar-se pela sua guarda, higienização e conservação;

III - comunicar qualquer alteração que o torne parcial ou totalmente danificado assim se tornando impróprio para o uso;

IV - responsabilizar-se pela danificação causada pelo uso inadequado ou fora das atividades a que se destina, bem como pelo seu extravio;

V - cumprir as determinações da prefeitura sobre o uso adequado.

§ 3º Constitui ato faltoso a recusa injustificada ao cumprimento da exigência legal quanto ao usos obrigatório do equipamento de proteção individual, podendo o servidor ser passível de punição, que vai desde uma simples advertência verbal até a exoneração por justa causa."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de abril de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Lei N° 264

LEI N° 264, de 27 de abril de 2010.

Dispõe sobre a concessão do uso e exploração comercial da lanchonete do Ponto de Apoio Rodoviário de Ermo e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, mediante processo licitatório, o uso e exploração comercial de espaço destinado à lanchonete, localizado na parte interna do Ponto de Apoio Rodoviário de Ermo, observados os dispositivos legais constantes na Lei nº 8.987/95 e Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. A descrição completa do espaço, as especificações técnicas, o regime, o prazo e as demais condições de concessão serão estipulados no Edital de Concorrência, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º O concessionário assumirá exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do contrato de concessão, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade da Administração Pública Municipal relativamente a esses encargos, inclusive os que contratualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

Art. 3º A fiscalização da execução das obrigações, objeto desta Lei, será exercida pelo Município.

Art. 4º A execução desta poderá ser regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de abril de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso De Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço N°. 010/FMS/2010.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo, a contratação de empresa especializada para execução da construção da Unidade de Saúde de Santa Terezinha, na Rodovia Leonardo Loch, Localidade de Santa Terezinha, Forquilha/SC, com área de 206,51 m², compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de maio de 2010 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 27 de abril de 2010.

REJANE MARIA LOCH

Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2059/10

LEI N°. 2059, DE 28 DE ABRIL DE 2010.

REVOGA AS LEIS MUNICIPAIS N°. 1238, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 E N°. 1982, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Ficam revogadas as Lei Municipais nº. 1238, de 10 de



setembro de 1997 e nº. 1982, de 20 de novembro de 2008.

Art. 2º. Após a vigência desta Lei, o § 3º, do artigo 7º da Lei Municipal 1220, de 04 de junho de 1997, voltará a vigorar em sua redação original.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 28 de Abril de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0126/2010

DECRETO Nº 0126, DE 28 DE ABRIL DE 2010.

RETIFICA E RATIFICA O DECRETO N. 0100, DE 05 DE ABRIL DE 2010.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica retificado o Decreto n. 0100, de 05 de abril de 2010, passando as alíneas "e" e "h", do artigo 1º, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. [...]"

e) Representante da Associação Empresarial de Fraiburgo - ACIAF:

Titular: Elaine Vedani;

Suplente: Soeni Yamaguchi;

[...]

h) Representantes de Associação de Moradores:

Bairro São Miguel: Titular: Erolto Gerlach;

Suplente: Cedenir Rodrigo Remus;

Bairro das Nações: Titular: Lecilda Gomes Ribeiro

Suplente: Johny Robson Dias de Andrade

Art. 2º. Ficam ratificadas as demais disposições do Decreto n. 0100, de 05 de abril de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo (SC), 28 de Abril de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Sec. Administração e Planejamento

Portaria nº 1504/2010

PORTARIA N.º 1.504 DE 28 DE ABRIL DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora MARCIA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 000.181.379-03, nomeada para o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 12 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de abril de 2010, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de abril de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1505/2010

PORTARIA N.º 1.505 DE 28 DE ABRIL DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor JESUS SEBASTIÃO DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 227.235.289-87, contratado em caráter temporário no cargo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, em 26 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de abril de 2010, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de abril de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1506/2010

PORTARIA N.º 1.506 DE 28 DE ABRIL DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor DILSON DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 005.735.879-65, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 27 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de abril de 2010, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de abril de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1507/2010

PORTARIA N.º 1.507 DE 28 DE ABRIL DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas



atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor WILLIAM MORSOLETTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 009.894.899-73, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de abril de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 1508/2010

PORTARIA N.º 1.508 DE 28 DE ABRIL DE 2010.

Retifica e Ratifica a Portaria 1408/2010

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 1.408 de 14 de abril de 2010, que exonerou a servidora MARISA RODRIGUES, em 13 de abril de 2010, alterando o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SENIOR para o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 1.408 de 14 de abril de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 28 de abril de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial nº 0050/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0050/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0026/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de horas máquinas, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Validade da Ata: maio a agosto de 2010. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Credenciamento: a partir das 09:00 horas do dia 12.05.2010. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 27 de abril de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - MARÇO 2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MÊS DE MARÇO DE 2010

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	1.897.318,60
1.2 - ITBI	148.369,48
1.3 - ISS	222.679,20
1.4 - FPM	1.518.572,81
1.5 - IRRF	20.035,71
1.6 - ICMS	1.033.904,35
1.7 - IPI	21.167,57
1.8 - IPVA	253.975,63
1.9 - ITR	702,38
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.195,80
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	194.477,42
1.12 - Multas e Juros de Mora	36.350,43
TOTAL	5.354.749,38

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.338.687,35
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	771.836,09
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	1.001,44
2.3 - Convênios	143.912,87
TOTAL	2.255.437,75

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	567.103,71	568.711,77	1.608,06
3.2 - Professor em Efetivo Exercício	463.702,52	493.657,49	29.954,97
3.3 - Manutenção do Ensino	1.080.718,65	257.762,06	-822.956,59
3.4 - Convênio	143.912,87	143.912,87	0,00
TOTAL	2.255.437,75	1.464.044,19	-791.393,56

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Garopaba, 19 de abril de 2010.

% APLICADO : 10,22%

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS EM SAUDE - MARÇO 2010**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE MARÇO DE 2010**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	1.897.318,60
1.2 - ITBI	148.369,48
1.3 - ISS	222.679,20
1.4 - FPM	1.518.572,81
1.5 - IRRF	20.035,71
1.6 - ICMS	1.033.904,35
1.7 - IPI	21.167,57
1.8 - IPVA	253.975,63
1.9 - ITR	702,38
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.195,80
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	194.477,42
1.12 - Multas e Juros de Mora	36.350,43
TOTAL	5.354.749,38

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	803.212,41
2.2 - Rendimento de Aplicação	5.130,10
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	1.002.630,36
TOTAL	1.810.972,87

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde	803.212,41	379.766,02	-423.446,39
3.2 - (-) Convênios	1.007.760,46	1.007.760,46	0,00
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	1.810.972,87	1.387.526,48	-423.446,39

% aplicado = 7,09%

Garopaba, 19 de abril de 2010.

PREFEITO MUNICIPAL**TEC. CONTABILIDADE****SECR. MUNIC. DA SAÚDE****DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - ABRIL/2009 A MARÇO/2010

Município de GAROPABA - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ABRIL/2009 A MARÇO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.877.385,12	183,00
Pessoal Ativo	10.389.767,25	183,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	487.617,87	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	391.339,13	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	375.220,57	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	16.118,56	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	10.486.045,99	183,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	10.486.228,99	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		24.613.613,94
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		42,60
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		13.291.351,53
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		12.626.783,95
FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 19/04/2010

Luiz Carlos Luiz
Prefeito Municipal

Artur Emilio Lopes
Secretário de Fazenda

Ronaldo Gabriel Antonio
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288



Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 165/2010

PORTARIA Nº 165 de 26 de abril de 2010.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, BEM COMO DE EMPREGOS PÚBLICOS, APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGANICA MUNIPAL E DECRETO Nº37/2010 DE 20 DE ABRIL DE 2010.

CONSIDERANDO, O Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado Homologado Pelo Decreto 37/2010 de 20 de abril de 2010:

CONSIDERANDO, A necessidade de preenchimento de vagas de Provimento Efetivo, nos quadros Funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da republica:

CONSIDERANDO, a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos e empregos públicos conforme Anexo 01 e 02 desta portaria.

RESOLVE:

ART. 10. Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constantes do anexo I desta Portaria, para os cargos de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

ART. 2º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constantes do anexo II desta Portaria, para os cargos de Provimento Efetivo, como emprego público, sendo regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho- CLT.

ART. 3º Os nomeados constantes nos anexos I e II deste desta Portaria, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

Fotocópia simples dos seguintes documentos:

CTPS (páginas: foto e qualificação civil)

Cartão do PIS (frente e verso)

CPF e RG

Título de eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais

Certidão de nascimento (se solteiro) ou casamento (se casado)

Comprovante de endereço atualizado

Carteira de habilitação (para os cargos em que foi exigida habilitação)

Certidão de nascimento dos filhos até 14 anos

Carteira de vacinação para filhos até 07 anos

Certificado de reservista (para homens)

Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário

Todas as fotocópias deverão estar legíveis

Fotocópia autenticada

Histórico escolar ou diploma (p/ nível fundamental e médio)

Diploma (para nível técnico e superior)

Certificado de Curso de Informática (p/os cargos em que foi exigida esta habilitação)

Certificado de Curso de Bombeiro Voluntário (p/ o cargo de Agente de Defesa Civil)

Certificado de Curso de Vigilante (para o cargo de Vigilante)

Certificado do Curso de Auto Cad (para o cargo de Desenhista projetista)

Carteira do Registro no Conselho Profissional de Santa Catarina

Apresentar :

01 foto 3x4 recente.

Declaração de cumulação de cargo (fornecido pelo RH)

Declaração de bens (fornecido pelo RH)

Ficha Salário Família (fornecido pelo RH)

Documento original

CTPS para os candidatos Nomeados no Anexo II

ART. 40. – A posse ocorrerá de forma coletiva em 3 datas abaixo designadas, estarão aptos a participar da posse os nomeados que atenderem as exigências do art.3º desta portaria.

Primeira data de posse ocorrerá no dia 06 de Maio do corrente ano, as 14 h, na sede da Prefeitura Municipal de Garuva, serão empossados os nomeados que estiverem com a documentação exigida até o dia 04/05/2010, as 12:00h junto ao Departamento de recursos Humanos do Município de Garuva.

A Segunda data de posse ocorrerá no dia 14 de Maio do corrente ano, as 14 h, na sede da Prefeitura Municipal de Garuva, serão empossados os nomeados estiverem com a documentação exigida até o dia 12/05/2010, as 12:00h.

A Terceira data de posse ocorrerá no dia 26 de Maio do corrente ano, as 14 h, na sede da Prefeitura Municipal de Garuva, serão empossados os nomeados estiverem com a documentação exigida até o dia 24/05/2010, as 12:00h.

Parágrafo Único- Quem não tomar posse nas datas acima estabelecidas, poderá apresentar-se de forma individual no Departamento de recursos Humanos do Município de Garuva, para posse.

ART. 50. – Os nomeados constantes do anexo I e II desta portaria, que não tomarem posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estarão renunciando tacitamente a vaga que foram nomeados, sendo considerada nula a Nomeação, ficando a Cargo do Chefe do Executivo Municipal, futura Nomeação conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 60. – Os nomeados constantes do anexo I e II desta portaria, que não desejarem serem empossados nos cargos ou empregos a que foram nomeados, poderão preencher o termo de desistência devidamente assinado, à disposição no site www.garuva.sc.gov.br , podendo enviar via postal, ou entregar no Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 70. – Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

ANEXO 01

REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Médico Clinico Geral

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
--------------	-------------------	---------------



738	Antonio Jesus Viana de Pinho Junior	1º
-----	-------------------------------------	----

Cargo: Médico Pediatra

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
134	Marcus Vinicius Josino	1º

Cargo: Administrador

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
448	Luiz Miguel Ferrazza	1º

Cargo: Advogado

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
248	Louis Thadeu Otto Von Tromp-czynski	1º

Cargo: Assistente Social

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
734	Ana Patricia da Rosa	1º

Cargo: Farmacêutico

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
539	Larissa Klug	1º

Cargo: Fisioterapeuta

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
48	Scheila Bianca Krause Strey	1º

Cargo: Médico Veterinário

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
747	Cassiano Kahlow	1º

Cargo: Psicólogo

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
315	Liz Mary Henk	1º
479	Eliselly Ana Romão	2º

Cargo: Contador

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
185	Jackson César Hattenhauer	1º

Cargo: Técnico de Informática

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
932	Silvano Luiz Sabi	1º
251	Diogo Maschio	2º

Cargo: Fiscal de Tributos

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
934	Ivandro Sérgio Lopes	1º

Cargo: Fiscal de Posturas

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
280	José de Paula Cordeiro	1º

Cargo: Desenhista Projetista

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
756	Camila Costa	1º

Cargo: Agente Administrativo

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
693	Silke Gerhmann	1º
215	Renan Marcus de Santana	2º
30	Verônica de Paula Cordeiro Len-nertz	3º
469	Heloise Gonçalves Nunes	4º
340	Eder Johns Lemos	5º
501	Marcio Ricardo Herpich	6º
108	Jorge Victor Fay	7º
627	Adryel Pabst	8º
869	Djalma Boddy Junior	9º
49	Marcelo Eduardo Person	10º

Cargo: Operador de Máquina

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
553	Cristiano Chaves	1º

Cargo: Motorista de Veículos Pesados

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
593	Renildo de Oliveira Junior	1º

Cargo: Pedreiro

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
301	Jadilson Alves da Luz	1º
699	Dorival de Lima	2º

Cargo: Recepcionista

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
498	Ana Caroline Martins Rodrigues	1º

Cargo: Agente de Defesa Civil

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
609	Marcio Kuchlik	1º
454	Alisson de Andrade	2º
385	Marcos Flores	3º

Cargo: Motorista de Veículo Leve

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
484	Pedro Ostrowski	1º

Cargo: Vigilante

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
58	Altair Daniel da Silva	1º
538	Gustavo Strey Amorim	2º



704	Almir da Cruz Pereira	3º
15	Josué Gonçalves	4º

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais (masculino)

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
791	Francimar Rafael Padilha	1º
518	Nelson Monteiro	2º
413	Luiz Fernando Padilha	3º
159	José Roberto Germano da Silva	4º
203	Adão Brassanini	5º

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais (feminino)

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
18	Marisandra Natalina Vageleski	1º
674	Patricia David	2º
302	Ivonete do Nascimento	3º
777	Magda Rosangela Cardoso	4º
174	Maria da Luz Rocha Fiuza	5º
377	Zilda dos Santos	6º
639	Rosana Lemos	7º
372	Ana Claudia Caetano	8º
745	Margarete do Rocio Pereira	9º
360	Elvira Ferreira Franco	10º
342	Ana Lucia Nogueira de Andrade	11º
786	Suzana Maria Fermino	12º

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais (Escola Iça Mirin)

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
77	Juliana Brassanini	1º

Cargo: Merendeira

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
542	Rosinete Lange Gonçalves	1º

MAGISTÉRIO**Cargo: Professor de Matemática**

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
242	Heloy Tomaz Santos Pereira	1º

Cargo: Professor de História

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
355	Daiane Besen	1º
346	Edevânio Franciscione Arceno	2º

Cargo: Professor de Geografia

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
548	Alexandre Cardoso de Souza	1º

Cargo: Professor de Ciências

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
297	Heitor Grochoski Matias	1º

Cargo: Professor de Língua Portuguesa

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
468	Maria Lúcia Avanzi da Cunha	1º

Cargo: Professor de Música

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
801	Person Francisco Schlickmann	1º

Cargo: Professor de Educação Infantil

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
65	Debora Elizeu Olivério Prost	1º
514	Rosana de Fátima Guibes do Amaral	2º
119	Cristiane Pereira da Silva	3º
845	Vera Lucia Motta	4º
590	Bárbara Tâmara Lyz Anny Stonoga	5º
437	Viviane da Silva Boeing Thomsen	6º
712	Fabiane Bisewski	7º
473	Joana Krupacz David	8º
834	Fabiana Wachholz Alves	9º
499	Márcia Adriane Jagielski Meurer	10º
515	Arlei Muller Zochetto	11º
197	Tâmara Bylaardt	12º
388	Andressa Lucila Duarte Umlauf	13º
244	Jaqueline Pabst	14º
181	Anigia Benkendorf Hattenhauer	15º
472	Janice Budal	16º

Cargo: Professor de Educação Especial

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
440	Andréia Dias da Silva	1º

Cargo: Professor de Educação Física

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
611	Paulo Ricardo Schlogl	1º
537	Sirlene Aparecida de Oliveira	2º
381	Jean Peter Campigotto	3º

Cargo: Professor de Ética e Cidadania

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
399	Vânio Demétrio	1º
600	Eva Aparecida da Rocha Lima	2º
177	Suelen Veiga dos Santos	3º

ANEXO 02**REGIME CELESTISTA****Cargo: Médico Clínico Geral**

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
936	Paulo de Tarso Stein Ribeiro	1º
292	Fabio Fernandes da Rosa	2º
521	Morgana Sonza Abitante	3º
937	Tânia Cristina Nassar Ribeiro	4º



Cargo: Enfermeiro

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
876	Francisca Alrileide Mesquita Guerra	1º
291	Marta Regina da Silva Perrut da Rosa	2º

Cargo: Odontologo

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
768	Gelly Betina Santos Thomazelli	1º

Cargo: Auxiliar de Enfermagem

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
640	Rosicleia Lemos	1º
873	Ketlin Kohler	2º
710	Cleide Ferreira do Vale Falcão	3º
895	Patricia de Farias	4º
321	Gisele Caroline Leandro	5º

Cargo: Técnica de Enfermagem

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
907	Fabiana Sitta da Silva	1º
457	Silmara de Farias	2º
149	Valdirene Peres Crisanto	3º
563	Joselei Maciel de Lima	4º

Cargo: Auxiliar de Saúde Bucal

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
29	Raquel Roder Lima	1º
140	Rose Daiane Lima Menezes	2º
735	Priscila Chaves Marmitt	3º

Gaspar**PREFEITURA MUNICIPAL****DECRETO Nº. 3.903**

DECRETO Nº. 3.903 DE 22 DE ABRIL DE 2010
SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.605 de 29 de junho de 2005 e Lei Municipal nº 3.100 de 20 de maio de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Substitui os representantes das entidades abaixo mencionadas, que compõe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU:

Entidade	Membro atual	Novo membro
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	Patrícia Scheidt	Letícia de Freitas Sousa
Secretaria Municipal de Transportes e Obras	Joel Reinert	Soly Waltrick Antunes Filho
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	Rodrigo Fontes Schramm	Joel Reinert

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando os Decretos Municipais 3.519 de 15 de julho de 2009 e 3.570 de 18 de agosto de 2009.

Gaspar, 22 de abril de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº. 3.906

DECRETO Nº. 3.906 DE 26 DE ABRIL DE 2010.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para integrarem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar:

I - Carlos Francisco Bornhausen;

II - Valdéria Stanke Pamplona;

III - Elizabeth Otiquir;

Art. 2º A função de Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar será exercida pelo servidor Carlos Francisco Bornhausen;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 3.369 de 23 de março de 2009.

Gaspar, 26 de abril de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº. 2.136

PORTARIA N°61616;. 2.136, DE 29 DE MARÇO DE 2010.

PRORROGA O PRAZO DAS SINDICÂNCIAS E DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES EM TRÂMITE NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91,

Considerando que as atividades da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar não estão sendo re-



alizadas temporariamente em razão de que dois dos seus atuais membros estão licenciados e que, portanto, não houve pedido de prorrogação do prazo para conclusão dos seus trabalhos em relação aos feitos em andamento;

Considerando que se faz necessária a prorrogação dos prazos para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente relativos às sindicâncias e processos disciplinares em trâmite a fim de permitir que seus membros atuais ou outros que venham a ser designados possam dar continuidade às ações até então realizadas, visando a economia processual;

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias após o respectivo vencimento, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação aos seguintes feitos, conforme indicado:

I - P.A.D. nº. 17/2008, para apuração da responsabilidade de Tynara Clarisse Vetter Schneider, a contar retroativamente de 03 de março de 2010;

II - Sindicância nº. 10/2008, para apuração dos fatos em relação a desentendimento ocorrido entre servidores no ESF - Estratégia Saúde da Família do Bairro Gasparinho Quadro, a contar retroativamente de 13 de março de 2010;

III - P.A.D. nº. 11/2008, para apuração da responsabilidade de Marla Janaina da Silva Moraes, a contar retroativamente de 18 de março de 2010;

IV - Sindicância nº. 01/2009, para apuração da responsabilidade por infrações de trânsito relativas a veículo de propriedade do SAMUSA - Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar, que, à época da autuação, estava cedido à Secretaria Municipal de Transportes e Obras, a contar de 31 de março de 2010;

V - P.A.D. nº. 08/2008, para apuração da responsabilidade de Juvenal Maia da Motta, a contar de 01 de abril de 2010;

VI - P.A.D. nº. 15/2008, para apuração da responsabilidade de Rossana Castro Guidotti, a contar de 04 de abril de 2010;

VII - P.A.D. nº. 13/2007, para apuração da responsabilidade de Cláudio Felipe Casas, a contar de 09 de abril de 2010;

VIII - P.A.D. nº. 18/2008, para apuração da responsabilidade de Frank Aurélio Carvalho Rodrigues, a contar de 15 de abril de 2010;

IX - P.A.D. nº. 02/2009, para apuração da responsabilidade de Pedro da Silva, a contar de 18 de abril de 2010;

X - P.A.D. nº. 14/2008, para apuração da responsabilidade de Jociamara Kwiatkowski de Oliveira, a contar de 25 de abril de 2010;

XI - P.A.D. nº. 10/2008, para apuração da responsabilidade de Jane Flores Airoso, a contar de 29 de abril de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos retroativos inerentes.

Gaspar, 29 de março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº 2.145

PORTARIA Nº 2.145, DE 27 DE ABRIL DE 2010.

CONCEDE A PEDIDO LICENÇA SEM VENCIMENTO, À SERVIDORA GRASIELA DONINI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a pedido, licença sem vencimento, à servidora GRASIELA DONINI, ocupante do cargo efetivo de Professora Educação infantil DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Tia Maria Elisa, por um período 02 (dois) anos, a partir de 03 de maio de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de abril de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 451/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 451/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJU4240	8685007914	CRISTAL TURISMO E TRANSPORTES LTDA	6050/3	208
AJV7530	8685007148	ADILSON GUTZ	6050/3	208
CDF6596	8685007056	MARIO MOREIRA MACIEL	6050/3	208
CMJ2813	8685006949	MARCIO DE MATOS DANTAS	6050/3	208
DIC6115	8685007941	JOAO PEDRO BERGAMO	6050/3	208
HOX4083	8685007249	SIDINEI ANTONIO ROVEDA	6050/3	208
ICX9258	8685006992	DYONATAN JANER	6050/3	208
IGZ0989	8685006853	GIVALCI ALVES RODRIGUES	6050/3	208
LWS4140	8685007772	JAIRO EVANGELISTA	6050/3	208
LWT5165	8685007212	ABDON BENY DA COSTA	6050/3	208
LYH9098	8685006453	FREDOLINO FLORIANO IKERT	6050/3	208
LYK0374	8685007900	SILVIO DA SILVA	6050/3	208
LZP9874	8685007656	EUNICE MARIA FERREIRA DA SILVA	6050/3	208
MBA3293	8685007743	ALBATEX CONFECÇOES LTDA EPP	6050/3	208
MBC6242	8685007563	RENATO SALDANHA	6050/3	208
MBD2605	8685007484	JOAO RAMOS DE SOUSA	6050/3	208
MBM8743	8685007173	MARINA LIZ DALCASTAGNE	6050/3	208
MBU9700	8685007960	EDITE ALVES ALONSO LACERDA	6050/3	208
MBY6282	8685006969	ELIONI FRONZA	6050/3	208
MBY9360	8685007279	ALDAIR TOMAO	6050/3	208
MCF7183	8685007036	ANA MARIA PEREIRA	6050/3	208
MCH3211	8685006902	IVONY GESSNER DE ASSIS	6050/3	208
MCK2869	8685007718	AUTO VIACAO CATARINENSE LTDA	6050/3	208
MCR3502	8685007631	EDSON GONCALVES	6050/3	208
MDE9623	8685007588	ALEX JUNIOR GOMES	6050/3	208
MDR4106	8685006504	NESTOR DEMARCHI	6050/3	208

MEE4425	8685006920	LAERCIO TESTONI	6050/3	208
MEP6080	8685006821	EDSON LUIS ALVES	6050/3	208
MEP9005	8685006883	PAULO ALBERTO PAMPLONA JUNIOR	6050/3	208
MET1114	8685007905	THIAGO FORTUNATO FERNANDES	6050/3	208
MEU0500	8685007413	GILSON GRAEFF	6050/3	208
MEZ7942	8685007733	CARLA BUZZI	6050/3	208
MFB2777	8685007728	MILTON LUIZ CASAGRANDE	6050/3	208
MFF1657	8685007769	JOSE VALCIR CORREA ME	6050/3	208
MFO1214	8685007080	CHRISTIAN DAVID HOSTERT	6050/3	208
MFO9540	8685007891	ADRIANA DOS SANTOS	6050/3	208
MFR1880	8685007122	SONIA SARDO	6050/3	208
MFS7010	8685006835	JOSE FERNANDO MENDONCA DE ARAUJO	6050/3	208
MFV9633	8685007018	MARGARETE PAULINA VALLE	6050/3	208
MGF8899	8685006865	HELGA LORENA MICHELS DESCHAMPS	6050/3	208
MGL8805	8685006536	OSMAR JOAO VICENTINI	6050/3	208
MGP1043	8685007456	SAUL PINHEIRO	6050/3	208
MGV4514	8685007595	DENILSON CUSTODIO DOS SANTOS	6050/3	208
MGX5302	8685007618	ELEZIO HILLESHEIM	6050/3	208
MIP1818	8685007485	JORGE ALBERTO DOS SANTOS ROSA	6050/3	208
MOJ0638	8685007042	ZAIR BUNDE	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE ABRIL DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 452/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 452/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BJB1760	8685005927	WILSON GARCIA	6050/3	208
LWR5323	8685005715	ANDERSON MARTINHO	6050/3	208
LYM4099	8685006287	RODRIGO CARDOSO	6050/3	208
LYQ0416	8685005755	JOSIMERE SILVEIRA	6050/3	208
LZI0270	8685005994	EDSON ROBERTO SIMAO	6050/3	208
MAO1802	8685005625	VILMAR KLETTENBERG	6050/3	208
MCH5821	8685005935	VERA LUCIA MENDES	6050/3	208
MDD3318	8685005738	CLAUDETE DE FATIMA BERGAMO	6050/3	208
MDS3504	8685005630	ANTONIO RICARDO CANIZIO SAMPAIO	6050/3	208
MDW3335	8685005835	BRIGITE HEMMER	6050/3	208
MED6166	8685005386	SAMUEL LOURENCO	6050/3	208
MFW6278	8685005671	TEREZINHA MARCOLLA MINATTI	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE ABRIL DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 453/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 453/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAE5694	8685007790	SIMONE NICOLETTI	6050/3	208
AHM6604	8685007460	MARIANO GESSER	6050/3	208
AIO5602	8685006411	MARLI POSTAE MARTINEZ	6050/3	208
AIO5602	8685007525	MARLI POSTAE MARTINEZ	6050/3	208
ALW0595	8685007947	AGUINALDO DE SOUZA	6050/3	208
CCP3138	8685007033	EDEMAR HERTZ	6050/3	208
CTO9316	8685007513	CRISTIANO JOSE TEIXEIRA	6050/3	208
IFB6797	8685006610	JOSE CELSO ANTUNES VIEIRA	6050/3	208
JPH3203	8685006662	ROGERIO EVANGELISTA	6050/3	208
JPJ1849	8685006632	FABIANA PATRICIA MAFRA	6050/3	208
KAB5025	8685007114	SERGIO JOSE CHIUCHI	6050/3	208
KIQ2469	8685007913	MAIRA FERNANDA LUEBKE DALSENTER OLINGER	6050/3	208
KJB2845	8685007347	CELSO JOSE RAMOS	6050/3	208
LXK6242	8685006528	RAFAEL ISAIAS OSSOSKI	6050/3	208
LXK6242	8685007425	RAFAEL ISAIAS OSSOSKI	6050/3	208
LYE9388	8685007493	INDUSTRIA GOLDACKER LTDA ME	6050/3	208
LYH9737	8685006789	MARIA HELENA RUSSI PEREIRA	6050/3	208
LYL9290	8685007264	ITAMAR ARNOLDO	6050/3	208
LYR8016	8685007647	JOSE DOS PASSOS SOUZA LEANDRO	6050/3	208
LYZ5840	8685007321	PIACA E CIA LTDA EPP	6050/3	208
LZH1489	8685007705	SEBASTIAO TRIUMPHO NETO	6050/3	208
LZK7074	8685007612	ELIAS FELIPE	6050/3	208
LZN7314	8685007119	MARCO ROBERTO OECKSLER	6050/3	208
LZU7480	8685007447	NILTON NICOLETTI	6050/3	208
MAC7333	8685007854	EXTRACAO E TRANSP AREIAS HORT LTDA	6050/3	208
MAE4108	8685007062	CLAUDIA BACCA DE MELO	6050/3	208

MAI4932	8685007124	ALESSANDRA MORAIS CAVALHEIRO	6050/3	208
MAJ4581	8685007686	SERGIO MARCOS HENING	6050/3	208
MAJ8492	8685007967	RONALDO STOFELA	6050/3	208
MAK8551	8685006403	MARCOS APARECIDO FRANCISCO	6050/3	208
MAM7883	8685006906	FABIO CAETANO PEREIRA	6050/3	208
MAQ7755	8685007965	TRANSGATTIS TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - ME	6050/3	208
MAR7230	8685006556	ALCEMAR DOS SANTOS	6050/3	208
MAT7854	8685007802	JOAO LAURO LEITAO BANDEIRA	6050/3	208
MBA5123	8685007651	JOSE GONCALVES	6050/3	208
MBD4599	8685007697	JOSIANE CALIXTRO FERREIRA	6050/3	208
MBJ2259	8685006530	DORALICIO NICOLETTI	6050/3	208
MBR9981	8685007420	ADEMIR KOCH	6050/3	208
MBX5585	8685007528	ROSANA VINOTTI	6050/3	208
MCD8557	8685007605	OTAVIO ROELL	6050/3	208
MCH1512	8685007810	MARIA TEREZINHA DE MORAIS	6050/3	208
MCM2482	8685007427	CATIA MARIA DE LIMAS MACHADO	6050/3	208
MCM6705	8685006608	JANE ZANINI	6050/3	208
MCO4526	8685007267	JOSE FRANCISCO VASQUES AYRES	6050/3	208
MCR0031	8685007066	MARCELO SOLANO SCHMITT ME	6050/3	208
MCR0761	8685006973	GRACIELA KRAUS	6050/3	208
MCX6056	8685007428	ANDREZA KARINE SCHNEIDER	6050/3	208
MDA9634	8685006903	JONECIR WINTER	6050/3	208
MDC0678	8685007920	VINICIUS CORDEIRO LIBERATTI	6050/3	208
MDQ6967	8685007377	EVANDRO VICENTE AGOSTINHO	6050/3	208
MEB3295	8685006475	ANDRE RICARDO DUTRA	6050/3	208
MEC4825	8685007655	PAULO CORREA	6050/3	208
MEG3851	8685007773	BRUNO FONSECA GUIMARAES	6050/3	208
MEK4434	8685006921	NORMA HILLESHEIM	6050/3	208
MER1006	8685006600	ROBERTO JOSE BERNARDES	6050/3	208
MET4503	8685007971	ELETRO TECNICA SCHEIDT LTDA	6050/3	208
MET4898	8685007879	CATIA ELIAS PESSOA	6050/3	208
MEU9396	8685007855	RODRIGO CORDEIRO	6050/3	208
MEV3582	8685007796	SANDRO FERREIRA DUARTE	6050/3	208
MEY0496	8685007842	FRANCISCO SOLANO DE SOUZA ME	6050/3	208
MFD4975	8685006455	JOAO JOSUE DA SILVA FILHO	6050/3	208
MFI7664	8685006520	AVENTINO REINERT	6050/3	208
MF9334	8685007830	EQUILIBRIUM ADM. E PARTIC. DE BENS LTDA	6050/3	208

MGA5622	8685007383	DAURI DUESSMANN ME	6050/3	208
MGH0034	8685006580	VILMAR GORGES ALVES	6050/3	208
MGI1620	8685007840	JADIR SILVA DE MELLO	6050/3	208
MGM0032	8685007452	LASARO PAULO REINERT DOS SANTOS	6050/3	208
MGN4869	8685006511	ROBERTA MARTINS DOS ANJOS	6050/3	208
MGU4881	8685006671	PROTASIO KIENEN	6050/3	208
MGW5112	8685007530	MULTI CONSTRUCOES LTDA	6050/3	208
MLV6699	8685007072	ADILSON DOS SANTOS	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE ABRIL DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 454/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 454/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACN2204	8685005981	ZULMAR JUNCKES	6050/3	208
LXK6242	8685006062	RAFAEL ISAIAS OSSOSKI	6050/3	208
MAL3525	8685005370	LEONARDO TRAPLE	6050/3	208
MED4287	8685006456	ALFREDO LABES NETO	6050/3	208
MEH6166	8685006362	CARLOS HENRIQUE DE SOUSA	6050/3	208
MEK7594	8685006450	ADEMAR CORDERO	6050/3	208
MFJ4846	8685006480	MARIA SEBASTIANA ZENDRON	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE ABRIL DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 455/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 455/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LYM1361	8685007224	NADIA ISABEL ROSSO ZIEM	6050/3	208
LZL4469	8685006859	JOSE ANSELMO RUSSI	6050/3	208
LZS6073	8685007345	ANDERSON FERREIRA TRINDADE	6050/3	208
MCA9366	8685007357	JERUSA OLINGER	6050/3	208
MCC8861	8685007514	LUCAS SCHLEDER FERNANDES	6050/3	208
MDD5212	8685007556	SAMUEL LUCHESE	6050/3	208
MDU1348	8685007282	VALDIR FRANCISCO ZIMERMANN	6050/3	208
MDY4698	8685007269	IVONETE BERNZ CARDOSO	6050/3	208
MEV0770	8685007216	JEAN CHRISTIAN WEISS	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE ABRIL DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 456/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 456/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJZ7943	8685006815	TEREZINHA APARECIDA FAGUNDES	6050/3	208
MBL5311	8685006207	ROSA HARO	6050/3	208
MBV4810	8685007093	JAIR VALENTIM DE MORAES	6050/3	208
MBW4711	8685006350	GILMAR PEREIRA	6050/3	208
MBX9933	8685006146	JANAIR DE OLIVEIRA XAVIER	6050/3	208
MCB4710	8685006223	ALTANIR LANHI SANTIN	6050/3	208
MCJ6372	8685006072	ROLF EHLERT	6050/3	208
MFJ6155	8685006942	LE MONDE COMERCIO DE VEICULOS LTDA	6050/3	208
MGN9952	8685006877	WALMIR PELENCE ME	6050/3	208
MID4460	8685006928	JOAO HEUSI SEARA NETO	6050/3	208
MKM6006	8685006461	DARLAN ROPELATO	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE ABRIL DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 457/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 457/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJP0745	8685007306	ISMAEL ALVES DE OLIVIERA	6050/3	208
MDS5711	8685007191	ANDERSON RODRIGO SANTO	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE ABRIL DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 458/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 458/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAJ0289	8685008139	EVANDRO CEZAR ORTIZ	6050/3	208
ADP4136	8685004049	DANIEL MOTA	6050/3	208
AFC4363	8685008195	NERI VERMOHLEN	6050/3	208
AGN0053	8685003858	EDITH ROSAR FERREIRA ME	6050/3	208
APA0681	8685008233	RAFAEL ZUCHI	6050/3	208
ILL3890	8685003559	JACQUELINE SAMAGAIA	6050/3	208
MCS3424	8685008004	OSCAR HAMMES	6050/3	208
MDF6570	8685008094	ARNO HENRIQUE DESCHAMPS	6050/3	208
MDV9435	8685007997	JOSE HENRIQUE DA SILVA	6050/3	208
MFS1504	8685008033	MARILIA FRANCISCA SCHMIDT	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE ABRIL DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 459/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 459/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
APK6950	8685007822	PAULO CESAR MENDES BORGES	6050/3	208
MBC0887	8685007730	ROSELI KEHL	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE ABRIL DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 460/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 460/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AEL0053	8685008902	JANAINA DA SILVA	6050/3	208
AJL6264	8685008969	ROBERTO RAULINO	6050/3	208
ARR0880	8685008099	AIRTON VALMOR NUNES	6050/3	208
CNC1545	8685008295	ROBERTO MICHELAN	6050/3	208
GXF2838	8685008229	DAVID MORAES DE AZEVEDO	6050/3	208
IMB1695	8685008344	OSMAR PEREIRA	6050/3	208
LYL0793	8685008339	GUILHERME MACIEL BARBOSA	6050/3	208
MBE4022	8685008995	PAULO ALESSANDRO CUNHA	6050/3	208
MCE1058	8685009098	MARIA DE FATIMA SANTOS SILVA	6050/3	208
MCQ0727	8685009112	MOACIR BITTENCOURT	6050/3	208
MCY3380	8685008060	HELIO VALIN	6050/3	208
MDY7719	8685007930	RICHARD PIEDADE ANDRIOLO	6050/3	208
MEI7626	8685009047	LEONILDA MARIA TEDESCO SOFFIATTI	6050/3	208
MFO5388	8685008279	JESER CARDOSO	6050/3	208
MFY3332	8685008206	GEORGIE ALVES DE BARROS	6050/3	208
MGC5932	8685009030	ALMERINDA ARLETE CORREIA	6050/3	208
MGY0175	8685009156	INOVACAO RENT A CAR LTDA ME	6050/3	208
MJS1818	8685008952	PAULO JOSE SOUSA	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE ABRIL DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de licitação - Pregão Presencial nº. 035/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2010

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na elaboração de plano destinado ao fortalecimento institucional da gestão pública do município de Governador Celso Ramos/SC, visando estudo dos necessários instrumentos para o desenvolvimento da atividade turística, com sustentabilidade econômica, social, ambiental e histórico-cultural, tudo de acordo com as condições constantes do anexo I - Termo de referência. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços dia de 11 de Maio de 2010, às 15:00 horas. Local para obtenção do Edital no setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 26 de abril de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 2.782/2010

LEI Nº 2782/2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR
ABRE CRÉDITO ESPECIAL
NO VALOR DE R\$ 60.000,00(SESSENTA MIL REAIS)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial com a seguinte classificação, no orçamento do exercício de 2.010:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
1402	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ESPECIAL				
1402.082430041-2047	Manutenção das Atividades do Projeto Sentinela				
33900000	0100	03	Outras Despesas Correntes	R\$	10.000,00
1402.082440041-2056	Manutenção e Encargos Família Acolhedora				
33900000	0100	25	Outras Despesas Correntes	R\$	20.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito especial do artigo 1º desta lei

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
------	---------------------------------------	--	--	--	--

1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
1401.082440042-2050	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Promoção Social				
31900000	0100	13	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	30.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com a seguinte classificação:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
1402	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ESPECIAL				
1402.082440041-2054	Manutenção do Projeto P.E.T.I.				
33900000	0100	06	Outras Despesas Correntes	R\$	10.000,00
1402.082440041-2056	Manutenção e Encargos Família Acolhedora				
33900000	0100	25	Outras Despesas Correntes	R\$	20.000,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 3º desta lei

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
1401.082440042-2050	Manutenção, Encargos e Atividades do Departamento de Promoção Social				
31900000	0100	13	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	30.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 23 de abril de 2010.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Extrato de contrato nº 023/2010 de 19 de abril de 2010

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Processo Licitatório nº 0045/2010
Pregão Presencial nº 0013/2010.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2010 DE 19 DE ABRIL DE 2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Radio Sociedade Catarinense Ltda.

OBJETO: Serviços radiofônicos, em emissoras de frequência AM, com abrangência comprovada na região de Herval d'Oeste, visando à veiculação de campanhas institucionais emanadas das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, e um programa Bom Dia Herval d'Oeste, durante o exercício financeiro de 2010.

VALOR: R\$ 3.400,00 (Três mil e quatrocentos reais).mensais

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2010, conforme Lei Orçamentária nº 2764/2009.

Herval d'Oeste, em 19 de abril de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal



Extrato de contrato nº 024/2010 de 19 de abril de 2010

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Processo Licitatório nº 0045/2010
Pregão Presencial nº 0013/2010.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2010 DE 19 DE ABRIL DE 2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Radio Líder do Vale Ltda.

OBJETO: Serviços radiofônicos, em emissoras de frequência AM, com abrangência comprovada na região de Herval d'Oeste, visando à veiculação de campanhas, da Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais e Fundos Municipais durante o exercício de 2010.

VALOR: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais). mensais

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2010, conforme Lei Orçamentária nº 2764/2009.

Herval d'Oeste, em 19 de abril de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Extrato de contrato nº 025/2010 de 19 de abril de 2010

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Processo Licitatório nº 0018/2010
Pregão Presencial nº 0005/2010,

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2010 DE 19 DE ABRIL DE 2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Transportes Coletivos Sarandi Ltda.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar, para o ano letivo de 2010, conforme matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a 200 dias letivos

VALOR: R\$ 112. 340,00 (cento e doze mil trezentos e quarenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2010, conforme Lei Orçamentária nº 2764/2009.

Herval d'Oeste, em 19 de abril de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Extrato de contrato nº 028/2010 de 19 de abril de 2010.

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Processo Licitatório nº 0018/2010
Pregão Presencial nº 0005/2010,
EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2010 DE 19 DE ABRIL DE 2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Transportes Coletivos Zarpelon Ltda ME.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar, para o ano letivo de 2010, conforme matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e

Municipal de Educação, relativos a 200 dias letivos

VALOR: R\$ 55.865,60 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2010, conforme Lei Orçamentária nº 2764/2009.

Herval d'Oeste, em 19 de abril de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ata de registro de preços nº 005/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2010

Modalidade Pregão Presencial nº 0012/2010

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data, podendo ser prorrogado, conforme previsto no Edital. Na data de 14 de Abril de 2010, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Emulsão Asfáltica Tipo RM - 1C, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a Empresa Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda, neste ato representada por seu procurador, Senhor Eduardo Domingos Barboza, em decorrência do processo licitatório nº 0043/2010, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Un	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
01	Emulsão Asfáltica Tipo RM-1C	TON	60	Compasa	R\$ 1.223,00	R\$ 73.380,00
TOTAL						R\$ 73.380,00

Herval d'Oeste (SC), 19 de Abril de 2010.

Nelson Guindani Eduardo Domingos Barboza

Prefeito Cargo: Procurador

CPF nº 501.589.459-72 CPF nº 550.760.681-15

Pelo Município Herval D' Oeste Pela Empresa: Compasa do Brasil

Testemunhas:

01. _____ 02. _____

Rubens Antonio Correia Daiane Lorini

CPF nº 687.857.399-87 CPF nº 004.534.269-56

Ata de registro de preços Nº 006-B / 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestoras:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fundo Municipal de Assistência Social

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006-B / 2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2010

Validade da Ata de Registro de Preços: de 20 de abril de 2010 a 20 de abril de 2011.



Aos 13 dias do mês de abril de 2010, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material Expediente e Material Escolar, para uso das diversas Secretarias e Fundos Municipais, conforme relação de itens vencidos e registrados na Tabela do Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal, e a empresa Antonio Boldrini ME, neste ato representada por seu representante legal, Senhor Antonio Boldrini, em decorrência do processo licitatório nº 0039/2010, modalidade Pregão Presencial nº 0011/2010, para Sistema de Registro de Preços. A empresa aceita toda as condições estabelecidas no Edital.

Valor total : 18.776,00 (dezoito mil, setecentos e setenta e seis reais)

Herval d'Oeste (SC), 20 de abril de 2010.

Nelson Guindani Antonio Boldrini
Prefeito Cargo: Representante Legal
CPF nº 501.589.459-72 CPF nº 743.329.539-91
Pelo Município Herval D' Oeste Pela Empresa: Antonio Boldrini ME.

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Rubens Antonio Correia Daiane Lorini CPF nº 687.857.399-87
CPF nº 004.534.269-56

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria DGP/SEAGP N.º 140/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 140, de 27 de abril de 2010.
Dispõe sobre a fixação de férias e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar FÉRIAS ao servidor PEDRO MANOEL DE SOUZA, Motorista, matrícula n.º 455, inscrito no CPF sob o n.º 510.827.309-63, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 621/2005, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo Fruição

2002/2003 3/5/2010 a 1º/6/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba SC, 27 de abril de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 141/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 141, de 27 de abril de 2010.

Dispõe sobre a fixação de férias e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar FÉRIAS ao servidor VALÉRIO OSVALDO DA SILVA, Auxiliar de serviços, matrícula n.º 1747, inscrito no CPF sob o n.º 455.106.364-04, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 627/2005, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo Fruição

2002/2003 29/6/2010 a 28/7/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba SC, 27 de abril de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 142/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 142, de 27 de abril de 2010.
Dispõe sobre a fixação de férias e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar FÉRIAS ao servidor LUIZ DA SILVA, Auxiliar de serviços, matrícula n.º 1746, inscrito no CPF sob o n.º 398.395.679-34, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 214/2007, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo Fruição

2003/2004 3/5/2010 a 1º/6/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba SC, 27 de abril de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Portaria DRH/SEAD N.º 144/2010

PORTARIA DRH/SEAD N.º 144, de 27 de abril de 2010.
Dispõe sobre a Progressão Funcional da servidora Lenice da Silva Gonçalves e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribui-



ções legais que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Efetuar a Progressão Funcional da Professora LENICE DA SILVA GONÇALVES na Referência 20, do Nível III, do Anexo X da Lei Complementar n.º 1.984/99, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 299/2006.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 27 de abril de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 145/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 145, de 27 de abril de 2010.

Dispõe sobre a demissão de Agente Comunitária de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida através do Processo Seletivo Público 001/2009, e Portaria DGP/SEAGP n° 301, de 25 de novembro de 2009, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
Andréia Pacheco de Couto	028.019.649-05	23/11/2009	Agente Comunitária - PACS

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de abril de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 27 de abril de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Errta de Pregão Presencial 54/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê "Aquisição de 01 (um) veículo utilitário", referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 54/2010, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 22 de abril de 2010, ler-se-á "Aquisição de 01 (um) veículo zero km".

Imbituba, 29 de abril de 2010.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 55/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 92/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 11 de maio de 2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de material de higiene e consumo e manutenção para uso da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, Unidades Escolares da Rede Pública Municipal e Centros de Educação Infantil. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 29 de abril de 2010.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 56/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 93/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 11 de maio de 2010, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para locação de veículos para uso das Secretarias da Fazenda e Desenvolvimento Urbano sob o regime de diárias. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 29 de abril de 2010.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Extrato de Convênio PMI nº 16.2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato do Convênio nº. 016/2010

Conveniente: INSTITUTO BALEIA FRANCA

CNPJ: 04.922.994/0001-54

Objeto: Auxílio financeiro à Associação para despesas com participação na ITB

Valor: R\$ 4.000,00

Prazo: 31/12/2010

Fundamento: Lei Municipal nº. 3.657/2010

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS ENRIQUE ALFREDO LITTMAN

Prefeito Municipal Representante Legal

Extrato de Convênio PMI nº 17.2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA



Extrato do Convênio nº. 017/2010
Conveniente: ASSOC. MORADORES NATIVOS DO ROSA - ANAMOR
CNPJ: 10.216.576/0001-44
Objeto: Auxílio financeiro à Associação.
Valor: R\$ 5.600,00
Prazo: 31/12/2010
Fundamento: Lei Municipal nº. 3.634/2010

Imbituba, 29 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS ANÍBAL CARDIM NETO
Prefeito Municipal Representante Legal

Extrato de Convênio PMI nº 18.2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato do Convênio nº. 018/2010
Conveniente: GRUPO ESCOTEIROS ANJOS VOLUNTÁRIOS
CNPJ: 11.210.046/0001-51
Objeto: Auxílio financeiro à Associação.
Valor: R\$ 1.500,00
Prazo: 31/12/2010
Fundamento: Lei Municipal nº. 3.657/2010

Imbituba, 13 de abril de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS LUIZ ALBERTO BUTTER
Prefeito Municipal Representante Legal

Extrato de Convênio PMI nº 20.2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato do Convênio nº. 020/2010
Conveniente: CASA DE REPOUSO IMACULADA CONCEIÇÃO
CNPJ: 78.624.947/0001-60
Objeto: Cooperação Administrativa e Técnica do Poder Executivo Municipal
Prazo: 31/12/2010

Fundamento: Lei Municipal nº. 3.670/2010

Imbituba, 13 de abril de 2010.
CHRISTIANO L. DE OLIVEIRA IVONE LOPES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal Representante Legal
Em Exercício

Extrato de Convênio PMI nº 21.2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato do Convênio nº. 021/2010
Conveniente: CÂMARA DIRIGENTE LOJISTAS - IMBITUBA
CNPJ: 83.816.439/0001-14
Objeto: Instalação de Flores Ecológicas Temáticas.
Valor: R\$ 26.000,00
Prazo: 31/12/2010
Fundamento: Lei Municipal nº. 3.669/2010

Imbituba, 14 de abril de 2010.
CHRISTIANO L. DE OLIVEIRA MARCOS LUIZ DE ASSIS
Prefeito Municipal Representante Legal
Em Exercício

Extrato de Convênio PMI nº 23.2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato do Convênio nº. 023/2010
Conveniente: INSTITUTO PESQUISA AMBIENTAL DESENV. HUMANO
CNPJ: 10.650.140/0001-69
Objeto: Convênio Cooperação Técnica para realização de estudos técnicos

Valor: R\$ 21.600,00
Prazo: 31/12/2010
Fundamento: Lei Municipal nº. 3.668/2010

Imbituba, 14 de abril de 2010.
CHRISTIANO L. DE OLIVEIRA MARCOS L. SILVA OLIVEIRA
Prefeito Municipal Representante Legal
Em Exercício

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 980/2010

DECRETO Nº. 980 DE 19 DE ABRIL DE 2010.
Autoriza desmembramento de área.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Sr. ROSALINO CAMILO TONETTA, a desmembrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 5.052,00m² (cinco mil e cinquenta e dois metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 24.670:

Lote nº : 07
Quadra: 10
Área : 800m² (oitocentos metros quadrados)

Confrontações:

NORTE - 20,00m, com Lote nº 05;
SUL - 20,00m, com Rua Governador Jorge Lacerda;
LESTE - 40,00m, com Rua Irmão Guzetti;
OESTE - 40,00m, com área de Rosalino Tonetta.

Art. 2º Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 19 de abril de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Decreto 981/2010

DECRETO Nº. 981 DE 19 DE ABRIL DE 2010.
Autoriza desmembramento de área.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Sr. ROSALINO CAMILO TONETTA, a desmembrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 5.052,00m² (cinco mil e cinquenta e dois metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 24.670:



Lote nº : 04
Quadra: 10
Área : 800m2 (oitocentos metros quadrados)

Confrontações:

NORTE - 20,00m, com Rua Ademar Mendes;
SUL - 20,00m, com área de Rosalino Tonetta;
LESTE - 40,00m, com lote nº 05;
OESTE - 40,00m, com lote nº 03.

Art. 2º Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 19 de abril de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Decreto 982/2010

DECRETO Nº. 982 DE 19 DE ABRIL DE 2010.
Autoriza desmembramento de área.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Sr. ROSALINO CAMILO TONETTA, a desmembrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 5.052,00m2 (cinco mil e cinqüenta e dois metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 24.670:

Lote nº : 05
Quadra: 10
Área : 800m2 (oitocentos metros quadrados)

Confrontações:

NORTE - 20,00m, com Rua Ademar Mendes;
SUL - 20,00m, com lote nº 07;
LESTE - 40,00m, com Rua Irmão Guzetti;
OESTE - 40,00m, com lote nº 04.

Art. 2º Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 19 de abril de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Decreto 983/2010

DECRETO Nº. 983 DE 19 DE ABRIL DE 2010.
Autoriza desmembramento de área.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Sr. ROSALINO CAMILO TONETTA, a des-

membrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 5.052,00m2 (cinco mil e cinqüenta e dois metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 24.670:

Lote nº : 03
Quadra: 10
Área : 800m2 (oitocentos metros quadrados)

Confrontações:

NORTE - 20,00m, com Rua Ademar Mendes;
SUL - 20,00m, com lote nº 01 (área remanescente) em 06,30m e com área de Rosalino Tonetta em 13,70m;
LESTE - 40,00m, com lote nº 04;
OESTE - 40,00m, com lote nº 02.

Art. 2º Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 19 de abril de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Decreto 984/2010

DECRETO Nº. 984 DE 19 DE ABRIL DE 2010.
Autoriza desmembramento de área.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Sr. ROSALINO CAMILO TONETTA, a desmembrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 5.052,00m2 (cinco mil e cinqüenta e dois metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 24.670:

Lote nº : 02
Quadra: 10
Área : 800m2 (oitocentos metros quadrados)

Confrontações:

NORTE - 20,00m, com Rua Ademar Mendes;
SUL - 20,00m, com lote nº 01 (área remanescente);
LESTE - 40,00m, com lote nº 03;
OESTE - 40,00m, com Rua José Garzotti.

Art. 2º Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 19 de abril de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Decreto 985/2010

DECRETO Nº. 985 DE 19 DE ABRIL DE 2010.
Autoriza desmembramento de área.



O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Sr. ROSALINO CAMILO TONETTA, a desmembrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 5.052,00m² (cinco mil e cinqüenta e dois metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 24.670:

Lote nº : 01

Quadra: 10

Área : 1.052,00m² (um mil e cinqüenta e dois metros quadrados)

Confrontações:

NORTE - 20,00m com lote nº 02 e 06,30m com lote nº 03;

SUL - 26,30m, com Rua Governador Jorge Lacerda;

LESTE - 40,00m, com área de Rosalino Tonetta;

OESTE - 40,00m, com Rua José Garzotti.

Art. 2º Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 19 de abril de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 986/2010

DECRETO Nº. 986 DE 19 DE ABRIL DE 2010.

Autoriza desmembramento de área.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Sr. LEANDRO JOSÉ STEFANI, a desmembrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 1.600,00m² (um mil e seiscentos metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 26.345:

Lote nº : 04

Quadra: 08

Área : 400,00m² (quatrocentos quadrados)

Confrontações:

NORTE - com área remanescente;

SUL - 20,00m, com área dos herdeiros de Dino Penso e Pedrinho Lentex;

LESTE - 40,00m, com Tua João Rech;

OESTE - 40,00m, com área remanescente.

Art. 2º Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 19 de abril de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 987/2010

DECRETO Nº. 987 DE 22 DE ABRIL DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 96.950,00 (noventa e seis mil e novecentos e cinquenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

1050 Pavimentação e Restauração de Vias Urbanas

4490000 Aplicações Diretas

124.00 Transferências e Convênios

R\$ 96.950,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do recebimento do Contrato de Repasse nº 257765-71/2008 / Ministério das Cidades.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 22 de abril de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 988/2010

DECRETO Nº. 988 DE 23 DE ABRIL DE 2010.

Autoriza desmembramento de área.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada à pessoa jurídica INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS IOMERÊ LTDA, a desmembrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 25.200,00m² (vinte e cinco mil e duzentos metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 16.501:

Lote nº : 015

Quadra: 01

Área : 18.200m² (dezoito mil e duzentos metros quadrados)

Confrontações:

NORTE - 90,00m, com área de Francisco Baseggio;

SUL - 70,00m, com área remanescente e 20,00 com Rua Ademir Mendes;

LESTE - 280,00m, com área de Veriano Mendes;

OESTE - 180,00m, com área de Olir Rech e outros.

Art. 2º Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 23 de abril de 2010.



ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Decreto 989/2010

DECRETO Nº 989, DE 23 DE ABRIL DE 2010.

INSTITUI O ENDEREÇO DA PREFEITURA DE IOMERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas legislações em vigor:

Considerando, a mudança da sede da Prefeitura Municipal de Iomerê da Rua São Luiz, s/n, para o prédio localizado na Rua João Rech, 500, no ano de 2009, o que alterou o seu endereço

Considerando a necessidade de apresentar aos dos órgãos públicos estaduais e federais de documento legal que demonstre a alteração do endereço da sede da Prefeitura Municipal de Iomerê

DECRETA:

Art. 1º - Fica o endereço da Prefeitura Municipal de Iomerê como sendo à Rua João Rech, 500, centro, em Iomerê, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê (SC), 23 de abril de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Decreto 990/2010

Decreto nº 990, de 26 de abril de 2010.

Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência, a área do Município afetada por enxurrada.

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito Municipal de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VII do art. 88 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a enxurrada ocorrida no dia 25 de abril de 2010, atingindo parte do município, conforme mapa das áreas afetadas, anexos ao presente Decreto;
- como conseqüências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;
- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre em acordo com a Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade:

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como situação de emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Iomerê - SC, 26 de abril de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Decreto 991/2010

DECRETO Nº. 991 DE 27 DE ABRIL DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o



exercício de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde

07.01 Fundo Municipal de Saúde

2062 Manutenção Programa Saúde da Família

3190000 Aplicações Diretas

102.00 Rec. Impostos e Transferências de Impostos Saúde

R\$ 21.800,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde

07.01 Fundo Municipal de Saúde

2067 Manutenção do SAMU

3190000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Próprios

R\$ 10.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação e também pela anulação da seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde

07.01 Fundo Municipal de Saúde

2062 Manutenção Programa Saúde da Família

3390000 Aplicações Diretas

102.00 Rec. Impostos e Transferências de Impostos Saúde

R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 27 de abril de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital N.º 20/2010

FUNDAÇÃO MUNICIPAL CENTRO UNIVERSITÁRIO DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA - UNIUV

O Reitor da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - UNIUV, no uso das atribuições conferidas pelo Edital nº11/2010 e em consonância com seu item 10.5, torna público a listagem dos candidatos classificados na prova objetiva, que estarão aptos para fazer a prova prática do cargo de Motorista:

MOTORISTA

Inscrição	Nome	CPF
3	EDER MARIA DE AGUSTINHO	038,708,949-70
9	NELSON CARVALHO DA ROCHA	024,155,979-02
14	EDUARDO GEMELLI	061,780,839-20
15	ELIO EURICO ORGEKOSKI	767,124,519-49
16	ADELMO OSMAR BATISTA	647,033,559-49
22	ALCIONE DIAS MACHADO	049,273,659-64
35	PAULO NELSON JUZAK	041,382,789-58
74	SILVANO DE JESUS DA CRUZ	038,760,229-16
84	RODRIGO FERNANDO PLUGGE	060,141,669-47
97	SANDRO VENICIO DE LIMA	076,307,399-74
104	DANILO RICARDO MELECHENKO	050,483,959-48
115	VILMAR PETRIS	701,720,059-49
159	OSMANI REICHARDT	038,770,249-04
199	MARCELO GREGORIO PASTERNAK	031,477,339-80
229	ADILSON RENATO KONKEL	806,502,879-91
231	ADENILSON RODRIGUES DE MATTOS	848,061,339-49
286	JAILSON NEPEL	017,327,039-57
303	ENEAS MANGUE	016,863,989-05
313	CLAUDIR EGON MICHAHOUSKI	018,643,689-00
326	ALDAIR LENZ CORREIA NIZER	632,668,499-49
370	CLEVERTON DIONE RODRIGUES	072,131,839-82
403	JOEL DA ROCHA	029,479,569-31
428	EDERSON JOSE RUBLOSKI	038,358,829-45
446	JOSÉ ADILSON NEPEL	538,363,329-49
477	MARCIO LUIZ SCREPECZ	014,572,879-00
482	FERNANDO LARSEN	037,525,949-00
506	GEORGE JOSIMAR BINDER	046,838,199-61
524	ILDOMAR CARVALHO DA ROCHA	018,026,659-43
549	ANDRE FELIPE FERREIRA	062,606,079-62
564	JOÃO PAULO HACKER	034,271,489-98
572	MÁRCIO GEOVANI DOBRYCHTOP	027,600,649-64
576	VILSON JOSÉ CUJA	799,855,569-68
606	GEOVANE FERREIRA	020,132,659-05
609	RODRIGO BOBROVSKI	043,224,499-99
618	VANDERLEI CAVALHEIRO	046,423,949-40

Não houve aprovados para o cargo de MOTORISTA SOCORRISTA, em função de não terem atingido a média mínima, de acordo com o edital n.º 11/2010, no item 9.2.

1. A prova prática será aplicada no dia 02 de maio de 2010, tendo início às 9 horas, no pátio da Secretaria de Infraestrutura (Garagem Municipal) do município de Irineópolis, situada na Rua Rio Grande do Sul, s/nº, bairro Centro.

2. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com trinta minutos de antecedência, ou seja, até às 8h30 (oito horas e trinta minutos), munidos do comprovante de inscrição no Concurso Público e documento de identificação (item 8.3.1 e 8.3.2 do Edital nº11/2010).

União da Vitória, 23 de abril de 2010.

PROF. JAIRO VICENTE

Reitor da UNIUV



Edital N° 21/2010

FUNDAÇÃO MUNICIPAL CENTRO UNIVERSITÁRIO DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA - UNIUV

O Reitor da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - UNIUV, no uso das atribuições conferidas pelo Edital nº11/2010 e em consonância com seu item 11.2, torna público a listagem dos candidatos classificados na prova objetiva que estarão aptos para fazer a prova de títulos nos cargos de Assistente Técnico Pedagógico, Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor de Letras - Inglês, Professor de História e Professor de Matemática:

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

Inscrição	Nome	CPF
96	ADRIANE ANGELA NIEROTKA CUSIN	042,234,889-96
101	ANDRÉIA CRISTINA DA SILVA PONTES	026,300,779-00
167	RAFAELA GESCHONKE	056,232,069-56
197	FERMIANO COELHO NETO	023,783,279-86
208	FRANCIELE APARECIDA WEINGARTNER	028,179,289-54
213	ALBERTO KOSCIANSKI	049,279,889-37
236	CLÉRIS MAURO SCHAFASCHEK	015,613,749-62
245	MARIZANE DA SILVA	032,367,199-31
258	CACIANE HENNING MEIRELLES	048,941,059-69
298	TANIA MARIA WOICHIKOSKY	981,239,479-68
315	CASSIANO GERVASIO RODRIGUES	053,801,989-10
363	LEOCRIDES GOMES DOS SANTOS	310,854,409-82
384	JULIANO FERREIRA DE MORAES	032,519,789-00
427	FABIO ROGER PECHEBELA	037,798,429-98
460	ELAINE DE FATIMA KRULICOSKI	066,383,279-92
597	SABRINA GISILIANE MORETTI	047,346,599-07
622	MAURO EDSON JUNGLES	534,195,109-34
631	ANTONIO OSMILTON LOPES DA COSTA	507,688,759-00
639	ANDREA CALZA MARTINS	807,164,669-53
642	MARLEM MARQUES DAL LAGO	020,322,049-83
670	ELIZETE APARECIDA KADANAS GEVIESKI	025,765,009-19

PROFESSOR DE ARTES

Inscrição	Nome	CPF
487	JUSSARA RADICHESKI	044,445,489-67

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Inscrição	Nome	CPF
1	ELLEN APPEL KUTINSKI	056,525,569-00
100	PAMELA THAYNA BAGNHUK	062,784,319-04
168	QUELSON MARCELO BRITO	029,929,029-85
238	SELMA CRISTIANE CHIMANGOSEWSKI FURST	036,950,379-11
344	ELAINE DOS SANTOS	047,100,129-54
433	REGIANE DANIELE KAMPMANN	043,064,559-71
545	TAMARA TATIANE STACIAKI	062,085,829-03
621	RUBEM ALESSANDRO KOTVISKY	066,164,589-46

PROFESSOR DE LETRAS – INGLÊS

Inscrição	Nome	CPF
34	ALESSANDRA BERNARDES	039,837,179-26
348	JOCELANE MARCINIAC BOBROVICZ	044,229,339-90

486	MARIA CELINA KEITTO	066,216,299-40
541	JODÉTE MAIDEL	578,138,259-34
651	FABIANA BURGATH	037,846,259-83
684	MARIA IVONETE RODRIGUES	036,233,829-90
699	JAMILE PASTUCHAKI	037,546,079-95

PROFESSOR DE HISTÓRIA

Inscrição	Nome	CPF
128	ELAINE HAUBRICHT	066,216,289-78
190	JAQUELINE ESTRISER	058,051,249-55
251	CARLOS ALMIR MATIAS	054,673,919-92
278	JULIANA MARA BALLEI DOS SANTOS	041,638,369-69
331	CÉLIO ROBERTO PEREIRA	049,634,109-07
405	VALDECI JOSÉ DE OLIVEIRA	522,793,759-15
453	WILZA CARLA HENNING	036,816,289-39

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Inscrição	Nome	CPF
80	MARCELINO DERSON PEREIRA	882,267,789-72
123	ROSILDA KONKEL	038,937,899-28
181	LUCIANA DA FONSECA	015,554,220-63
257	HELTON CEZAR BAY	044,469,959-79
423	WALDYR CARNEIRO DE CAMPOS	030,680,829-35
467	CECILIA APARECIDA DA SILVA	005,023,229-00
502	CLEDIUMAR NAKALSKI	063,335,989-09
552	HELIO MARCEL HOFFMANN	792,843,459-87
649	IVONETE FURST	041,750,929-43

1. Os documentos dos candidatos classificados para a prova de títulos deverão ser entregues, juntamente com o curriculum vitae (modelo Anexo III do Edital N°11/2010), entre os dias 26 e 30/04/2010 na Secretaria da UNIUV, situada em União da Vitória - PR, na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 3856, Bairro São Basílio Magno, nos horários das 9 às 12 horas, das 14 às 17 horas e das 19 às 21 horas, de segunda a sexta-feira, mediante protocolo.

2. As demais informações sobre a Prova de Títulos consta no item 11 do Edital N°11/2010.

União da Vitória, 23 de abril de 2010.

PROF. JAIRO VICENTE

Reitor da UNIUV



José Boiteux

PREFEITURA MUNICIPAL

ATA DE REG. DE PREÇO 007/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOSE BOITEUX

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010

Número do Registro de Preços: 7/2010

Data do Registro: 28/04/2010

Válido até: 28/04/2011

Objeto da Compra: Referente ao Registro de Preços para a aquisição de diversos tipos de medicamentos para a distribuição nas unidades sanitárias do Fundo Municipal de Saúde para o exercício 2010. A relação completa dos itens encontra-se no Anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Sinvastatina 20MG CPR (01-01-1180)	CPR	DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	MEDLEY	0,0570	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Sanval	0,0589	2
2	Prednisona 20MG CPR (01-01-1181)	CPR	DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	CRISTÁLIA	0,0570	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Neo Química	0,0585	2
3	Fluoxetina 20MG CPS (01-01-1182)	CPS	DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	NEO QUÍMICA	0,0380	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Teuto	0,0387	2
4	Ciprofloxacino 500MG CPR (01-01-1183)	CPR	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Prati Donaduzzi	0,0958	1
			DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	PRATI	0,1000	2
5	Cefalexina 500MG Caps. (unidade) (01-01-0748)	UN	DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	AUROBINDO	0,2200	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Bergamo	0,2241	2
6	Cefalexina 250MG 60ml (Suspensão) (01-01-1184)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Neo Química	2,7278	1
			DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	TEUTO	2,7600	2
8	Cetoconazol creme 30gr (unidade) (01-01-1186)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Neo Química	1,2389	1
			DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	MULTILAB	1,2700	2
9	Nifedipino 10MG CPR (01-01-1187)	CPR	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Geolab	0,0278	1
			DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	GEOLAB	0,0280	2
10	Azitromicina 500MG CPR (01-01-1188)	CPR	DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	PRATI	0,4300	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Prati Donaduzzi	0,4386	2
11	Maleato de Dexclorfeniramina 2MG CPR (01-01-1189)	CPR	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Geolab	0,0278	1
			DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	NEO QUÍMICA	0,0280	2
12	Maleato de Dexclorfeniramina Líquido 100ml (01-01-1190)	UN	DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	NEO QUÍMICA	1,1600	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Teuto	1,1890	2
13	Fluconazol 150MG CPS (01-01-1191)	CPS	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Geolab	0,1355	1
15	Sais P/ Hidratação Oral (envelope) (01-01-1193)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Prati Donaduzzi	0,2339	1
16	Maleato de Timolol 0,5% Colírio 5ml (unidade) (01-01-1194)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Teuto	1,7980	1
			DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	TEUTO	1,8000	2
17	Azitromicina 40MG/ML Suspensão 100ml (unidade) (01-01-1195)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Pharlab	2,7980	1
			DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA (1220)	PRATI	2,8000	2
18	Ibuprofeno 20MG/ML Suspensão Oral 20ml (unidade) (01-01-1196)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (415)	Multilab	5,5170	1

JOSE BOITEUX, 28 de Abril de 2010.

Ismael Thiago Roedel - Gestor do Fundo de Saúde

Dilson da Silva
Diretor de Compras

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 895

LEI Nº 895 de 27 de abril de 2010.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA/ADR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONTRATO DE COMODATO com a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA/ADR, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.874.989/0001-88, com sede neste Município de Luzerna(SC), tendo por objeto 01(um) trator de rodas, tipo retroescavadeira, marca Maxion modelo MX 750, 4WD, ano e modelo 2000, diesel, 86 CV, cor amarelo, chassi 750039003, placa MBK 0772, pertencente ao Patrimônio Público da Prefeitura Municipal de Luzerna(SC).

Art.2º- As despesas com combustíveis, lubrificantes, seguros e demais despesas de manutenção e outras referentes ao objeto do TERMO DE CONTRATO DE COMODATO, serão de inteira responsabilidade da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA/ADR.

Art.3º- O prazo de vigência do TERMO DE CONTRATO DE COMODATO será até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de abril de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Lei 896

LEI Nº 896 de 27 de abril de 2010.

"ALTERA O "CAPUT" E §§ 3º e 4º do art. 2º da LEI Nº 269 DE 22.03.2001, ALTERADOS PELAS LEIS Nº 308 DE 10.09.2001, 428 DE 20.02.2003, 447 DE 08.05.2003, 500 DE 18.03.2004, 581 DE 04.04.2005, 590 DE 05.05.2005, 628 DE 15.12.2005, 650 DE 13.04.2006, 784 DE 03.04.08 e 834 DE 28.04.09 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- O "caput" e os §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 269 de 22.03.2001, alterados pelas Leis nº 308 de 10.09.2001, 428 de 20.02.2003, 447 de 08.05.2003, 500 de 18.03.2004, 581 de 07.04.2005, 590 de 05.05.2005, 628 de 15.12.2005, 650 de 13.04.2006, 784 de 03.04.2008 e 834 de 28.04.2009, ficam alterados, passando a ter a seguinte redação:

"Art.2º - A remuneração para o CONSELHEIRO TUTELAR, se dará na forma de jeton, no valor de R\$ 40,74 (quarenta reais e setenta e quatro centavos) para cada sessão de 08 (oito) horas de expediente diário junto ao Conselho Tutelar e sobre-

aviso no intervalo para o almoço, respeitado o limite máximo de R\$ 937,02 (novecentos e trinta e sete reais e dois centavos) mensais.

§1º- Faculta-se o atendimento do expediente diário do Conselho Tutelar por um único Conselheiro, ou por um Conselheiro em cada período (matutino e vespertino), segundo escala elaborada pelos Conselheiros Tutelares, priorizando-se a ordem de classificação e de modo a não prejudicar o atendimento de expediente no Conselho, e sendo a remuneração proporcional às horas trabalhadas, respeitado o limite máximo constante do "caput";

§2º- No caso de não haver consenso na formulação da escala, ou seja, não se conseguir que todos os dias úteis nos dois períodos haja Conselheiro atendendo no expediente do Conselho, os Conselheiros que alegarem não ter condições de atuar no Conselho deverão pedir seu desligamento do mesmo por ordem decrescente de classificação na eleição do Conselho Tutelar;

§3º- Os membros do CONSELHO TUTELAR serão remunerados para cada 24 (vinte e quatro) horas de sobreaviso (nos sábados, domingos e feriados instituídos por lei), na forma de jeton, no valor de R\$ 40,74 (quarenta reais e setenta e quatro centavos);

§4º- O sobreaviso durante a semana, fora do horário de expediente normal do Conselho será remunerado na forma de jeton, no valor de 20,37 (vinte reais e trinta e sete centavos), por período;

§5º- O sobreaviso durante a semana também será organizado segundo escala elaborada pelos Conselheiros Tutelares.

Art.2º- Os encargos provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2010.

Luzerna(SC), 27 de abril de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Lei 897

LEI Nº 897 de 27 de abril de 2010.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC),
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- O Orçamento do Município de Luzerna, para o exercício de 2011, será elaborado e executado observando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2010/2013;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre a dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art.2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2011,



2012 e 2013 e outras disposições de que trata o art.4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos e nos Demonstrativos que integram a presente Lei.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art.3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011 são aquelas definidas e demonstradas nos anexos e demonstrativos que fazem parte desta Lei.

Art.4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2011, abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos e Autarquia e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art.6º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a conscientização dos objetivos pretendidos;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita Ordinária; aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas com a classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos e metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 03/2008.

§2º- A categoria de programação de que trata o art.167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art.7º - A Lei Orçamentária para 2011 evidenciará a Receita de

cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código de destinação de recursos e a Despesa de cada Unidade Gestora, desdobradas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, com a identificação do código de destinação de recursos, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e Conjunta STN/SOF nº 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no art.12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no art.14 da LRF; (art.5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, art.5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no art.22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (art.165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (art.5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2011 (art.5º, III da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (art.44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2011. (art.4º, § 1º e 9º da LRF), e

§1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.



§3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa e por Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, e Portaria Conjunta STN/SOF nº 03/2008, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art.8º - Acompanhará ainda, o Projeto de Lei Orçamentária:

I - Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2007, 2008 e 2009 e previsão para 2010, 2011, 2012 e 2013;

II - Quadro demonstrativo da despesa por Unidades Orçamentárias para 2011 e sua participação relativa.

Art.9º- A Reserva de Contingência das Unidades Gestoras será constituída, exclusivamente, de recursos ordinários da Fonte 00, limitado a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista do orçamento consolidado.

Art.10 - Os orçamentos para o exercício de 2011 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e Autarquia Intermunicipal SIMAE (art.s 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art.11 - Os Orçamentos dos Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque suas Receitas as quais são vinculadas às despesas relacionadas a seus objetivos, obedecendo às especificações definidas no art. 7º desta Lei.

Art.12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2011 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (art.12 da LRF)

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo final para o encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (art.12, § 3º da LRF)

Art.13 - Se a receita estimada para 2011, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art.14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as dotações a seguir: (art.9º da LRF).

I - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

II - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

III - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades dos orçamentos da Administração Direta Centralizada e dos Fundos Municipais; e

IV - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos.

Art.15 - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limi-

tação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art.16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo VII, (desta Lei. (art.4º, § 3º da LRF).

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, e, também, se houver, do excesso de arrecadação do exercício de 2011 e do superávit financeiro do exercício de 2010.

§2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art.17 - Os orçamentos para o exercício de 2011, destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício. (art.5º, III da LRF).

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme Anexo VII, desta Lei.

Art.18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art.5º, § 5º da LRF).

Art.19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (art.s 8º, 9º e 13 da LRF)

Art.20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2011 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (art.s 8º, Parágrafo Único e 50, I da LRF).

Parágrafo único - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art.43, § 1º, inciso II e § 3º da Lei 4.320/64, se ocorrer, será apurado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares, por atos do Poder Executivo.

Art.21- A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2011, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (art.s 4º, § 2º, V e art.14, I da LRF).

Art.22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (arts. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas, no prazo fixado nas leis que as autorizarem e na forma estabelecida pelos serviços de contabilidade. (art.70, Parágrafo Único da CF).

Art.23 - Para efeito do disposto no art.16, § 3º da Lei de Respon-

sabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2011, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do art.24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (art.16, § 3º da LRF).

Art.24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (art.45 da LRF)

Art.25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (art.62 da LRF)

Art.26 - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por decretos do Poder Executivo. (art. 167, VI da CF)

Art.27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011, a preços correntes.

Art.28 - Durante a execução orçamentária de 2011, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art.29 - No decorrer da execução orçamentária de 2011, o Poder Executivo Municipal poderá abrir por decretos, créditos adicionais suplementares nos termos do art. 89, § 2º, da Lei Orgânica do Município, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total do orçamento da despesa orçamentária fixada para cada uma das Unidades Gestoras, e criar novas classificações de despesas quanto a sua natureza, fontes de recursos e respectivos valores, utilizando os recursos, desde que não comprometidos:

I - do excesso ou o provável excesso de arrecadação de cada uma das fontes de recursos, observada a tendência do exercício; e
II - do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada uma das fontes de recursos.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art.30 - Os recursos oriundos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por atos do Poder Executivo.

Art.31 - Os programas priorizados por esta lei, e contemplados na Lei Orçamentária para 2011, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (art.s 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.32 - A Lei Orçamentária para 2011 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito durante o exercício, observado a Lei Complementar nº 101/2000 e em conformidade

com o que dispõe o Senado Federal, através de Resolução.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art.33 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2011, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (art.169, §1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de orçamento.

Art.34- Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art.20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (art.22, Parágrafo Único, V da LRF).

Art.35 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART.19 e 20)

I - eliminação das despesas com horas extras;
II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
IV - Eliminação de Vantagens concedidas aos servidores.

Art.36 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art.18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Luzerna, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.37 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (art.14 da LRF)

Art.38 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (art.14, § 3º da LRF).

Art.39 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.40 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até 30 de outubro de 2010, conforme estabelecido no art.nº 91, inciso III, da Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro



de 2010.

§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art.41 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art.42- Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por decretos do Chefe do Poder Executivo.

Art.43- O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2011.

Art.44 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Luzerna(SC), 27 de abril de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Lei 898

LEI Nº 898 de 27 de abril de 2010.

"ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 2º DA LEI Nº 891 DE 06 DE ABRIL DE 2010 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA VISANDO A REALIZAÇÃO DO PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica alterada de 1ª Cia do 2º BPM para 26º BPM, ficando conseqüentemente alterada a redação do art. 2º da Lei nº 891 de 06 de abril de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º- O Poder Executivo Municipal, visando a execução do Convênio, repassará a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, através do 26º BPM, a importância de R\$ 1.530,00 (hum mil, quinhentos e trinta reais), referente ao Kit-PROERD que será entregue aos 90 (noventa) alunos beneficiados pelo PROERD no MUNICÍPIO DE LUZERNA, ao custo de R\$ 17,00 (dezessete reais) por aluno."

Art.2º- As demais disposições da Lei nº 891 de 06 de abril de 2010 permanecem inalteradas.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de abril de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Lei 899

LEI Nº 899 de 27 de abril de 2010.

"INCLUI DOTAÇÃO NA LEI Nº 888 DE 23 DE MARÇO DE 2010 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUBSIDIAR PARCIALMENTE AS DESPESAS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE QUE ESPECIFICA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Inclui no art. 2º da Lei nº 888 de 23 de março de 2010 a dotação 08.0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários referente ao ensino profissionalizante, alterando o art. 2º da Lei nº 888 de 23 de março de 2010 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 08.0801.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte do Ensino Superior - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários e 08.0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários."

Art.2º- As demais disposições da Lei nº 888 de 23 de março de 2010 permanecem inalteradas.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2010.

Luzerna(SC), 27 de abril de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Lei 900

LEI Nº 900 de 27 de abril de 2010.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALIENAR A TERCEIROS MEDIANTE LICITAÇÃO O BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar a terceiros, mediante licitação, o bem móvel abaixo relacionado, inservível ao serviço público municipal:

01 (um) barracão de madeira medindo 8,00x21,00m com as seguintes características:

- telhas de barro francesas;
- 10(dez) tesouras de madeira;
- 02 (duas) paredes das laterais fechadas com tábuas;
- 01 (uma) parede dos fundos fechada com tábuas;
- 10 (dez) pés direitos de eucalipto 0,15x0,15x3,50;
- 25,00 m de parede de pinus para divisória das salas;
- 05 (cinco) portas de madeira.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de abril de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal



Lei 901

LEI Nº 901 de 27 de abril de 2010.

"AUTORIZA A EFETUAR DESPESAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC)

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) destinado à realização de confraternização dos servidores públicos e agentes políticos municipais, por ocasião da passagem do dia do trabalhador.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária nº 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de abril de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 902

LEI Nº 902 de 27 de abril de 2010.

"ALTERA A REDAÇÃO DO §1º E INSERE O §3º NO ART. 1º DA LEI Nº 802 DE 15 DE OUTUBRO DE 2008 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO MUNICIPAL FREI BRUNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica alterado o §1º e inserido o §3º no art. 1º da Lei nº 802 de 15 de outubro de 2008, passando o §1º e §3º do art. 1º da Lei nº 802 de 15 de outubro de 2008 a vigorar com a seguinte redação:

"§1º- A liberação dos recursos fica condicionada a efetiva comprovação da existência de crianças e adolescentes abrigadas provenientes de Luzerna(SC).

...

§3º- A entidade deverá prestar contas dos recursos recebidos anualmente até 31 de dezembro de cada exercício financeiro."

Art.2º- As demais disposições da Lei nº 802 de 15 de outubro de 2008 permanecem inalteradas.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de abril de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei Complementar 086

LEI COMPLEMENTAR Nº 086 de 27 de abril de 2010.

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE LUZERNA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º - A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE LUZERNA tem por objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade de saúde, saneamento público e manter o meio ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e, fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade do saneamento, cabendo a todos o direito de exigir a adoção neste sentido.

Parágrafo Único - O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento anual, os Planos, Programas e Projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art.2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I - Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumento de medição;

II - Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente;

III- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

IV - Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art.3º - A POLÍTICA E O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE LUZERNA abrange todo o território do Município, devendo o mesmo, estar adequado a Política Nacional de Saneamento Básico de acordo com a Lei Federal n.º11.445/2007, com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - Universalização do acesso;

II - Integralidade, compreendida como conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - Disponibilidade, na área urbana, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as

quais o saneamento básico seja fator determinante;
VI - Eficiência e sustentabilidade econômica;
VII - Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
VIII - Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
IX - Controle social;
X - Segurança, qualidade e regularidade;
XI - Integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art.4º - O Município de Luzerna poderá realizar Programas conjuntos com a União e o Estado, mediante convênios de mútua cooperação, assistência técnica e apoio institucional, com vistas a:
I - Assegurar a operação e a administração eficiente do serviço de saneamento básico que seja de interesse local e da competência do Município;
II - Implantação progressiva de modelo gerencial descentralizado que valoriza a capacidade municipal de gerir suas ações;
III - Assistência técnica e o apoio institucional do Estado ao Município serão prestados por meio da concessionária e/ou contratada ou órgão municipal detentor do direito de exploração do(s) serviço(s) de Saneamento Básico.

CAPÍTULO III DO INTERESSE LOCAL

Art.5º - Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao Saneamento Básico, considera-se como de interesse local:

I - o incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;
II - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras e poluidoras;
III - o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;
IV - a captação, o tratamento e a distribuição de água, assim como o monitoramento de sua qualidade;
V - a coleta, a disposição e o tratamento de esgotos sanitários;
VI - a drenagem e a destinação final das águas;
VII - a conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;
VIII - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art.6º- A execução da POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, será realizada pela Administração Direta Centralizada do Município ou pela Autarquia SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto dos Municípios de Joaçaba, Herval D'oeste e Luzerna.

Parágrafo Único - São instrumentos de execução da política de saneamento básico, os convênios, os contratos de consórcio, os contratos de programas e outros instrumentos previstos em Lei.

CAPÍTULO V DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art.7º - Esta Lei institui o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, nos termos do Anexo I, parte integrante desta Lei, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos municipais urbanos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, no Municí-

pio de Luzerna, em conformidade com o que estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art.8º - O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE LUZERNA é composto de: Diagnóstico, Propostas, definição de ações e metas necessárias para atingir os objetivos estabelecidos na Matriz de Monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico, Anexo II, parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único - Fica definido o tempo de 01 (um) ano para as ações imediatas, de 05 (cinco) anos para as ações de curto prazo, 12 (doze) anos para as ações de médio prazo e 20 (vinte) anos para as ações de longo prazo, estabelecidos na matriz de monitoramento do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - Anexo II, parte integrante desta lei.

Art.9º - O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO foi elaborado para um horizonte de 20 anos, nos termos do §2º, art.52 da Lei Federal nº 11.445/2007.

§1º - O Plano Municipal de Saneamento, instituído por esta Lei será avaliado anualmente e revisto a cada 04 (quatro) anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual nos termos do §2º, inciso II, art.52 da Lei Federal nº 11.445/2007.

§2º- O Poder Executivo Municipal encaminhará a proposta de revisão do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do Plano anteriormente vigente.

§3º- Qualquer alteração no PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO só poderá ocorrer, mediante aprovação em Audiência Pública.

CAPÍTULO VI DA GESTÃO PARTICIPATIVA

Art.10 - A gestão da política do saneamento básico no município pressupõe a participação conjunta e integrada dos diversos agentes envolvidos na política do saneamento, abrangendo os órgãos públicos, as concessionárias, o conselho do meio ambiente, organizações não-governamentais, movimentos sociais e população envolvida, dentre outros, tendo como diretrizes:

I - Criação de mecanismos e instrumentos de planejamento e de financiamento, considerando a especificidade política e social da questão do saneamento, visando, prioritariamente, assegurar proteção a saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural.

II - Promoção de programa de capacitação continuada de técnicos na área de saneamento, com entidades públicas, em convênio com universidades, centros de pesquisas tecnológicas, entidades de classe, organizações não governamentais, ou com iniciativa privada;

III - Estruturação de um sistema de informações sobre saneamento, articulado ao Sistema de Informação Municipal.

Art.11 - A participação da população e de entidades relacionadas com a questão do saneamento básico deve permear cada etapa da implementação e avaliação do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, através da institucionalização de canais de participação e controle social, através de Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo Único - A Conferência Municipal de Saneamento Básico ocorrerá ordinariamente a cada 04 (quatro) anos, e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art.12 - São objetivos da Conferência Municipal de Saneamento Básico:

I - Assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação da política pública de saneamento do Município;



II - Mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão da política de saneamento do Município;
III - Sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, programas e ações;
IV - Integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;
VI - Avaliar e fiscalizar as ações contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico como medidas prioritárias detalhadas na matriz de monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico - Anexo II, parte integrante desta Lei.

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.13 - Integram esta Lei: o Anexo I - PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE LUZERNA e o Anexo II - MATRIZ DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE LUZERNA.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de abril de 2010.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato de pregão pml.010.2010

EDITAL
Pregão Presencial nº 010/2010

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de tubos de concreto, de diversos tamanhos, para uso na reposição e manutenção dos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais em diversas ruas e bairros do município de Luzerna (SC).

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 18 de Maio de 2010.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 18 de Maio de 2010.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação Nº 108/2010 - Dispensa Nº 02/2010

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 108/2010 - DISPENSA Nº 02/2010
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM BEM IMÓVEL CONSTITUÍDO DE UM LOTE DE 400.0 M², LOCALIZADO NA RUA VILMA GOMES ESQUINA COM AVENIDA ENIO LOPES DE ALBUQUERQUE - BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC. CONTRATADA: ISAIAS DOS ANJOS. Valor total: R\$ 30.000,00 reais.. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 4.4..90.00.00.00.00.00 - CÓDIGO REDUZIDO: 05 - PROJETO ATIV.: 1.016 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, 27/04/2010.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
GESTOR DO FUNDO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 108/2010 - DISPENSA Nº 02/2010

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 108/2010 - DISPENSA Nº 02/2010
OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMÓVEL CONTUITUÍDO DE UM LOTE COM 400.0 M², LOCALIZADO NA RUA VILMA GOMES, ESQUINA COM AVENIDA ENIO LOPES DE ALBUQUERQUE, 675 - BAIRRO CENTRO, DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC. CONTRATADA: ISAIAS DOS ANJOS. Valor total: R\$ 30.000,00 reais. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 4.4.90.00.00.00.00.00 - CÓDIGO REDUZIDO: 05 - PROJETO ATIV.: 1.016 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
GESTOR DO FUNDO

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº 017/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 044/2010 - Pregão Presencial nº 017/2010
Objeto: Aquisição de Mobiliário para as Unidades Sanitárias do Bairro Trinta Réis e Distrito de Claraíba.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 18/05/2010 até as 10:00 horas.

Retirada do Edital: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 - www.novatrento.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

LEI 413/2010

LEI Nº 413/20010, DE 28 DE ABRIL DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, para assistência financeira a estudantes agricultores e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, visando à concessão de Bolsa de Estudo a estudantes matriculados no Curso de Graduação de Tecnologia em Produção de Leite, ministrado no Campus do Município de São Lourenço do Oeste - SC.



Art. 2º O convênio de que trata o artigo anterior tem como objetivo desencadear ações educativas junto à comunidade de Novo Horizonte, visando a qualificação pessoal e aprimoramento das técnicas de produção leiteira, aplicando o conhecimento nas propriedades agrícolas produtoras de leite, em especial as localizadas no Município de Novo Horizonte.

Art. 3º Serão beneficiados com a concessão da bolsa de estudo aqueles que, além de preencher os requisitos previstos no Convênio atendam, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - seja agricultor ou filho de agricultor que realize atividade bovinocultura leiteira, com propriedade produtiva no Município;
- II - resida na propriedade rural do município;
- III - apresente comprovação de realizar atividade bovinocultura leiteira, e permaneça na propriedade rural durante o período do curso.

§ 1º Serão disponibilizadas e pagas pelo Município de Novo Horizonte, por força do convênio de que trata o art. 1º, no ano de 2010 cinco Bolsas de Estudo integrais, e nos anos subsequentes até a terceira turma, quinze Bolsas de Estudo integrais por ano, que serão pagas até a data da integralização curricular de todos os estudantes matriculados.

§ 2º O beneficiado deverá comprovar frequência superior ao mínimo legal, ser aprovado em todas as disciplinas, não interromper os estudos, seja por trancamento ou desistência do curso, pelo período estabelecido para duração do curso que é de três anos, sob pena de perda do benefício, obrigando-o a restituir ao Município de Novo Horizonte, o valor referente às parcelas pagas, corrigidas e atualizadas monetariamente.

Art. 4º Por conta da concessão da Bolsa de Estudos, o Município repassará à Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste o valor relativo as mensalidades, referente ao custo mensal por aluno, em doze parcelas anuais, conforme estabelecido na Minuta do Convênio.

Art. 5º A Minuta do Termo de Convênio compõe o Anexo Único desta Lei e poderá sofrer alterações durante sua vigência, sempre que isso se fizer necessário para melhor atender ao principal objetivo do Convênio e desde que não resulte em aumento no número máximo de cinco bolsas de estudo por ano, até a terceira turma, a ser suportado pelo Município.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de cada orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte-SC, 28 de abril de 2010.

SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(Lei 413/2010, de 28 de abril de 2010)

"CONVÊNIO N° 61616; 00X, DE XX DE ABRIL DE 2010.

Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE e a FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE, mantenedora da UNOCHAPECO, com sede no município de CHAPECÓ.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Jose Fabro nº 01, CNPJ/MF nº 95.990.115/0001-87, aqui denominado simplesmente CONVENIENTE, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SANTOS ZILLI, brasileiro, casado, portador do RG nº 352.329, inscrito no CPF nº 021.613.469-20, e a FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDES-

TE, mantenedora da UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ, doravante denominada UNOCHAPECO, CNPJ n. 82.804.642/0001-08, situada na Rua/Av. Senador Atílio Fontana, 591-E, município de Chapecó, neste ato representada pelo seu Reitor Odilon Luiz Poli, residente na Rua Montevideo, n. 870-E, Bairro Presidente Médici, município de Chapecó, portador da RG n. 1.230.009-8, expedida pela SSP/SC em 07/08/2000, CPF 423.663.569/00, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I.1 - O objeto do presente Termo de Convênio consiste na assistência financeira aos estudantes agricultores ou filho de agricultores, matriculados no CURSO DE GRADUAÇÃO DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO DE LEITE, a ser ofertado pela UNOCHAPECO, no Campus da cidade de São Lourenço do Oeste, a partir do primeiro semestre de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

II.1 - Para execução do objeto de que trata a Cláusula Primeira, o Município repassará a UNOCHAPECO, a importância de R\$ 22.405,20 (vinte e dois mil quatrocentos e cinco reais e vinte centavos), referente ao ano de 2010.

Parágrafo único. O valor anual refere-se aos créditos das disciplinas oferecidas do Curso de Graduação de Tecnologia em Produção de Leite, e correrão a conta da Atividade 20.606.0015.2.028 - Manutenção do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

III.1 - Os recursos serão liberados à UNOCHAPECO pelo Município em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento até o dia 10 do mês subsequente.

Parágrafo único. Para o ano de 2010, o número de parcelas obedecerá os meses remanescentes de referido exercício financeiro, a partir da data de assinatura do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

IV.1 - O Município, obriga-se a:

- I - Considerar o número de 05 (cinco) estudantes regularmente matriculados no curso de graduação de Tecnologia em Produção de Leite, da UNOCHAPECO, na distribuição dos recursos financeiros, garantindo ao aluno bolsa integral de 100%;
- II - Repassar os recursos de acordo com o previsto na Cláusula Terceira e no Plano de Aplicação, mediante apresentação de relação dos estudantes beneficiados, fornecida pela instituição;
- III - Acompanhar as atividades específicas deste convênio;
- IV - Corrigir os valores das mensalidades dos estudantes de acordo com os valores resultantes de acordo firmado entre a UNOCHAPECO e o Diretório Central dos Estudantes;
- V - Observar que somente poderão inscrever-se candidatos portadores de certificado de conclusão do ensino médio;
- VI - Submeter o presente convênio para apreciação e aprovação pelo Poder legislativo municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA UNOCHAPECO

V.1 - A UNOCHAPECO obriga - se a:

- I - Publicar edital de inscrição e seleção dos candidatos, em local público e visível na sede do município conveniado;
- II - Fixar, em local público e visível, a relação nominal dos estudantes selecionados pelo Municípios aptos a fazer a matrícula;
- III - Encaminhar ao Município a relação dos estudantes selecionados para bolsa de estudo, comunicando quando houver alteração;
- IV - Abrir conta específica no Banco, para movimentar os recursos do presente convênio;
- V - Prestar contas dos recursos recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento dos mesmos, em conformidade com as normas vigentes;
- VI - Facilitar ao Município acesso a informações, quando solicita-



do.

VII - apresentar ao Município relatório contendo síntese que comprove o desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados com a bolsa;

IX - Cumprir e fazer cumprir o Projeto Pedagógico do curso de graduação de Tecnologia em Produção de Leite.

X - Ofertar o curso no campus de São Lourenço do Oeste, em conformidade com o projeto do curso aprovado pelo Conselho Universitário.

XI - proporcionar a todos os estudantes, regularmente matriculados, os direitos a eles inerentes, bem como exigir os deveres constantes nas normas institucionais.

XII - oferecer regularmente o Curso de Graduação de Tecnologia em Produção de Leite, e realizar a inscrição e seleção dos alunos, mediante Edital publicado pela Unochapecó, indicando a relação dos classificados que deverão frequentar o curso ofertado.

XIII - na seleção de candidatos, observar os requisitos fixados em Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

VI.1 - A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata o presente Convênio será elaborada de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade. Para a prestação de contas, a UNOCHAPECÓ deverá encaminhar ao Município os seguintes documentos:

- Cópia do convênio;
- Extratos bancários da Conta Especial, com a movimentação completa do período;
- Cópia da Transferência de recursos (TED ou cópia do cheque);
- Balancete TC 28, relacionando o nome dos estudantes e valor da bolsa, com assinatura dos responsáveis e carimbo de certificado.
- Empenho/relação nominal assinada pelos estudantes beneficiados com a Bolsa de Estudo, constando n. da Carteira de Identidade, CPF, curso, fase, valor da mensalidade, percentual do benefício e valor da bolsa, assinatura dos responsáveis e carimbo de certificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ATRASO NO REPASSE

VII.1 - Em caso de eventual atraso no pagamento das parcelas pelo Município, estas serão corrigidas monetariamente pelo INPC/IBGE e acrescidos de juros de mora na ordem de 1% ao mês.

VII.2 - O valor da mensalidade será reajustado anualmente, tendo como parâmetro o aumento das mensalidades para os estudantes decorrentes de acordo entre a classe estudantil e a Universidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

VIII.1 - O Município e a UNOCHAPECÓ poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio se ocorrer a superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou por mútuo consenso das partes.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrer a rescisão prevista nesta Cláusula, o pagamento integral das mensalidades dos estudantes até a integralização curricular do referido curso, ficará a cargo da parte que der causa à rescisão.

CLÁUSULA NONA - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

IX.1 - A FUNDESTE/UNOCHAPECÓ no ato de matrícula firmará com o estudante contrato de prestação de serviços educacionais. § 1º Referido contrato será quitado mensalmente pelo município mediante o repasse dos recursos relativos a bolsa de estudos.

§ 2º Em havendo inadimplência pelo município e se for necessário a cobrança por vias legais, o aluno responde solidariamente pela dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

X - O presente Termo de Convênio terá validade até a data de integralização curricular de todos os estudantes matriculados até a terceira turma (ano de 2012), conforme a duração do curso e sua vigência será contada a partir da publicação deste Termo de Con-

vênio no Diário Oficial do Município e termino em 31 de dezembro de 2010, podendo ser alterado ou prorrogado por Termo Aditivo de Comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

XI.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por assim estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam o presente Convênio, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Novo Horizonte-SC, de abril de 2010.

SANTOS ZILLI ODILON LUIZ POLI

Prefeito Municipal Reitor da UNOCHAPECÓ

TESTEMUNHAS:

Norival João Cenci Sady Mazzioni

CPF: 482.853.749-04 CPF: 732.566.509-10"

Decreto Nº 1773/2010

DECRETO Nº 1.773/2010, de 28 de abril de 2010.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 021/2010, NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 009/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei 8.666/93 e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Processo Licitatório nº 021/2010, na modalidade de Convite nº 009/2010, que dispõe sobre a contratação de empresa para prestação de serviços de recapagens, vulcanizações e consertos de pneus, para reposição nos caminhões, máquinas e veículos desta Municipalidade, conforme quantitativos e especificações constantes no processo licitatório, ficando adjudicado o objeto da presente licitação a FM PNEUS LTDA, os itens 01, 02, 03, 04, 05, 08, 09, 16 e 17, totalizando R\$ 42.342,00 e a empresa SUL REAL COMERCIO DE PNEUS LTDA, os itens 06, 07, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, totalizando R\$ 31.666,00.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 28 de abril de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Resultado do Processo Seletivo Edital 003/2010

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2010

O Prefeito de Paulo Lopes, homologa e torna público a lista dos aprovados do Processo Seletivo 003/2010

CARGO: MOTORISTA

CANDIDATO	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
Israel Costa	101 pontos	1º lugar
José Lourenço de Jesus	90 pontos	2º lugar
Tiago Manoel Silvano	45,5 pontos	3º lugar
Carlos Rangel	38,75 pontos	4º lugar
Hamilton da Conceição	35,75 pontos	5º lugar
Silvano Carlos Leite	30,00 pontos	6º lugar
André Damázio	21,00 pontos	7º lugar
Jonas Cabral	18,25 pontos	8º lugar
Marcos Vinicius Stancowich	16,00 pontos	9º lugar
Adilson Santos Arruda		
Flávio José Lopes		

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CANDIDATO	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
Alexsandra Alexandre	41,00 pontos	1º lugar
Ana Cristina de Jesus	27,00 pontos	2º lugar
Andreza Martinho	22,00 pontos	3º lugar
Mirka Stancowich	18,00 pontos	4º lugar
Mariléia Lopes	15,75 pontos	5º lugar

Comunica ainda, que os candidatos que se sentirem prejudicados com a sua classificação, terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar desta data, para interpor recurso de revisão de provas. O recurso deverá ser feito através de um requerimento fundamentado, seguindo as normas do edital e dirigido ao Prefeito Municipal.

Paulo Lopes, em 29 de abril de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Convocação de Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Pinheiro Preto - SC

EUZÉBIO CALISTO VIECELLI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, cumprindo o que dispõe os incisos I, II e III, do artigo 34 e artigo 40, ambos da lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da cidade), torna público que, a Segunda Audiência Pública, para apresentação e aprovação do Diagnóstico do Município, fica agendada para o dia 13 de maio de 2010 (quinta-feira) às 19:00 horas, no Centro Educacional Pe Trudo Plessers situado a Rua Pedro José Rabuske, centro, ficando assim convocados todas as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado na sede da Prefeitura, bem assim na sede das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Pinheiro Preto, 27 de abril de 2010.
EUZÉBIO CALISTO VIECELLI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

AVISO TOMADA DE PREÇO 004/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2010

OBJETO - DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA MAURO JOÃO JAKES NUMA EXTENSÃO DE 310,00 M, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 10:00 hs do dia 17/05/2010, na Sala de Reuniões do Centro Administrativo "Prefeito Antonio Stadler Filho", sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou através do site www.portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo SC, 29 de abril de 2010.
MARCO AURÉLIO PEREIRA
Presidente da Comissão



Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 459/2010 - RH

PORTARIA Nº 459, de 15 de abril de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de abril a 13 de julho de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Leise Cristina Zanatta, para exercer o cargo de Professor - 5ª a 8ª série (disciplina História), 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, em substituição à servidora efetiva Suely Aparecida Pofahl que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de abril de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 460/2010 - RH

PORTARIA Nº 460, de 15 de abril de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de abril a 13 de julho de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Isolete da Luz da Cunha, para exercer o cargo de Professor - 1ª a 4ª série do ensino fundamental, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, em substituição à servidora efetiva Solange Maria Conceição de Araújo Zonta, que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de abril de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 461/2010 - RH

PORTARIA Nº 461, de 15 de abril de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de abril a 13 de julho de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, João Antonio Busck, para exercer o cargo de Professor - 5ª a 8ª série (disciplina História), 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, em substituição à servidora efetiva Solange Maria Conceição de Araújo Zonta, que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de abril de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 462/2010 - RH

PORTARIA Nº 462, de 16 de abril de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Izabel Cristina da Silva, do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.



Porto União - SC, em 16 de abril de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 463/2010 - RH

PORTARIA Nº 463, de 16 de abril de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária, a partir de 01 de abril de 2010, de Luiza Aparecida de Assis Oliveira, ocupante do cargo Médico - Psiquiatra, de cinco (05) horas semanais, para sete horas e trinta minutos (7:30) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição ao servidor efetivo Hans Hyperides Jakobi que está afastado para Tratamento de Saúde.

Art. 2º O servidor mencionado no Artigo anterior, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2010.

Porto União - SC, em 16 de abril de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 464/2010 - RH

PORTARIA Nº 464, de 16 de abril de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 14 de abril de 2010, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor JOSE CARLOS STEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 14 de abril de 2010.

Porto União - SC, em 16 de abril de 2010.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Processo Licitatório 019/2010 EDUCAÇÃO Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2010 EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 019/2010 EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão presencial 009/2010 EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fara realizara processo licitatorio na modalidade de pregão presencial tipo menor preço por item para aquisição de produtos para manutenção do Curso de Formação Continuada para os Núcleos de Educação Infantil e Escolas do Ensino Fundamental. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 14 de maio de 2010 as 14:00 na Prefeitura Municipal, com início da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas Rua Padre Anchieta, 126 ou pelo telefone 042 3523 11 55.

Porto União SC, 28 de abril de 2010

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em exercicio

Processo Licitatório 020/2010 EDUCAÇÃO Extrato de Edital de Pregão Presencial 010/2010 EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 020/2010 EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 010/2010 EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizara processo licitatorio, na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço por item para aquisição de produtos alimentícios para AABB Comunidade. Recebimento do credenciamento e dos envelopes será no dia 17 de maio de 2010 as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal, com início da sessão publica as 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas Rua Padre Anchieta, 126 ou pelo telefone 042 3523 11 55.

Porto União SC, 28 de abril de 2010

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em exercicio

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital 21/2010 FMS

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos - Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2010 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos para a Assistência Farmacêutica Básica desta secretaria.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 249/2003, de 28 de maio de 2003.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Às 08:00 horas do dia 12/05/2010, na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES e SESSÃO DE ABERTURA DOS LANCES: às 09:00 horas do dia 12/05/2010.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

obtidos no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, rua Tuiuti, 154, centro, Divisão de Suprimentos - Setor de Compras, no seguinte horário: das 07:30 às 13:30 horas, telefone (47) 3531-1437, ou no site do município: www.riodosul.sc.gov.br

Rio do Sul (SC), 28 de abril de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Contrato 244 FMS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE RESÍDUOS DE SAÚDE REFERENTE À LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 019/2008 - FMS, de 15 de abril de 2010

Por este Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada de resíduos de saúde, que entre si celebram, de um lado o Município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Tuiuti, nº 154 - Centro, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde - FMS, Sr. Luiz Carlos Zanis e de outro a empresa GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.813.163/0001-44, com sede na avenida Martin Luther, nº 111, sala 312, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada por José Luis Knihs, inscrito no CPF/MF sob o nº 309.813.799-15, portador do documento de Registro Geral nº 756.708-1, Gerente Administrativo, resolvem firmar o presente termo aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ITEM

O edital de licitação, tipo carta convite nº 19/2008 - FMS, objetivando a contratação de empresa especializada em coleta de resíduos de serviços de saúde para prestar serviços de coleta, transporte e destinação final adequada para os resíduos de serviços de saúde, gerados na Secretaria de Saúde e Postos de Saúde do município de Rio do Sul, de acordo com as normas ambientais vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE

O reajuste aplicado com base no Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, na ordem de 1,94%, passando a vigorar com o valor de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) por quilograma de resíduo coletado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO

Prorroga-se a vigência do contrato de prestação de serviços para mais doze meses vigindo a partir de 15/04/2010 até 14/04/2011.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, modalidade Carta Convite Nº 19/2008 e do contrato administrativo, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 15 de abril de 2010.

LUIZ CARLOS ZANIS JOSE LUIZ KNIHS
Secretária Municipal de Saúde Gerente Comercial

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: CPF:

Contrato 245 FMS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2008 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

Pelo presente termo aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, originado através do Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, modalidade Pregão Presencial nº 13/2008 - FMS, de 07 de abril de 2008, de um lado o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 10.469.199/0001-55, neste ato representado pelo seu gestor, Sr. Luiz Carlos Zanis, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro a Empresa MICROMECC Ind. e Com. De Aparelhos Odontológicos LTDA - ME, com sede na Rua dos Pioneiros, 95 centro - Rio do Sul - SC, com inscrição no CNPJ nº 79.018.453/0001-03, neste ato, representada pelo Sr. Gunther Hubsch, Diretor da Empresa, tem justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A segunda das acima qualificadas, de ora em diante denominada de CONTRATADA, devidamente qualificada como vencedora da licitação, modalidade Pregão nº 13/2008 - FMS, de 07 de abril de 2008, obriga-se a fornecer mão-de-obra para manutenção dos ambulatórios de Odontologia desta Secretaria de Saúde do município de Rio do Sul - SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo do presente termo administrativo é de 12 meses, com vigência a partir de 08 de abril de 2010 até 07 de abril de 2011.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE

O valor pago mensalmente pelos serviços, R\$ 800,00 (oitocentos reais), sofrerá um reajuste com base no índice nacional de preços ao consumidor - INPC, na ordem de 5,30% (cinco vírgula trinta por cento) passando ao valor de R\$ 842,40 (oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, modalidade Pregão Presencial 13/2008 - FMS, de 07 de abril de 2008, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 08 de abril de 2010.

LUIZ CARLOS ZANIS GUNTHER HUBSCH
Secretário Municipal de Saúde Gerente Comercial

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: CPF:



Edital de intimação de decisão proferida em processo administrativo

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

Contribuinte	CPF/CNPJ	Protocolo Nº
Mafras Ind e Com de Madeiras Ltda	76.312.008/0001-55	119485/2010
Wilson Lichtenfelz Kurtz	564.491.789-49	85893/2004
Jorge Henrique da Silva	481.293.139-87	105473/2007

Rio do Sul, 28 de Abril de 2010.

EUGÊNIO VICENZI LEONICE WITTE

Secretário Municipal da Fazenda Protocolo Geral

Edital de notificação de contribuição de melhoria.

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DA NOTIFICAÇÃO FISCAL REFERENTE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

Contribuinte	CPF/CNPJ	Notificação Fiscal Nº
Siegbert Walter Gross	004.447.589-68	635/2010

Rio do Sul, 27 de abril de 2010.

EUGÊNIO VICENZI JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Secretário Municipal da Fazenda Depto Fiscalização Tributária

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL**Lei Nº 1.866**

LEI Nº 1.866, DE 28 DE ABRIL DE 2010.

PROÍBE O USO DE PULSEIRAS COLORIDAS, CONHECIDAS COMO PULSEIRAS DO SEXO, NAS REDES DE ENSINO MUNICIPAL, ESTADUAL, PARTICULARES E NO ÂMBITO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedado o uso de pulseiras coloridas, conhecidas como pulseiras do sexo, nas redes de ensino municipal, estadual, particulares e no âmbito do território do Município de São Lourenço do Oeste - SC.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput implicará na apreensão imediata das pulseiras coloridas, por ação dos profissionais da rede de ensino municipal, estadual e particulares, sob o respaldo do Conselho Tutelar de São Lourenço do Oeste, resultando no perdimento do objeto.

Art. 2º O Corpo Docente das respectivas escolas realizarão reuniões com os pais dos alunos para esclarecer tal medida e orientá-los com relação às situações envolvendo questões sexuais.

Art. 3º Fica proibida no âmbito do Município de São Lourenço do Oeste a comercialização de pulseiras coloridas, também conhecidas como pulseiras do sexo.

§ 1º O descumprimento do disposto no caput, implicará em multa no valor correspondente a 20 (vinte) URFM (unidade fiscal de referência municipal);

§ 2º A reincidência na conduta de que trata o caput, implicará em multa correspondente ao dobro do que prevê o § 1º e cassação do alvará de localização e funcionamento do estabelecimento comercial.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de abril de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.867

LEI Nº 1.867, DE 28 DE ABRIL DE 2010.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIOS E A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e a conceder auxílio financeiro às seguintes Entidades para o ano de 2010:

I - Rede Feminina de Combate ao Câncer, CNPJ 06.536.696/0001-51, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

II - Associação Empresarial de São Lourenço do Oeste - ACISLO, CNPJ 75.433.946/0001-40, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei, serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de abril de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.868

LEI Nº 1.868, DE 28 DE ABRIL DE 2010.

DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetado para fins de interesse público, o seguinte bem imóvel de propriedade do Município:

I - lote urbano nº 01, com 562,50 m² e parte do lote urbano nº 02, com 37,50 m², ambos da quadra nº 09, série "F", com área superficial total de 600 m² (seiscentos metros quadrados), sem benfeitorias, situados à Rua Sete de Setembro, esquina com a Rua Saldanha da Gama, com as seguintes medias e confrontações: ao NORTE com a Rua Saldanha da Gama, com 15,00 metros e com



parte do mesmo lote nº 02, com 15,00 metros; ao SUL com os lotes urbanos nºs 09 e 10, com 30,00 metros; ao LESTE com parte do mesmo lote nº 02, com 35,00 metros e com o lote urbano nº 03, com 2,5 metros; e ao OESTE com a Rua Sete de Setembro, com 37,50 metros, com registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste sob o nº 8.595, de Propriedade da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, conforme matrícula e avaliação constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º O imóvel ora desafetado fica automaticamente transpassado para a categoria de bem dominial, integrando ao patrimônio disponível do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de abril de 2010.
TOME FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.869

LEI Nº 1.869, DE 28 DE ABRIL DE 2010.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE, MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ, PARA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A ESTUDANTES ECONOMICAMENTE CARENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, visando à concessão de Bolsa de Estudo a estudantes carentes matriculados no Curso de Graduação de Tecnologia em Produção de Leite, ministrado no Campus do Município de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 2º O convênio de que trata o artigo anterior tem como objetivo desencadear ações educativas junto à comunidade de São Lourenço do Oeste, visando a qualificação pessoal e aprimoramento das técnicas de produção leiteira, aplicando o conhecimento nas propriedades agrícolas produtoras de leite, em especial as localizadas no Município de São Lourenço do Oeste, pólo leiteiro do Oeste Catarinense.

Art. 3º Serão beneficiados com a concessão da bolsa de estudo aqueles que, além de preencher os requisitos previstos no Convênio atendam, cumulativamente, as seguintes condições:

I - seja agricultor ou filho de agricultor que realize atividade bovinocultura leiteira, com propriedade produtiva no Município;

II - resida no interior do município;

III - apresente comprovação de realizar atividade bovinocultura leiteira.

IV - tenha renda familiar bruta mensal inferior a 05 (cinco) salários mínimos, e não havendo o preenchimento nesta faixa, fica estabelecido a possibilidade de concessão do benefício àqueles que tenham renda familiar bruta mensal entre 06 (seis) e 12 (doze) salários mínimos.

§ 1º Serão disponibilizadas e pagas pelo Município de São Lourenço do Oeste, por força do convênio de que trata o art. 1º, no ano de 2010, vinte Bolsas de Estudo integrais, e nos anos subsequentes até a terceira turma, vinte Bolsas de Estudo integrais por ano, que serão pagas até a data da integralização curricular de todos

os estudantes matriculados.

§ 2º O beneficiado deverá, durante a vigência do curso, comprovar:

I - frequência superior ao mínimo legal;

II - ser aprovado em todas as disciplinas;

III - VETADO;

IV - VETADO.

§ 3º Somente é permitida a concessão de uma bolsa estudo por família beneficiada.

Art. 4º Por conta da concessão da Bolsa de Estudos, o Município repassará à Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste o valor relativo às mensalidades, referente ao custo mensal por aluno, em doze parcelas mensais, conforme estabelecido na Minuta do Convênio.

Art. 5º A Minuta do Termo de Convênio compõe o Anexo Único desta Lei e poderá sofrer alterações durante sua vigência, sempre que isso se fizer necessário para melhor atender ao principal objetivo do Convênio e desde que não resulte em aumento no número máximo de vinte bolsas de estudo por ano, até a terceira turma, a ser suportado pelo Município.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de cada orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de abril de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 1.869, de 28 de abril de 2010)

"CONVÊNIO N.º 61616; 00X, DE XX DE MARÇO DE 2010.

Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE e a FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE, mantenedora da UNOCHAPECO, com sede no município de CHAPECÓ.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Duque de Caxias nº 789, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08, aqui denominado simplesmente CONVENIENTE, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, casado, portador do RG nº 12R-1.014.731, inscrito no CPF nº 425.504.839-87, e a FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE, mantenedora da UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ, doravante denominada UNOCHAPECÓ, CNPJ n. 82.804.642/0001-08, situada na Rua/Av. Senador Atílio Fontana, 591-E, município de Chapecó, neste ato representada pelo seu Reitor Odilon Luiz Poli, residente na Rua Montevideo, n. 870-E, Bairro Presidente Médici, município de Chapecó, portador da RG n. 1.230.009-8, expedida pela SSP/SC em 07/08/2000, CPF 423.663.569/00, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I.1 - O objeto do presente Termo de Convênio consiste na assistência financeira aos estudantes economicamente carentes, matriculados no CURSO DE GRADUAÇÃO DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO DE LEITE, a ser ofertado pela UNOCHAPECÓ, no Campus da cidade de São Lourenço do Oeste, a partir do primeiro semestre de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

II.1 - Para execução do objeto de que trata a Cláusula Primei-



ra, o Município repassará a UNOCHAPECÓ, a importância de R\$ 89.620,80 (oitenta e nove mil, seiscentos e vinte reais e oitenta centavos), referente ao ano de 2010.

Parágrafo único. O valor anual refere-se aos créditos das disciplinas oferecidas do Curso de Graduação de Tecnologia em Produção de Leite.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

III.1 - Os recursos serão liberados à UNOCHAPECÓ pelo Município em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento até o dia 10 do mês subsequente.

Parágrafo único. Para o ano de 2010, o número de parcelas obedecerá os meses remanescentes de referido exercício financeiro, a partir da data de assinatura do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

IV.1 - O Município, obriga-se a:

I - Considerar o número de 20 (vinte) estudantes regularmente matriculados no curso de graduação de Tecnologia em Produção de Leite, da UNOCHAPECÓ, na distribuição dos recursos financeiros, garantindo ao aluno bolsa integral de 100%;

II - Repassar os recursos de acordo com o previsto na Cláusula Terceira e no Plano de Aplicação, mediante apresentação de relação dos estudantes beneficiados, fornecida pela instituição;

III - Acompanhar as atividades específicas deste convênio;

IV - Corrigir os valores das mensalidades dos estudantes de acordo com os valores resultantes de acordo firmado entre a UNOCHAPECÓ e o Diretório Central dos Estudantes;

V - Observar que somente poderão inscrever-se candidatos portadores de certificado de conclusão do ensino médio;

VI - Submeter o presente convênio para apreciação e aprovação pelo Poder legislativo municipal.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA UNOCHAPECÓ

V.1 - A UNOCHAPECÓ obriga - se a:

I - Publicar edital de inscrição e seleção dos candidatos, em local público e visível na sede do município conveniado;

II - Fixar, em local público e visível, a relação nominal dos estudantes selecionados pelo Municípios aptos a fazer a matrícula;

III - Encaminhar ao Município a relação dos estudantes selecionados para bolsa de estudo, comunicando quando houver alteração;

IV - Abrir conta específica no Banco, para movimentar os recursos do presente convênio;

V - Prestar contas dos recursos recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento dos mesmos, em conformidade com as normas vigentes;

VI - Facilitar ao Município acesso a informações, quando solicitado.

VII - apresentar ao Município relatório contendo síntese que comprove o desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados com a bolsa;

IX - Cumprir e fazer cumprir o Projeto Pedagógico do curso de graduação de Tecnologia em Produção de Leite.

X - Ofertar o curso no campus de São Lourenço do Oeste, em conformidade com o projeto do curso aprovado pelo Conselho Universitário.

XI - proporcionar a todos os estudantes, regularmente matriculados, os direitos a eles inerentes, bem como exigir os deveres constantes nas normas institucionais.

XII - oferecer regularmente o Curso de Graduação de Tecnologia em Produção de Leite, e realizar a inscrição e seleção dos alunos, mediante Edital publicado pela Unochapecó, indicando a relação dos classificados que deverão frequentar o curso ofertado.

XIII - na seleção de candidatos, observar os requisitos fixados em Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

VI.1 - A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata o presente Convênio será elaborada de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade. Para a prestação de contas, a

UNOCHAPECÓ deverá encaminhar ao Município os seguintes documentos:

a) Cópia do convênio;

b) Extratos bancários da Conta Especial, com a movimentação completa do período;

c) Cópia da Transferência de recursos (TED ou cópia do cheque);

d) Balancete TC 28, relacionando o nome dos estudantes e valor da bolsa, com assinatura dos responsáveis e carimbo de certifico.

e) Empenho/relação nominal assinada pelos estudantes beneficiados com a Bolsa de Estudo, constando n. da Carteira de Identidade, CPF, curso, fase, valor da mensalidade, percentual do benefício e valor da bolsa, assinatura dos responsáveis e carimbo de certifico.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ATRASO NO REPASSE

VII.1 - Em caso de eventual atraso no pagamento das parcelas pelo Município, estas serão corrigidas monetariamente pelo INPC/IBGE e acrescidos de juros de mora na ordem de 1% ao mês.

VII.2 - O valor da mensalidade será reajustado anualmente, tendo como parâmetro o aumento das mensalidades para os estudantes decorrentes de acordo entre a classe estudantil e a Universidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

VIII.1 - O Município e a UNOCHAPECÓ poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio se ocorrer a superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexequível, ou por mútuo consenso das partes.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrer a rescisão prevista nesta Cláusula, o pagamento integral das mensalidades dos estudantes até a integralização curricular do referido curso, ficará a cargo da parte que der causa à rescisão.

CLÁUSULA NONA - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

IX.1 - A FUNDESTE/UNOCHAPECÓ no ato de matrícula firmará com o estudante contrato de prestação de serviços educacionais.

§ 1º Referido contrato será quitado mensalmente pelo município mediante o repasse dos recursos relativos a bolsa de estudos.

§ 2º Em havendo inadimplência pelo município e se fizer necessária a cobrança por vias legais, o aluno responde solidariamente pela dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

X - O presente Termo de Convênio terá validade até a data de integralização curricular de todos os estudantes matriculados até a terceira turma (ano de 2012), podendo ser alterado por Termo Aditivo de Comum acordo entre as partes, conforme a duração do curso. Sua vigência será contada a partir da publicação deste Termo de Convênio no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

XI.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por assim estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam o presente Convênio, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Chapecó,2010

TOMÉ FRANCISCO ETGES ODILON LUIZ POLI
Prefeito Municipal Reitor da UNOCHAPECÓ

TESTEMUNHAS:

NORIVAL JOÃO CENCI SADY MAZZIONI
CPF: 482.853.749-04 CPF: 732.566.509-10"

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de abril de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal



RETIFICAÇÃO SUPRESSÃO DO ITEM I EDITAL 42/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, através do Sr. Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO O SEGUINTE: FICA SUPRIMIDO, DO ITEM N. 01 DO ANEXO I DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 42/2010, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 26/2010, A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: "EPA TIER 2 E EE.UU/ETAPA 2 E NORMAS QUE AS SUBSTITUÍRAM. (...)" E "CONTROLE DA RETROESCAVADEIRA DO TIPO JOYSTIEK (...)".

O ITEM I PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO: Retro-escavadeira nova, ano e modelo 2010, sobre pneus, com tração 4 X 4. Chassi monobloco em peça única. Acionada por motor diesel turbo-alimentado, com potência mínima de 93 hp com atendimento as normas de controle de emissões de poluentes. Transmissão com quatro marchas à frente e quatro à ré. Caçamba frontal para uso geral com capacidade mínima para 0,89 m³, acionada com um cilindro hidráulico para basculamento. Caçamba da retro mínima de 30 polegadas. Profundidade de escavação mínima de 4.350 mm. Lança da retro com perfil em curva. Equipada com cabine fechada e ar condicionado, assento com suspensão, limpador elétrico. Garantia mínima de 12 meses e entrega técnica por profissional especializado na fábrica. Peso Operacional de no Mínimo 6.800 Kgs.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de abril de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N°161/2010

DECRETO N°161/2010

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/09.

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2005 - Func. e Manutenção do Transp. Escolar R\$ 5.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04.01.12.361.4-2006 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 6.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

04.01.12.365.4-2008 - Func. e Manutenção da Educação Infantil R\$ 8.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.6-2.014 - Func. e Manutenção da Cultura R\$ 10.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de abril de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto N°162/2010

DECRETO N°162/2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do IGD no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 558/09:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) por conta do Superávit Financeiro do IGD na dotação abaixo identificada:

05 - SECRETARIA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.02.8.243.9-2.011 - Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 1.600,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.0125 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 28 de abril de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder**PREFEITURA MUNICIPAL****Dispensa de licitação Nº 09/2010-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 9/2010 - DL****Processo Nr.: 24/2010
Data: 28/04/2010**

Folha: 1/2

Fornecedor: CLINIVITA SOCIEDADE SIMPLES

Código: 7140

Endereço: RUA ARTHUR MULLER, Nº 105

Cidade: JARAGUÁ DO SUL - SC

CNPJ: 05.856.415/0001-85

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de entidades prestadoras de serviços em Cardiologia, com avaliação de diagnóstico e tratamento das doenças cardiovasculares para os pacientes que estão na fila de espera do Sistema Único de Saúde (SUS) da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	30,00	Consulta em Cardiologia, com avaliação de diagnóstico e tratamento das doenças cardiovasculares e pré-operatório para os pacientes que estão na fila de espera do Sistema Único de Saúde (SUS).	UN	50,00	1.500,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas do mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

De acordo com o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social justificam-se as 30 (trinta) consultas com cardiologista para pacientes que estão aguardando na fila de espera do Sistema Único de Saúde (SUS) a 11(onze) meses, todos os pacientes que estão aguardando são pacientes que necessitam de consulta para diagnóstico e avaliação pré-operatório.

SCHROEDER, 28 de Abril de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 9/2010 - DL

Processo Nr.: 24/2010
Data: 28/04/2010

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 27 de Abril de 2010

Valor da Despesa: 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APOS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 95/2010 - PMS

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 95/2010 - PMS
 Processo de licitação nº. 72/2010 - PMS
 Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 38/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: RETRASA RECUPERADORA DE TRAORES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 77.910.693/0001-84, estabelecida Rua Luiz Magalhães de Medeiros, nº. 1050, Bairro Humaitá, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.708-200.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para Trator Esteira D130 e Escavadeira E215B lotados na da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Qtde.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
PEÇAS ESCAVADEIRA E215B NEW HOLLAND ANO 2009					
01	72205063 – Dente de aço para caçamba	60	Unid.	64,50	3.870,00
03	12575121 – Porca de aço	36	Unid.	2,32	83,52
04	8282270 – Parafuso de aço	36	Unid.	3,90	140,40
PEÇAS ESTEIRA D130 NEW HOLLAND 2009					
07	8282270N – Parafuso lâmina aço M20X50	100	Unid.	3,90	390,00
08	12164321N – Porca para lâmina aço M20	100	Unid.	1,29	129,00
VALOR R\$					4.612,92

Valor: R\$ 4.612,92 (quatro mil seiscentos e doze reais e noventa e dois centavos).

Data da Assinatura: 28/04/2010 - Vigência: 28/04/2011

FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 96/2010 - PMS

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 96/2010 - PMS
 Processo de licitação nº. 72/2010 - PMS
 Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 38/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 79.905.071/0001-93, estabelecida na Rua Nossa Senhora do Guadalupe, nº. 122, BR 101, km 201, Bairro Barreiros, Cidade de São Jose, Estado de Santa Catarina, CEP: 88113-130.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para Trator Esteira D130 e Escavadeira E215B lotados na da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Qtde.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
PEÇAS ESCAVADEIRA E215B NEW HOLLAND ANO 2009					
02	72204481 – Pino trava de aço do dente	60	Unid.	41,30	2.478,00
05	A1304031 – Faca lateral de aço	06	Unid.	210,00	1.260,00
06	Z1304030 – Faca Lateral de aço	06	Unid.	209,00	1.254,00
PEÇAS ESTEIRA D130 NEW HOLLAND 2009					
11	7528979 – Faca lâmina de aço	06	Unid.	299,00	1.794,00
VALOR R\$ TOTAL					6.786,00

Valor: R\$ 6.786,00 (Seis mil setecentos e oitenta e seis reais).

Data da Assinatura: 28/04/2010 - Vigência: 28/04/2011

FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

Extrato do contrato Nº. 03/2010-FIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 03/2010-FIA
 Processo de licitação nº. 02/2010 - FIA
 Modalidade Carta Convite nº. 01/2010 - FIA

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: SOLANGE EMILIA RUFGA, inscrita no CPF sob o nº. 849.555.899-87, e portadora da carteira de identidade nº. 3.652.285-2-SSP-PR, residente e domiciliada na Rua Presidente Epitácio Pessoa, nº. 1465, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-100.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste contratação de 900 (novecentas) horas de serviço de profissional Psicopedagogo, sendo 20 (vinte) horas semanais, para atender ao Programa Apoio Sócio Familiar e demais atividades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme segue:

Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Valor Unitario R\$
01	Contratação de Profissional Psicopedagogo, a fim de atender o Programa Apoio Sócio Familiar e demais atividades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, para o ano de 2010, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, totalizando 900 (Novecentas) horas.	900	Hora	15,00

Valor: R\$ 13.500,0 (treze mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 28/04/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal



ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO N° 02/2010-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2010****Número do Registro de Preços: 1/2010****Data do Registro: 29/01/2010****Válido até: 29/01/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tiras para teste de glicemia para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Reagente para diagnostico clinico, tipo de analise quantitativo de glicose, com amplitude de medição entre 10 e 600mg/dl, com tecnologia de glicose desidrogenase com medição por amperometria e chip de codificação do lote; capacidade de medição em sangue total, capilar e neonato. Apresentação em tiras embaladas individualmente. Fornecimento de forma definitiva à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o número mínimo de 15 (quinze) equipamentos de medição de glicose compatíveis com as tiras ofertadas, incluindo assistência técnica e treinamento dos profissionais que irão manusear o produto aparelhos biosensores para o gerenciamento de diabetes.	UN	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	Optium/Abbott	0,9400	1

SCHROEDER, 29 de Janeiro de 2010.



ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR 38/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2010**Número do Registro de Preços: 19/2010****Data do Registro: 28/04/2010****Válido até: 28/04/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de peças de reposição para Trator Esteira D130 e Escavadeira E215B lotados na da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	72205063 - Dente de aço para caçamba (E215B)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	SICAL	64,5000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	SICAL	65,0000	2
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	CNH	78,0000	3
2	72204481 - Pino trava de aço do dente (E215B)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	ECOPLAN	41,3000	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	FIGUERAS	41,5000	2
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	FORMAC	50,0000	3
3	12575121 - Porca de aço (E215B)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	FEY	2,3200	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	FIBAN	4,3500	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	FEY	5,0000	3
4	8282270 - Parafuso de aço (E215B)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	FEY	3,9000	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	FIBAN	5,7800	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	FIBAN	12,5000	3
5	A1304031 - Faca lateral de aço (E215B)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	SICAL	210,0000	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	ECOPLAN	211,5000	2
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	ECOPLAN	260,0000	3
6	Z1304030 - Faca Lateral de aço (E215B)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	SICAL	209,0000	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	ECOPLAN	210,0000	2
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	ECOPLAN	260,0000	3
7	8282270N - Parafuso lâmina aço M20X50 (d130)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	FEY	3,9000	1
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	FIBAN	4,5000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	FIBAN	5,0000	3
8	12164321N - Porca para lâmina aço M20(d130)	UN	RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	FEY	1,2900	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	FEY	1,3000	2
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	FIBAN	1,5000	3
9	75282987 - Faca cantro lâmina aço(d130)	UN	G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	METISA	128,0000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	METISA	128,4000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	TBM	129,0000	3
10	75282988 - Faca cantro lâmina aço(d130)	UN	G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	METISA	128,0000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	METISA	132,8200	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	TBM	150,0000	3
11	7528979 - Faca lâmina de aço(d130)	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)	TBM	299,0000	1
			RETRASA RECUPERADORA DE TRATORES LTDA (11495)	METISA	299,9000	2
			G.MAIOCHI & CIA.LTDA (6122)	METISA	328,9000	3

SCHROEDER, 28 de Abril de 2010.



EDITAL N.º 001/2010/SECEL/PMS - contratação de act's (professores, técnicos de nível médio e fundamental)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

EDITAL N.º. 001/2010/SECEL/PMS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, através da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo de Professores Substitutos, profissionais de Nível, Ensino Fundamental incompleto, Médio e Técnico, para atuarem na Educação Especial, Educação Infantil e no Ensino Fundamental Municipal de Schroeder, a serem contratados por tempo determinado para o ano letivo de 2010, para suprir a vacância dos cargos efetivos, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, e Lei n. 1.690 de 28 de outubro de 2008 e Decreto n. 1.896 de 07 de novembro de 2008.

1. DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO

1.1 Os candidatos trabalharão em regime de substituição (Admissão Caráter Temporário – ACT) e por prazo determinado, conforme Lei Municipal 1.690 de 28.10.2008 e pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

1.2 O contrato será de no máximo 12 meses, podendo ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o quadro de vagas existente no momento da prorrogação.

1.3 O profissional contratado ficará vinculado à Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, podendo ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da carga horária sempre que necessário ou na hipótese de retorno do titular que estiver sendo substituído.

1.4 O processo seletivo de que trata este edital compreenderá:

1.4.1 Primeira Etapa:

a) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;

1.4.2 Segunda Etapa: avaliação de títulos, de caráter classificatório.

1.5 A prova objetiva e a entrega dos títulos serão realizadas no Município de Schroeder (SC).

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. Ficam abertas as inscrições para o presente processo seletivo simplificado, das 00h de 17 de maio de 2010 às 23h59min do dia 2 de junho de 2010, eletronicamente, pelo sítio www.schroeder.sc.gov.br.

2.2 Os candidatos que não possuem acesso à internet poderão inscrever-se na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, n. 3.201, Centro, Schroeder, SC, no período de 17 a 21 de maio de 2010, 24 a 28 de maio de 2010, 31 de maio de 2010, 1 a 2 de junho de 2010 e de 7 a 9 de junho de 2010, das 08 às 12h e das 13h30min. às 17h.

2.3 Não haverá taxa de inscrição para o presente processo seletivo.

2.4 As inscrições efetuadas de acordo com o disposto no item 5 deste Edital serão homologadas pela Comissão, significando tal ato que o candidato está habilitado para participar do processo seletivo.

2.5 A relação dos candidatos com a inscrição homologada será divulgada na página do concurso no endereço eletrônico www.schroeder.sc.gov.br, sendo o comunicado de sua liberação publicado por meio de Edital específico no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data prevista no cronograma existente no Edital e na página do concurso no endereço eletrônico www.schroeder.sc.gov.br.

2.3. DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO:

Inscrições pela Internet (www.schroeder.sc.gov.br): 00h de 17 de maio de 2010 às 23h59min do dia 2 de junho de 2010.

Inscrições presenciais: 17 a 21 de maio de 2010, 24 a 28 de maio de 2010, 31 de maio de 2010, 1 a 2 de junho de 2010 e de 7 a 9 de junho de 2010, das 08 às 12h e das 13h30min. às 17h.

Publicação das inscrições nulas ou indeferidas e deferidas: 14 de junho de 2010

Realização das provas objetivas: 20 de junho de 2010 às 8h e 30 minutos.

Publicação do Gabarito das provas: 22 de junho de 2010.

Publicação do resultado preliminar e convocação para prova de títulos: 25 de junho de 2010.

Recebimento dos títulos: 29 e 30 de junho de 2010, das 08 às 12h e das 13h30min. às 17h.

Publicação do resultado final: A partir de 05 de julho de 2010.

2.3.1 As publicações serão realizadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – www.diariomunicipal.sc.gov.br, bem como no site do município - www.schroeder.sc.gov.br.

2.3.2 Eventuais alterações no cronograma serão comunicadas oficialmente pelos mesmos meios acima indicados.

2.3.3 Cada candidato poderá optar por apenas uma área de atuação ou disciplina, comprovando a habilitação no momento da assinatura do contrato de trabalho.

2.3.4 Não será admitida a inscrição por correspondência ou por fax.

2.3.5 A inscrição poderá ser feita via procuração pública ou particular que lhe confira os poderes específicos para a efetivação da inscrição para a seleção pública de professores substitutos nos termos do Edital 001/2010/SECEL/PMS.

3. REQUISITOS

3.1 O candidato deverá atender, cumulativamente, para contratação, aos seguintes requisitos:

a) ter sido aprovado e classificado no processo seletivo simplificado;

b) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº. 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse;

d) estar em gozo dos direitos políticos;

e) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

f) firmar declaração de não haver sofrido condenação definitiva por crime ou contravenção, nem penalidade disciplinar no exercício profissional ou de qualquer função pública;

g) possuir os pré-requisitos exigidos, conforme discriminado no Anexo deste Edital;

i) Ter sido considerado apto, física e mentalmente, para o exercício do cargo, mediante avaliação admissional a ser detalhada quando da nomeação para assunção ao cargo.

3.2 Não poderão participar do referido processo seletivo, candidatos que foram advertidos no período letivo 2009 e primeiro semestre de 2010.

4. DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1 Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, e no Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº. 5.296 e alterações posteriores, ficam reservados 5% (cinco por cento) do total das vagas destinadas no concurso público, aos portadores de deficiência, conforme discriminado no Anexo I deste Edital.

4.2 O candidato portador de deficiência concorre em igualdade de condições com os demais candidatos às vagas de ampla concor-



rência do cargo ou cargo/área escolhido e, ainda, às vagas reservadas aos portadores de deficiência do mesmo cargo ou cargo/área, caso existam.

4.2.1 O candidato portador de deficiência, se classificado, além de figurar na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, terá seu nome publicado na lista de classificação das vagas oferecidas aos portadores de deficiência.

4.3 Em obediência ao art. 39, inciso III, do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, haverá adaptação das provas, conforme a deficiência do candidato.

4.4 Somente serão consideradas como pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias constantes do art. 4º do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.

4.5 O candidato portador de deficiência, aprovado e classificado no Concurso Público, será convocado para ser avaliado por uma equipe multiprofissional, em Schroeder (SC), antes da nomeação, de acordo com o art. 43 do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, cabendo a este arcar com as despesas relativas à sua participação nesta avaliação.

4.5.1 O candidato deverá comparecer à avaliação, munido de documento de identidade original com foto e laudo médico ou atestado original indicando a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), a provável causa da deficiência, bem como ao enquadramento previsto no art. 4º do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.

4.5.2 A equipe multiprofissional emitirá parecer conclusivo, observando as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, a natureza das atividades para o cargo, a viabilidade das condições de acessibilidade e o ambiente de trabalho, a possibilidade de utilização, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize, e a Classificação Internacional de Doenças (CID) apresentadas.

4.5.3 As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.

4.5.4 A decisão final da equipe multiprofissional será soberana e definitiva administrativamente.

4.6 O candidato que não for considerado portador de deficiência com direito a concorrer às vagas reservadas aos portadores de deficiência pela equipe multiprofissional ou que não comparecer no dia, hora e local marcado para realização da avaliação pela equipe multiprofissional, perderá o direito à vaga reservada aos candidatos portadores de deficiência que iria ocupar, sendo eliminado desta relação específica, permanecendo na relação de candidatos de ampla concorrência classificados no Concurso Público.

4.7 As vagas reservadas a portadores de deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público, por contra-indicação na perícia médica ou por outro motivo, serão preenchidas pelos demais aprovados, observada a ordem de classificação.

4.8 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria, ou remoção por motivo de saúde do servidor, salvo as hipóteses excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência, que impossibilitem a permanência do servidor em atividade.

5. DAS PROVAS OBJETIVAS E DE TÍTULOS:

5.1. As provas objetivas serão aplicadas no dia 20 de junho de 2010, na Escola Municipal Professor Emílio da Silva, situada na Rua Paulo Jahn, n. 215, com fechamento dos portões às 8h30min, e subsequente início, devendo o candidato estar no local da prova com 30 minutos de antecedência do horário de início.

5.1.1. Somente será admitido na sala de provas, o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou Documento de igual valor legal. Como não ficará retida, será exigida a apresentação do original.

5.2. O candidato deverá marcar, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, as respostas da prova teórica na Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções especificadas no Caderno de Provas. 5.3. Em nenhuma hipótese, haverá substituição de folha de Respostas por erro do candidato.

5.4. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

5.5. As provas objetivas conterão 40 (quarenta) questões, sendo 10 questões para cada área, compostas de cinco alternativas, das quais somente uma será a correta, subdivididas conforme o edital nas seguintes áreas:

I – Português;

II – Matemática;

III – Conhecimentos Gerais e Atualidades;

IV – Conhecimentos Específicos sobre a atividade a ser exercida.

5.6. As provas objetivas serão avaliadas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e serão constituídas de questões objetivas de múltipla escolha.

5.7 A prova objetiva será de caráter eliminatório e classificatório, sendo que a média mínima do candidato para sua classificação deverá ser 5,0 (cinco).

5.8. As provas objetivas terão duração de 03 (três) horas, após o início delas, conforme item 5.1.

5.9. A prova de títulos será de caráter classificatório e deverá circunscrever-se aos seguintes parâmetros:

I – Tempo de serviço público efetivamente prestado na área-objeto do processo seletivo, superior a um ano;

II – Tempo de serviço privado prestado efetivamente na área-objeto do processo seletivo, superior a um ano;

III – Cursos de extensão com carga horária superior a 20 (vinte) horas, cuja área seja correlata à área-objeto do processo seletivo simplificado;

IV – Cursos de educação formal na área-objeto do processo seletivo simplificado;

5.9.1 A avaliação de títulos, de caráter classificatório, ocorrerá nas datas de 21 e 22 de junho de 2010, das 08 às 12h e das 13h30min. às 17h., na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, n. 3.201, Centro, Schroeder, SC.

5.9.2 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data de sua entrega, observados os limites de pontos definidos no quadro a seguir.

Alínea	Título	Valor de Cada Título	Valor Máximo dos Títulos
A	Conclusão de Doutorado na área/vaga-objeto do concurso.	0,70	0,70
B	Conclusão de Mestrado na área/vaga-objeto do concurso.	0,50	0,50
C	Conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.	0,30	0,30

D	Conclusão de curso de graduação, em qualquer área, desde que tal curso não seja pré-requisito para o acesso ao cargo/vaga pretendido.	0,20	0,20
E	Conclusão de curso de nível médio ou técnico/profissionalizante em nível médio, em qualquer área, desde que tal curso não seja pré-requisito para o acesso ao cargo/vaga pretendido.	0,10	0,10
F	Exercício profissional na área/vaga-objeto do concurso, obtido na Administração Direta do Município de Schroeder	0,10 por ano completo, sem sobreposição de tempo, para esta alínea.	0,8
G	Exercício profissional na área/vaga-objeto do concurso, obtido em empresas ou em entes de direito público da Administração Direta (Prefeituras, Estado, Município, etc.) ou Indireta, exceto no Município de Schroeder	0,05 por ano completo, sem sobreposição de tempo, para esta alínea	0,3
H	Conclusão de cursos de extensão (curta duração) área/vaga-objeto do concurso, desde que a duração de tais cursos seja superior a 20 horas/atividade.	0,02	0,1
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			3,0

5.9.3 Receberá nota zero o candidato que não entregar documentos comprobatórios de títulos na forma, no prazo, no horário e no local estipulados no edital de convocação para a avaliação de títulos.

5.9.4 Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

5.9.5 No ato de entrega dos títulos, o candidato deverá preencher e assinar o formulário a ser fornecido pela Comissão, no qual indicará o título apresentado. Juntamente com esse formulário deverá ser apresentada uma cópia, autenticada em cartório judicial ou extrajudicial, do título declarado. Os documentos apresentados não serão devolvidos, nem serão fornecidas cópias desses títulos.

5.9.5.1 A Comissão poderá autenticar os títulos imediatamente no momento da entrega dos mesmos, desde que o candidato apresente uma cópia do mesmo, conjuntamente com o original. Não serão fotocopiados nenhum documento para os candidatos.

5.9.5.2 Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas em cartório, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados de mecanismo de autenticação.

5.9.6 Não serão aceitos documentos ilegíveis, bem como os emitidos via fax, páginas eletrônicas ou outras formas não previstas neste edital.

5.9.7 Na impossibilidade de comparecimento do candidato, serão aceitos os títulos entregues por procurador, mediante apresentação do documento de identidade original do procurador e de procuração simples do interessado, sendo a firma do candidato reconhecida em cartório, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato.

5.9.8 Serão de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas por seu procurador no ato de entrega dos títulos, bem como a entrega dos títulos na data prevista no edital de convocação para essa fase, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de seu representante.

6. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DOS TÍTULOS

6.1 Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de doutorado ou de mestrado, será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição credenciada pelo MEC, ou certificado/declaração de conclusão de curso, expedida por instituição credenciada pelo MEC, acompanhado do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da dissertação ou da tese.

6.1.1 Para curso de doutorado ou de mestrado concluído no exterior, apenas será aceito o diploma revalidado por instituição de ensino superior no Brasil, salvo se a revalidação for dispensada pela legislação brasileira de regência, fato que deve ser comprovado por documento hábil.

6.1.2 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina não serão aceitos como os títulos relacionados nas alíneas A e B do quadro de títulos.

6.2 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos, o candidato deverá comprovar, por meio de certificado, que o curso de especialização foi realizado de acordo com a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE).

6.2.1 Caso o certificado não comprove que o curso de especialização foi realizado de acordo com o solicitado no subitem anterior, deverá ser anexada declaração da instituição, atestando que o curso atende à Lei nº. 9.394, de 1996, ou às normas do CNE ou do extinto CFE.

6.2.2 Não receberá pontuação na alínea C do quadro de títulos o candidato que apresentar certificado que não comprove que o curso foi realizado de acordo com a Lei nº. 9.394, de 1996, ou com as normas do CNE ou do extinto CFE ou, ainda, sem a declaração da instituição referida no subitem 10.9.2.1 deste edital.

6.2.3 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos, serão aceitos somente os certificados/declarações em que constem a carga horária mínima de 360 horas.

6.2.4 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos, será aceito somente o histórico escolar em que constem as disciplinas cursadas, a carga horária e a menção obtida.

6.3 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea D do quadro de títulos, o candidato deverá comprovar, por meio de Diploma, a conclusão total do curso, devendo obrigatoriamente tal curso ser reconhecido pelo MEC, estando esse reconhecimento detalhado no corpo do Diploma.

6.4 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea E do quadro de títulos, o candidato deverá comprovar, por meio de Certificado, a conclusão total do curso, comprovando que tal curso foi realizado de acordo com a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE), e apresentando histórico escolar do ensino médio ou do curso técnico/profissionalizante de nível médio.

6.5 Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados nas alíneas F e G do quadro de títulos, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:

a) para exercício de atividade em empresa/instituição privada ou empresa/instituição pública que adote o Regime Celetista para o quadro funcional: será necessária a entrega dos seguintes documentos: 1 - cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exem-

plo, quando há mudança na razão social da empresa; e 2 - declaração do empregador com a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas no cargo, emprego ou função; b) para exercício de atividade em instituição pública que adote o regime estatutário: será necessária a entrega do seguinte documento: 1 - declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição, que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço realizado e as atividades desenvolvidas;

6.5.1 Quando o órgão de pessoal possuir outro nome correspondente, por exemplo, Controle de Divisão de Pessoas (CPD), a declaração deverá conter o nome do órgão por extenso, não se aceitando abreviaturas.

6.5.2 Para efeito de pontuação da alínea F do quadro de títulos, não será considerada fração de ano nem sobreposição de tempo no título referente a cada alínea.

6.5.3 Não será computado, como experiência profissional, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

6.5.4 Todos os documentos expedidos em língua estrangeira somente serão considerados se traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

6.5.5 Cada título será considerado uma única vez.

6.5.6 Os pontos que excederem o valor máximo em cada alínea do Quadro de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos, bem como os que excederem o limite de pontos estipulados na tabela supra, serão desconsiderados.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 A nota final do candidato será calculada, considerando-se que NF é a nota final, NO é a nota da Prova Objetiva NT é a pontuação obtida pelo candidato na avaliação dos títulos apresentados, da seguinte forma:

a) $NF = NO + NT$, para todos os candidatos.

7.2 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados por cargo ou cargo/área e tipo de vaga (vaga de ampla concorrência ou vaga reservada para candidatos com deficiência), conforme a opção escolhida, segundo a ordem decrescente da nota final.

7.3 Em caso de empate na nota final do concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste concurso público, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- obtiver a maior nota na prova de conhecimentos específicos (para os cargos em que haja tal prova);
- obtiver a maior nota na prova de português;
- obtiver a maior nota na prova de conhecimentos gerais e atualidades

7.3.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias, através de processo protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Schroeder, localizado à Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder/SC, a contar da publicação:

- do indeferimento do pedido de inscrição;
- da formulação das questões;
- da discordância com o gabarito das provas escritas;
- da classificação;
- da homologação do resultado do processo seletivo.

8.2. Admitir-se-á um único recurso, por questão, para cada candidato, relativo ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado com as seguintes informações:

- indicação do nome do candidato;
- indicação do número da questão, da resposta marca-

da pelo candidato e da resposta divulgada no gabarito; c) argumentação lógica e consistente.

8.3. Se da análise do recurso resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independente da formulação de recurso ou não.

9. DO PRAZO DE VALIDADE:

9.1. O presente Processo Seletivo terá validade de 06 (seis) meses, a partir da data de sua homologação, podendo sua lista classificatória, ser prorrogada por igual período por expressa determinação do órgão competente.

10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

10.1. A contratação dos candidatos classificados dar-se-á frente às necessidades de preenchimento imediato, conforme ANEXO 01 – Quadro de Vagas, a serem preenchidas de imediato, bem como à medida que surgir a necessidade de nova contratação para substituição, durante a vigência da Lista de classificação do referido processo seletivo.

10.2. As chamadas dos candidatos selecionados as vagas disponíveis, serão feitas a partir de 05 de julho de 2010 obedecendo à ordem classificatória de titulação.

10.3. O candidato classificado que não se apresentar passará a ocupar o último lugar na listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

10.4. O Candidato que estando presente, não escolher vaga, passará a ocupar o último lugar na listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

10.5. O candidato que escolher a vaga e não assumir o cargo no início ou desistir da vaga no decorrer do ano letivo será eliminado do processo seletivo.

10.6. Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Schroeder, especificamente os que comprovem a habilitação específica para a qual o candidato concorreu.

10.7. A contratação do candidato classificado dependerá de aprovação prévia em exame médico adicional.

10.8. O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

10.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e pela Comissão Julgadora dos Processos de Inscrições.

Schroeder, 28 de abril de 2010.

HARILDO KONELL

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

EDITAL Nº. 001/2010/SECEL/PMS

ANEXO 01 – QUADRO DE VAGAS PARA CONTRATAÇÃO IMEDIATA E CADASTRO DE RESERVA

I – As vagas especificadas abaixo, serão para contratações imediatas e para formação de cadastro de reserva.

PROFESSORES – A ou C

Cargo	Vagas	Carga Horária
- Professor de Educação Infantil	04+ Cadastro de reserva	40h/s
- Professor de Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	02+ Cadastro de reserva	40h/s
- Professor de Educação Especial – Alunos Portadores de Necessidades Especiais	Cadastro de reserva	40h/s



- Professor de Ética e Cidadania	Cadastro de reserva	20h/s
- Professor de Alemão – Séries Iniciais	01	20h/s
- Professor de História (Séries Finais)	Cadastro de reserva	10h/s
- Professor de Geografia (Séries Finais)	Cadastro de reserva	30h/s
- Professor de Ensino Religioso (Séries Finais)	01	10h/s
- Professor de Educação Física	Cadastro de reserva	40h/s

CARGOS RESERVADOS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

CARGO	VAGAS
- PROFESSOR (A ou C) Professor de Educação Infantil	01

ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
Instrutor de Dança	01	20h/s

SERVENTE- ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
SERVENTE	02 + cadastro de reserva	40h/s

· h/s = horas semanais serão contratadas conforme a necessidade

EDITAL N°. 001/2010/SECEL/PMS ANEXO 02 – QUADRO DE CARGOS, ATRIBUIÇÕES REQUISITOS E VENCIMENTO DOS PROFISSIONAIS

FUNÇÃO: PROFESSOR A

Atribuições	Requisitos	Carga Horária	Vencimento Magistério
Lecionar nas escolas municipais entre outras atividades pertinentes.	Certificado de conclusão de ensino médio na área do magistério	40 h/s	1.064,91

FUNÇÃO: PROFESSOR C

Atribuições	Requisitos	Carga Horária	Vencimento Superior
Lecionar nas escolas municipais entre outras atividades pertinentes.	Nível universitário com licenciatura plena, com habilitação específica para a docência	40 h/s	1.175,46

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE DANÇA

Atribuições	Requisitos	Carga Horária	Vencimento
Conhecer E Concretizar Projeto Cênico Em Dança, Realizar Montagens De Obras Coreográficas; Executam Apresentações Públicas De Dança E, Para Tanto, Preparar O Corpo, Pesquisar Movimentos, Gestos, Dança E Ensaiar Coreografias.	Ensino Médio Completo; Conhecimentos, Experiência E Domínio Na Dança Folclórica Alemã E Demais Danças.	40 H/S	1.038,17

FUNÇÃO: SERVENTE

Atribuições	Requisitos	Carga Horária	Vencimento Superior
Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações dos prédios da municipalidade e serviços de copa, cozinha, preparo e distribuição da merenda escolar e serviços gerais.	Nível Ensino Fundamental (series iniciais).	40 h/s	665,86

** Acrescente-se ao valor do salário o valor de R\$100,10 (cem reais e dez centavos), proporcional ao vale-alimentação à carga horária referente a 40 h/s.

EDITAL N°. 001/2010/SECEL/PMS ANEXO 03 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.1 Os conteúdos para os cargos de servente que exijam como escolaridade mínima o ensino fundamental incompleto:

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de textos. Ortografia oficial. Divisão silábica. Acentuação gráfica. Flexão do substantivo e adjetivo (gênero e número). Emprego dos pronomes. Pontuação. Conhecimentos básicos de concordância nominal e verbal.

MATEMÁTICA: Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Conjuntos. Sistema legal de unidades de medida no Brasil. Porcentagem e juros simples.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1. Noções da organização administrativa da Prefeitura de Schroeder; 2. Conhecimento dos dados históricos do município; 3. História e geografia de Santa Catarina; 4. Aspectos gerais do Brasil e Mundo (políticos, econômicos, históricos, geográficos, culturais, esportivos); 5. Direitos humanos e cidadania e demais atualidades.

1.2 Os conteúdos programáticos para a prova objetiva serão, para os cargos do ensino médio e superior:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Leitura e Interpretação de texto. 2. Ortografia; 3. Divisão silábica; 4. Acentuação gráfica. 3. Morfologia; 4. Classes de palavras; 5. Formação de palavras. 6. Sintaxe; 7. Concordância nominal e verbal; 8. Colocação pronominal; 9. Usos dos pronomes relativos; 10. Tipologia textual; 11. Registro formal e informal da linguagem; 12. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

MATEMÁTICA: 1. Adição, subtração, multiplicação e divisão, com números inteiros e fracionários; 2. Sistema métrico decimal; 3. Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; 4. Divisão proporcional; 5. Equação de primeiro e segundo grau; 6. Juros e descontos simples e compostos; 7. Regra de três; 8. Conjuntos envolvendo operações; 9. Exponenciação e radiciação; 10. Interpretação de gráficos estatísticos; 11. Cálculo de área de figuras planas; 12. Cálculo de volume sólidos e geométricos.

CONHECIMENTOS GERAIS: 1. Noções da organização administrativa da Prefeitura de Schroeder; 2. Conhecimento dos dados históricos do município; 3. História e geografia de Santa Catarina; 4. Aspectos gerais do Brasil e Mundo (políticos, econômicos, históricos, geográficos, culturais, esportivos); 5. Direitos humanos e cidadania e demais atualidades.

Os conteúdos programáticos específicos para a prova objetiva serão:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA PROFESSOR (do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação Especial): 1. A função social da escola pública; 2. A Lei de Diretrizes e bases da Educação – noções básicas; 3. FUNDEB; 4. Ministério da Educação - MEC; 5. O Projeto Político Pedagógico na escola; 6. Princípios éticos profissionais; 7. Análise verbal, acentuação gráfica, pronomes retos e oblíquos, substantivo, adjetivo, preposição, composição e interpretação de texto, termos integrantes da oração, estrofe e verso; 8. Orientação e localização quanto ao sistema planetário, o Estado no território brasileiro, Schroeder – sua história, contexto social, econômico e político, fatores preponderantes no processo de desenvolvimento sustentável, a Lei de Responsabilidade Fiscal; 9. Proposta Curricular de Santa Catarina.

Professor de Alemão: 1. Tradução e interpretação de textos em língua alemã. 2. Saudações, apresentações, interjeições e expressões; números ordinais e cardinais. 3. Dias da semana, meses e estações do ano. 4. Família, profissões, comidas, bebidas, pesos e medidas, locais da cidade, boas maneiras. 5. Partes do corpo humano, vestuário, animais, horas, meios de transporte. 6. Adjetivos, nomes, advérbios, frases, preposições, sinônimos e antônimos, frases singular e plural, artigos. 7. A Lei de Diretrizes e bases da Educação – noções básicas; 8. FUNDEB; 9. Lei Orgânica do Município de Schroeder.

Professor de Ética e Cidadania: 1. Conceito de ética, cidadania, república, democracia, justiça, civismo. 2. Importância dos valores morais, culturais, religiosos, étnicos. 3. Direitos e deveres dos cidadãos. 4. Estatuto da Criança e do Adolescente. 5. Uso e significado de símbolos nacionais, estaduais e municipais. 6. Educação inclusiva e fiscal. 7. Psicologia da criança e do adolescente. 8. A Lei de Diretrizes e bases da Educação – noções básicas; 9. FUNDEB; 10. Lei Orgânica do Município de Schroeder.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA PROFESSOR (do 6º a 9º ano do Ensino Fundamental):

Professor de Educação Física: 1. O corpo em movimento; 2. O currículo da Educação Física na escola; 3. A contribuição da Educação Física no dia a dia da criança e na formação do ser; 4. O esporte como atividade social e lazer; 5. Metodologia do ensino da Educação Física: corporeidade, o jogo, a dança, a ginástica, o esporte; 6. A Lei de Diretrizes e bases da Educação – noções básicas; 7. FUNDEB; 8. Lei Orgânica do Município de Schroeder.

Professor de História: 1. Racismo e violência em um mundo globalizado. 2. A globalização e a crise capitalista mundial. 3. História do Brasil. 4. História Moderna. 5. Cultura, civilização e modernização. 6. A questão agrária e o meio ambiente. 7. Lei 10.639/2003: História e Cultura Afro-Brasileira. 8. A lei de Diretrizes e Bases da Educação- noções básicas. 9. FUNDEB. 10. Lei Orgânica do Município de Schroeder.

Professor de Geografia: 1. O Brasil e o MERCOSUL: limites da soberania. 2. As tecnologias modernas e o sistema produtivo. 3. As economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas. 4. A dimensão pedagógica do ensino de geografia. 5. O ensino da Geografia e da cidadania. 6. O Brasil no contexto internacional. 7. A questão agrária no Brasil: problemas e perspectivas. 8. Geografia e Meio Ambiente: ambiente urbano X ambiente rural. 9. Carta Brasileira para Educação Ambiental (MEC. Rio-92). 10. Lei de Diretrizes e Bases da Educação- noções básicas. 11. FUNDEB. 12. Lei Orgânica do Município de Schroeder.

Professor de Ensino Religioso: 1. O Currículo do Ensino Religioso no Ensino Fundamental. 2. Princípios filosóficos e culturais do Ensino Religioso. 3. O Ensino Religioso e seus parâmetros. 4. Religião e religiosidade. 6. A lei de Diretrizes e Bases da Educação- noções básicas. 7. FUNDEB. 8. Lei Orgânica do Município de Schroeder.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA INSTRUTOR DE DANÇA

Instrutor de Dança: 1. Percepção do corpo como instrumento de comunicação. 2. Concentração. 3. Sensibilização. 4. Noção global e segmentada do movimento. 5. Conscientização das potencialidades expressivas e ampliação dos limites corporais. 6. Percepção das qualidades do movimento. 7. Ações corporais. 8. Tempo e ritmo. 9. Posturas corporais. 10. Desenvolvimento - coordenação motora/rítmica. 11. Aspectos culturais e históricos da colonização alemã de Schroeder.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA SERVENTE

Servente: Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos de limpeza. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: seqüência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos para limpeza; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente às atividades.

Turvo

CÂMARA DE VEREADORES DE TURVO

Edital de Audiência Pública 001/2010

A Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, em cumprimento a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade - convida a população para a realização da 6ª Audiência Pública, integrante do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Turvo, com o objetivo de garantir a participação da população e associações representativas de comunidades.

DATA: 12 de maio de 2010 (quarta-feira)

HORÁRIO: 19 horas

LOCAL: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores

ENDEREÇO: Avenida Municipal, 2547, bairro Cidade Alta, Turvo - SC

Turvo (SC), 27 de abril de 2010.

ALBENOR GIUSTI

Presidente da Câmara de Vereadores de Turvo

Informações: Aristides Spilere

Endereço: Rua Nereu Ramos, 588 Tel: 48-3525.8100

E-mail: aristidessp@hotmail.com

Vidal Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Homologação Pregão Presencial Nº. 01/2010 - Fundo Desenvolvimento Agropecuário - VR

HOMOLOGAÇÃO AQUISIÇÃO 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA E 02 (DUAS) RETROESCAVADEIRAS.

Homologação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2010 - FUNDO DESEN-



VOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - VR

O município de Vidal Ramos comunica a homologação do seguinte ato:

PREGÃO PRSENCIAL Nº. 01/2010

ABERTURA: 14/04/2010

HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2010

CONTRATADO: ITUAMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA ME, O LICITANTE VENCEDOR, FOI CONSIDERADO HABILITADO DE ACORDO COM AS NORMAS DO EDITAL, APRESENTOU A PROPOSTA DE UM Trator Agrícola novo tracionado em pneus, fabricação nacional, ano e modelo 2010, tração 4 x 4, potência mínima de 85 CV, MARCA AGRALE.

VALOR DA DESPESA: TRATOR: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

CONTRATADO: A LICITANTE VENCEDORA SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, FOI CONSIDERADA HABILITADA DE ACORDO COM AS NORMAS DO EDITAL. E APRESENTOU PROPOSTA DOS ITENS DE DUAS Máquina retroescavadeiras nova, fabricação nacional, ano e modelo 2010, tração 4 x 4, potência de 100 HP, MARCA NEW HOLLAND, LB 90 4 X 4 TOLDO TURBO.

VALOR DA DESPESA: RETROESCAVADEIRAS: R\$ 398.000,00 (Trezentos e noventa e oito mil reais).

DATA: 27/04/2010

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL**Portaria nº 0274/10**

PORTARIA nº 0274/10

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1972/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, VALDENICE SCHNEIDER e CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1972/2010.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de abril de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias de abril de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0275/10

PORTARIA nº 0275/10

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1937/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MIGUEL ALBERTO VIECELI e ILVA FARINA, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1937/2010.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de abril de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias de abril de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0276/10

PORTARIA nº 0276/10

AUTORIZA O USO DAS DEPENDÊNCIAS DA PRAÇA NEREU RAMOS

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 2.150/10,

RESOLVE

Autorizar o uso das dependências da Praça Nereu Ramos, pelas Lojas Globo Digital, nos dias 22 e 23 de abril de 2.010, a partir das 08:30 h às 18:00 h, para a realização de divulgação da Ação de Marketing TIM.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de abril de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de abril de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0277/10

PORTARIA nº 0277/10

Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 28.748-2

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica



do Município,

RESOLVE

Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 28.748-2, Agência nº 0403-0 do Banco do Brasil S/A, pela servidora Justina Inês Fruet de Lima, responsável pela devida prestação de contas nos termos da Legislação vigente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retro-agindo seus efeitos a 19 de abril de 2.010, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de abril de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de abril de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0278/10

PORTARIA nº 0278/10
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1977/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ROSILENE MÂNICA DENARDI, Professor, MG02, a partir de 1º de outubro de 2.010 até 1º de janeiro de 2.010, referente ao quinquênio de 1º de fevereiro de 2.001 até 31 de janeiro de 2.006.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2.010.

Videira, 26 de abril de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de abril de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0279/10

PORTARIA nº 0279/10
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2000/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ANTONINHA RODRIGUES CORREIA, Agente de Serviços Gerais, CE02, a partir de 1º de junho de 2.010 até 1º de setembro de 2.010, referente ao quinquênio de 02 de maio de 2.005 até 1º de maio de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2.010.

Videira, 26 de abril de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de abril de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0280/10

PORTARIA nº 0280/10
Autoriza o Uso do Triângulo Ferroviário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 2.183/10,

RESOLVE

Autorizar o uso do Triângulo Ferroviário, por Circo Teatro Magnus, no período de 23 de abril de 2.010 até 23 de maio de 2.010, para instalação e funcionamento de um circo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de abril de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de abril de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Associações

EGEM

Edital nº 17/2010 que retifica o edital nº 11/2010

EDITAL Nº 17/2010 QUE RETIFICA O EDITAL Nº 11/2010
CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO
CURSO PARA CAPACITAÇÃO EM LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os servidores públicos municipais para a implantação e o exercício das atividades de fiscalização e licenciamento ambiental.

2. PÚBLICO-ALVO

2.1 O Público-alvo deste curso é o descrito abaixo:

a. Técnicos e gestores na condição de servidores públicos dos municípios já habilitados junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA para o exercício da sua competência licenciatória das atividades de impacto local;

b. Técnicos e gestores na condição de servidores públicos dos municípios com processo de habilitação protocolado junto à Secretaria Executiva do CONSEMA, até dia 16 de março de 2010,



para o exercício da sua competência licenciatória das atividades de impacto local;

c. Técnicos e gestores na condição de servidores públicos dos municípios que possuem fundações municipais de meio ambiente;

d. Técnicos e gestores na condição de servidores públicos dos municípios que possuem órgão municipal com competência para atuar na área de gestão pública ambiental do município;

e. Técnicos e gestores das associações de municípios.

2.2. Considera-se técnicos, os profissionais habilitados com formação acadêmica nas seguintes áreas: engenharias Ambiental, Sanitária, Florestal, Agrônômica, Civil, Química; E ainda: Biologia, Química, Geologia, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia e Direito.

2.3. Considera-se gestores, os ocupantes de cargos de direção, tais como: secretários, diretores, gerentes, chefes, assessores, superintendentes, presidentes, e congêneres.

2.4. Os técnicos e gestores devem ser vinculados ao quadro de servidores públicos (efetivos, contratados ou comissionados) dos órgãos da administração direta dos municípios ou das fundações municipais de meio ambiente, ou, no caso do item 2.1.e, vinculados ao quadro de funcionários das associações de municípios.

2.5. A inscrição será feita por município ou por associação de municípios, sendo que cada município poderá inscrever no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) participantes, e cada associação de municípios poderá inscrever apenas 01 (um) participante.

2.5.1. A inscrição dos municípios deverá observar a seguinte condição:

a. Quando forem inscritos 02 (dois) ou 03 (três) participantes, pelo menos 01 (um) deverá ser efetivo;

b. Quando forem inscritos 04 (quatro) ou 05 (cinco) participantes, pelo menos 02 (dois) deverão ser efetivos.

3. DATAS E LOCAL DE REALIZAÇÃO

TURMA	MÓDULO 1	MÓDULO 2	LOCAL
Turma 1	07 a 11 de junho	12 a 16 de julho	Centro de Eventos São José da Terra Firme, em frente ao Shopping Itaguaçu, em São José/SC.
Turma 2	21 a 25 de junho	19 a 23 de julho	Centro de Eventos São José da Terra Firme, em frente ao Shopping Itaguaçu, em São José/SC.

4. CALENDÁRIO:

Cidade/Local	São José/SC
Período das inscrições	De 29/04/2010 até 12/05/2010
Divulgação das inscrições deferidas e dos participantes selecionados por turma	20/05/2010
Homologação das inscrições	20/05/2010

Período de realização do curso	Turma 1: de 07 a 11 de junho e de 12 a 16 de julho. Turma 2: de 21 a 25 de junho e de 19 a 23 de julho.
Carga horária	80 horas/aula para cada turma
Quantidade total de vagas	160 (cento e sessenta) vagas para os participantes com inscrições deferidas

5. PROCEDIMENTOS PARA AS INSCRIÇÕES:

a) Inscrições gratuitas

b) Forma de inscrição:

NÃO SERÃO REALIZADAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET.

O município ou associação de municípios que tiver interesse em participar, inscrevendo seus representantes devidamente enquadrados na descrição do item 2 "público-alvo", deverá enviar POR FAX (48 3221 8811), os seguintes documentos:

- Termo de Compromisso (assinado pelo prefeito, no caso dos participantes pertencerem a administração direta do município, ou pelo responsável legal, no caso dos participantes pertencerem a fundação municipal de meio ambiente ou a associação de municípios);
- Ficha de inscrição dos participantes, conforme modelo anexo ao edital;
- Comprovação de requisito do município:
 - Municípios habilitados para licenciar: cópia da Resolução do CONSEMA que o habilita a exercer a sua competência licenciatória das atividades de impacto local.
 - Municípios com processo de habilitação para licenciar: cópia do protocolo do processo junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS;
 - Municípios que possuem fundações municipais de meio ambiente: cópia da lei que cria a fundação municipal de meio ambiente.
 - Municípios que possuem órgão municipal com competência para atuar na área de gestão pública ambiental do município: cópia da lei que cria o órgão municipal com competência para atuar na área de gestão pública ambiental do município (exemplo: secretaria, diretoria, departamento).
- Comprovação de requisito de cada participante:
 - Cópia da portaria que nomeia o participante no quadro de servidores públicos do município, tendo o cargo que ele ocupa no órgão (comissionado no caso do gestor, contratado ou efetivo para os técnicos);
 - Cópia dos diplomas de graduação dos técnicos, e dos gestores que tiverem.

ATENÇÃO: Somente serão confirmadas as inscrições depois do envio de toda a documentação.

Os documentos deverão ser encaminhados aos cuidados da assessora de meio ambiente da FECAM Ariane Angioletti, para o fax: (48) 3221-8811.

6. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES E SELEÇÃO DAS TURMAS

6.1. A prioridade no deferimento das inscrições observará a seguinte ordem:

- a. Município **HABILITADO** junto ao CONSEMA para o exercício da sua competência licenciatória das atividades de impacto local.
- b. Município **EM FASE** de habilitação junto ao CONSEMA para o exercício da sua competência licenciatória das atividades de im-



pacto local.

c. Município que possui fundação municipal de meio ambiente.

d. Demais municípios.

e. Associação de Municípios.

6.1.1. Em caso do número de inscrições superar as vagas disponíveis e houver empate entre inscrições dentro do mesmo nível de prioridade definida no item 6.1, o critério de desempate será o de antiguidade do município ou da associação de municípios inscritos.

6.2. Serão indeferidas as inscrições apresentadas que não atenderem ao disposto neste edital de retificação.

6.2.1. Permanecem válidas as inscrições efetuadas pelos municípios até o dia 16/04/2010 que atenderam ao disposto no Edital nº 11/2010, sendo facultado a estes municípios apresentarem nova inscrição nos termos deste edital de retificação, anulando a anterior.

6.3. A organização do curso se reserva o direito de definir, a seu exclusivo critério, quais municípios e associações de municípios inscritos participarão na TURMA 1 ou TURMA 2.

6.4. A publicação do resultado das inscrições, bem como a divulgação da composição das turmas acontecerá conforme o calendário disposto no item 4 deste edital.

6.5. A organização do curso se reserva o direito, a seu exclusivo critério, de cancelar o curso ou de alterar as datas, horários, locais, temas, professores e vagas referentes ao curso.

7. CRONOGRAMA

TURMA 1 – I Semana - 07 a 11 de junho

Horário	Módulo	Duração	Tema	Professor
Das 14h às 18h	1	5 horas/aula	Gestão Ambiental: Competências e Responsabilização	Noêmia Bohn
Das 08h30 às 12h30	2	5 horas/aula	Licenciamento, estudos e padrões	Rolando Nunes Córdova
Das 14h às 18h	3	5 horas/aula	Licenciamento: Rito (requerimento, emissão, monitoramento e suspensão)	Marcos André Bruxel Saes
Das 08h30 às 12h30	4	5 horas/aula	Áreas protegidas: APP e Unidades de Conservação	Noêmia Bohn
Das 14h às 18h	4	5 horas/aula	Áreas protegidas: APP e Unidades de Conservação	Noêmia Bohn
Das 08h30 às 12h30	5	8 horas/aula	Fiscalização: Definições, relatório, defesa prévia, manifestação do agente fiscal, estudo de caso	Rode Anélia Martins e Luciane Dusi
Das 14h às 18h	6	2 horas/aula	Fiscalização: Decisão, penalidades, embargos, encaminhamento ao Ministério Público	Rode Anélia Martins e Luciane Dusi
Das 08h30 às 10h30	6	3 horas/aula	Fiscalização: Decisão, penalidades, embargos, encaminhamento ao Ministério Público	Rode Anélia Martins e Luciane Dusi
Das 10h30 às 12h30	7	2 horas/aula	Fiscalização: Decisão, penalidades, embargos, encaminhamento ao Ministério Público	Rode Anélia Martins e Luciane Dusi

TURMA 1 – II Semana – 12 a 16 de julho

Horário	Módulo	Duração	Tema	Professor
Das 14h às 18h	8	5 horas/aula	Tópicos especiais: Saneamento Básico e Recursos Hídricos	Rolando Nunes Córdova
Das 08h30 às 12h30	8	5 horas/aula	Tópicos especiais: Saneamento Básico e Recursos Hídricos	Rolando Nunes Córdova
Das 14h às 18h	9	5 horas/aula	Tópicos especiais: Atividades Industriais	Gustavo Carmona
Das 08h30 às 12h30	10	5 horas/aula	Tópicos especiais: Gestão Florestal – Meio Urbano, Meio Rural, DOF, Manejo Florestal, Recuperação de Áreas Protegidas.	Jairo Serapião Claudino dos Santos
Das 14h às 18h	10	5 horas/aula	Tópicos especiais: Gestão Florestal – Meio Urbano, Meio Rural, DOF, Manejo Florestal, Recuperação de Áreas Protegidas.	Jairo Serapião Claudino dos Santos
Das 08h30 às 12h30	11	5 horas/aula	Tópicos especiais: Mineração	Juarez José Aumond
Das 14h às 18h	12	5 horas/aula	Tópicos especiais: Parcelamento do Solo	Sandra Giesel
Das 08h30 às 12h30	13	5 horas/aula	Termo de Ajustamento de Conduta e Termo de Compromisso	Paulo Antônio Locatelli

TURMA 2 – I Semana – 21 a 25 de junho

Horário	Módulo	Duração	Tema	Professor
Das 08h30 às 12h30	1	5 horas/aula	Gestão Ambiental: Competências e Responsabilização	Noêmia Bohn
Das 14h às 18h	2	5 horas/aula	Licenciamento, estudos e padrões	Rolando Nunes Córdova
Das 08h30 às 12h30 e das 14h às 16h	3	5 horas/aula	Licenciamento: Rito (requerimento, emissão, monitoramento e suspensão)	Marcos André Bruxel Saes
Das 16h às 18h	4	5 horas/aula	Áreas protegidas: APP e Unidades de Conservação	Noêmia Bohn
Das 08h30 às 12h30	4	5 horas/aula	Áreas protegidas: APP e Unidades de Conservação	Noêmia Bohn
Das 14h às 18h	5	8 horas/aula	Fiscalização: Definições, relatório, defesa prévia, manifestação do agente fiscal, estudo de caso	Rode Anélia Martins e Luciane Dusi
Das 08h30 às 12h30	6	2 horas/aula	Fiscalização: Decisão, penalidades, embargos, encaminhamento ao Ministério Público	Rode Anélia Martins e Luciane Dusi

TURMA 2 – II Semana – 19 a 23 de julho

Horário	Módulo	Duração	Tema	Professor
Das 14h às 18h	8	5 horas/aula	Tópicos especiais: Saneamento Básico e Recursos Hídricos	Rolando Nunes Córdova
Das 08h30 às 12h30	8	5 horas/aula	Tópicos especiais: Saneamento Básico e Recursos Hídricos	Rolando Nunes Córdova



Das 14h às 18h	9	5 horas/aula	Tópicos especiais: Atividades Industriais	Gustavo Carmona
Das 08h30 às 12h30	10	5 horas/aula	Tópicos especiais: Gestão Florestal – Meio Urbano, Meio Rural, DOF, Manejo Florestal, Recuperação de Áreas Protegidas.	Jairo Serapião Claudino dos Santos
Das 14h às 18h	10	5 horas/aula	Tópicos especiais: Gestão Florestal – Meio Urbano, Meio Rural, DOF, Manejo Florestal, Recuperação de Áreas Protegidas.	Jairo Serapião Claudino dos Santos
Das 08h30 às 12h30	11	5 horas/aula	Tópicos especiais: Mineração	Juarez José Aumond
Das 14h às 18h	12	5 horas/aula	Tópicos especiais: Parcelamento do Solo	Sandra Giesel
Das 08h30 às 12h30	13	5 horas/aula	Termo de Ajustamento de Conduta e Termo de Compromisso	Paulo Antônio Locatelli

PROMOÇÃO

Federação Catarinense de Municípios
Associações de Municípios de Santa Catarina

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

APOIO

Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente de Santa Catarina

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!**ANEXOS****FICHA DE INSCRIÇÃO**

Curso de Licenciamento e Fiscalização Ambiental
Todos os dados são OBRIGATÓRIOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO OU ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS**MUNICÍPIO OU ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS:****NOME E CARGO DO RESPONSÁVEL PELAS INSCRIÇÕES:**

(Prefeito ou Responsável Legal)

TELEFONE/FAX:**E-MAIL:****ENDEREÇO COMPLETO PARA CORRESPONDÊNCIA:****REQUISITO:**

- () Município HABILITADO para licenciar
() Município EM FASE de habilitação
() Município que possui fundação municipal de meio ambiente
() Demais municípios
() Associação de Municípios

DADOS DOS INSCRITOS**GESTOR****NOME:****CPF:****CARGO:****MATRÍCULA:****ENTIDADE:****TELEFONE:****E-MAIL:****ESCOLARIDADE:****GRADUAÇÃO:****PÓS-GRADUAÇÃO:**

Obs: Anexar cópia da portaria de nomeação ao cargo

TÉCNICOS DO ÓRGÃO LICENCIADOR MUNICIPAL**NOME:****CPF:****CARGO:****MATRÍCULA:****ENTIDADE:****TELEFONE:****E-MAIL:****GRADUAÇÃO:****PÓS-GRADUAÇÃO:**

Obs: Anexar cópia da portaria de nomeação ao cargo e cópia do diploma de graduação

Município, data.

Nome do Responsável pela Inscrição e assinatura.

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

Curso de Licenciamento e Fiscalização Ambiental

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**MUNICÍPIO OU ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS:****NOME E CARGO DO RESPONSÁVEL PELAS INSCRIÇÕES:**

(Prefeito Municipal Responsável Legal)

TELEFONE/FAX:**E-MAIL:****ENDEREÇO/CEP:**

DECLARO para os devidos fins, que estou ciente de que a participação do (Município / Associação de Municípios) citado acima, no Curso de Licenciamento e Fiscalização Ambiental, caso a sua inscrição seja deferida, implica na aceitação irrestrita das obrigações abaixo descritas:

1. O (município/associação de municípios) participará com o grupo total de participantes inscritos
2. O (município/associação de municípios) deverá dispensar os participantes inscritos de suas atividades laborais durante o período de realização do curso e assegurar a efetiva participação destes, evitando suas ausências e priorizando a participação na totalidade da carga horária do curso, estando ciente de que a frequência mínima exigida é de 75% (setenta e cinco por cento), sendo que a ausência não poderá ser de todos os participantes num mesmo módulo.
3. O (município/associação de municípios) deve assegurar a participação dos participantes inscritos, mesmo que estes se encontrem em período de gozo de férias ou de licenças, exceto as licenças por motivo de saúde, e aceitar que a frequência ao curso é obrigatória, e que em nenhum caso será concedida qualquer dispensa ou abono de frequência e/ou reposição de conteúdo e aplicação de nova avaliação.
4. O (município/associação de municípios) se responsabilizará pelo pagamento das despesas de deslocamento, estadia, alimentação, e diárias (quando for o caso) dos participantes inscritos,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

e por fornecer meios para que os participantes inscritos tenham suas necessidades atendidas, isentando a organização do curso de quaisquer responsabilidades.

5. O (município/associação de municípios) deverá fazer apenas 01 (uma) inscrição, conforme este edital, com o envio dos seguintes documentos:

- a. Ficha de inscrição única para o grupo de participantes;
- b. Comprovação dos requisitos de inscrição do (município/associação de municípios);
- c. Comprovação dos requisitos de cada participante.

6. O (município/associação de municípios) concorda que o grupo de participantes inscritos poderá participar de apenas 01 (uma) das 02 (duas) turmas que serão formadas, onde cada turma terá suas aulas divididas em duas etapas, a critério da organização do curso.

7. O (município/associação de municípios) está ciente e aceita as normas contidas neste edital.

Município, data.

Nome do Responsável pela Inscrição do município e assinatura.

Consórcios Públicos

CIGA

Extrato de Contrato nº 67/2010

Extrato de Contrato nº 67/2010

Contrato de Rateio - Concórdia

CONTRATANTE: Município de Concórdia

CNPJ: 83.024.257/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 114/2010

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Concórdia e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 57/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 800 (oitocentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2010.

Florianópolis, 12 de abril de 2010.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA



CISAM**Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica -
Janeiro/2010****Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Janeiro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	144,00
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	144,00
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	144,00
Receita Extra - Orçamentária	144,00	Despesa Extra - Orçamentária	144,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	144,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	144,00
OBRIGAÇÕES A PAGAR	144,00	OBRIGAÇÕES A PAGAR	144,00
FORNECEDORES	144,00	FORNECEDORES	144,00
Saldos anteriores	149.309,75	Saldos atuais	149.165,75
BANCO C/ MOVIMENTO	149.309,75	BANCO C/ MOVIMENTO	149.165,75
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	149.453,75	Total	149.453,75

Capinzal, 03/02/2010

OSVALDO FEDERLE
CONTADOR - SC-006582/O-8LEONIR BOARETTO
PRESIDENTE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Fevereiro/2010**Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	1.047,61
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.047,61
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.047,61
Receita Extra - Orçamentária	1.047,61	Despesa Extra - Orçamentária	1.047,61
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.047,61	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.047,61
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.047,61	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.047,61
FORNECEDORES	1.047,61	FORNECEDORES	1.047,61
Saldos anteriores	149.165,75	Saldos atuais	148.118,14
BANCO C/ MOVIMENTO	149.165,75	BANCO C/ MOVIMENTO	148.118,14
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	150.213,36	Total	150.213,36

Capinzal, 03/03/2010

OSVALDO FEDERLE
CONTADOR - SC-006582/O-8

LEONIR BOARETTO
PRESIDENTE



Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Março/2010**Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	13.213,48	Despesa Orçamentária	3.177,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.660,18	Despesas exceto Intra-orçamentárias	3.177,61
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.553,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.177,61
Receita Extra - Orçamentária	3.209,56	Despesa Extra - Orçamentária	3.209,56
DEPÓSITOS	31,95	DEPÓSITOS	31,95
CONSIGNAÇÕES	31,95	CONSIGNAÇÕES	31,95
TESOURO NACIONAL	31,95	TESOURO NACIONAL	31,95
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	3.177,61	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	3.177,61
OBRIGAÇÕES A PAGAR	3.177,61	OBRIGAÇÕES A PAGAR	3.177,61
FORNECEDORES	3.177,61	FORNECEDORES	3.177,61
Saldos anteriores	148.118,14	Saldos atuais	158.154,01
BANCO C/ MOVIMENTO	148.118,14	BANCO C/ MOVIMENTO	158.154,01
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	164.541,18	Total	164.541,18

Capinzal, 27/04/2010

OSVALDO FEDERLE
CONTADOR - SC-006582/O-8

LEONIR BOARETTO
PRESIDENTE

